

Relatório de

atividades 2024

Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços

Relatório de

atividades 2024

Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC)
RELATÓRIO DE ATIVIDADES DAS CÂMARAS BRASILEIRAS DO COMÉRCIO E SERVIÇOS 2023

Presidente: José Roberto Tadros

Vice-presidentes: 1º - Abram Abe Szajman; 2º - Luiz Carlos Bohn; 3º - Francisco Valdeci de Sousa Cavalcante, Darci Piana, Edison Ferreira de Araújo, José Aparecido da Costa Freire, José Marconi Medeiros de Souza, José Wenceslau de Souza Júnior, Marcelo Baiocchi Carneiro, Raniery Araújo Coelho e Sebastião de Oliveira Campos.

Vice-presidente Administrativo: Antonio Florencio de Queiroz Junior

Vice-presidente Financeiro: Leandro Domingos Teixeira Pinto

Diretores: Abel Gomes da Rocha Filho, Aderson Santos da Frota, Alexandre Sampaio de Abreu, Ari Faria Bittencourt, Armando Vergílio dos Santos Júnior, Hélio Dagnoni, Idalberto Luiz Moro, Itelvino Pisoni, Ivo Dall'Acqua Júnior, José Lino Sepulcri, Kelsor Gonlaves Fernandes, Marco Antônio Lameira, Maurício Aragão Feijó, Maurício Cavalcante Filizola, Nadim Elias Donato Filho, Nilo Ítalo Zampieri Júnior e Rubens Torres Medrano.

Diretores Administrativos: 1º - Marcelo Fernandes de Queiroz.

2º - Bernardo Peixoto dos Santos Oliveira Sobrinho

Diretores Financeiros: 1º Ademir dos Santos

2º Ladislao Pedroso Monte

Conselho Fiscal: Carlos de Souza Andrade, Domingos Tavares de Souza e Valdemir Alves do Nascimento.

Gabinete da Presidência:

Elienai Tavares Câmara (interino)

Diretora-geral executiva:

Simone de Souza Guimarães

Gerência Executiva de Comunicação – CNC

Gerente executivo: Elienai Tavares Câmara

Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços (ACBCS)

Gerente: Andréa de Marins Esteves

Organização e produção: Camila Amâncio, Miguel Ferreira e Rosana Lanter de Oliveira

Capa e diagramação: Fernanda Bitencourt e Vivian Bittencourt (Gecom)

Revisão: Daniel Dutra

Relatório de atividades 2024 : Câmaras Brasileiras de Comércio e
Serviços / Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e
Turismo. - n.1, dez. 2013 - . Rio de Janeiro : Confederação Nacional do
Comércio de Bens, Serviços e Turismo, 2024.

n. 10, dez. 2024.

Anual.

Publicação eletrônica.

1. CNC. Câmaras do Comércio. I. Título.

Bibliotecário responsável: Danyelle Sant'Anna - CRB-7: 6669

CNC - Rio de Janeiro

Av. General Justo, 307, CEP 20021-130

PABX: (21) 3804-9200

CNC - Brasília

SBN Quadra 1 Bl. B - n° 14, CEP 70041-902

PABX: (61) 3329-9500/3329-9501

www.portaldocomercio.org.br

Sumário

- 06** Apresentação
- 11** Trabalho nas Câmaras
- 15** Eventos
- 22** Câmara Brasileira do Comércio de Combustíveis (CBCC)
- 30** Câmara Brasileira de Comércio e Serviços Imobiliários (CBCSI)
- 39** Câmara Brasileira de Serviços (CBS)
- 46** Câmara Brasileira do Comércio Exterior (CBCex)
- 54** Câmara Brasileira do Comércio de Produtos e Serviços Ópticos (CBÓptica)
- 62** Câmara Brasileira de Produtos Farmacêuticos (CBFarma)
- 70** Câmara Brasileira de Materiais de Construção (CBMC)
- 78** Câmara Brasileira de Tecnologia da Informação e Inovação (CBTIN)
- 86** Câmara Brasileira do Comércio de Gêneros Alimentícios (CBCGAL)
- 94** Câmara Brasileira do Comércio de Peças e Acessórios para Veículos (CBCPave)
- 102** Câmara Brasileira das Mulheres Empreendedoras do Comércio (CBMEC)
- 110** Informações gerenciais - resumo

Apre
sentar
Çaço

Chegamos ao fim de mais um ano de intenso de trabalho na nossa Confederação. E, sem dúvida, as Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços tiveram um 2024 muito produtivo e exitoso.

Agradeço ao coordenador-geral das Câmaras, Luiz Carlos Bohn, pela liderança estratégica e incansável atuação na condução dos trabalhos, assegurando o alinhamento com os objetivos institucionais da CNC.

Meus agradecimentos se estendem aos coordenadores das Câmaras, que desempenharam um papel essencial em cada debate e proposta apresentada ao longo do ano. Seu conhecimento técnico e engajamento têm sido fundamentais para o desenvolvimento das nossas iniciativas.

Faço menção também ao inestimável suporte das áreas técnicas da CNC que, com profissionalismo e competência, apoiaram as atividades das

Câmaras e contribuíram para a construção de soluções robustas e alinhadas às necessidades do setor.

Tivemos a expressiva participação dos coordenadores das Câmaras na construção da Agenda Legislativa 2024, um instrumento crucial para o diálogo com o Congresso Nacional e para a defesa dos interesses dos empresários. Esse trabalho reforça o papel das Câmaras como instâncias consultivas indispensáveis à Presidência da CNC, criadas justamente para levantar demandas e apresentar soluções estratégicas em benefício do nosso setor.

Outro avanço relevante que contou com a contribuição das Câmaras foi o Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMP). Este acordo representa um marco no fortalecimento do diálogo entre o setor produtivo e o governo, promovendo ações que visam ao desenvolvimento econômico e à sustentabilidade dos nossos negócios.

Também ressalto as contribuições inestimáveis dos coordenadores no grupo de trabalho da reforma tributária. Seu empenho em propor ajustes e melhorias tem sido crucial para que avancemos em direção a um sistema tributário mais justo e eficiente, que favoreça a competitividade e a geração de empregos.

Meus cumprimentos a todos os envolvidos nesta importante frente de atuação da CNC pelo compromisso demonstrado ao longo do último ano. Juntos, continuaremos a construir um Sistema Comércio cada vez mais forte, inovador e comprometido com os interesses do setor que representamos.

José Roberto Tadros

Presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac

Este documento reflete os esforços conjuntos, o compromisso e os resultados alcançados ao longo de um ano marcado por desafios e conquistas relevantes para o Sistema Comércio e, também, para o fortalecimento do setor de comércio e serviços no Brasil.

Gostaria de expressar meu profundo agradecimento ao presidente da CNC, José Roberto Tadros, pela liderança visionária e pelo papel decisivo no fortalecimento da atuação institucional do Sistema Comércio. Sob sua orientação, avançamos de forma significativa na representação e defesa dos interesses do setor.

Minha gratidão também à diretora-geral executiva da CNC, Simone Guimarães, pelo incansável apoio à atuação das Câmaras e pela parceria estratégica, que tem sido fundamental para o êxito de nossas iniciativas.

O trabalho das Câmaras em 2024 foi pautado por uma atuação institucional robusta e pela participação ativa em eventos e projetos de grande relevância, como:

A Agenda Institucional 2024, que reafirmou nosso compromisso com a interlocução junto ao Congresso Nacional para a defesa de pautas prioritárias para o setor;

A celebração do Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério do

Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e com o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMPE), fortalecendo nossa capacidade de promover políticas públicas que atendam às necessidades dos empresários;

A participação no Women Entrepreneur Forum (WE Forum), contribuindo para potencializar o protagonismo, a geração de negócios e as parcerias para o empoderamento econômico das mulheres;

Reuniões institucionais estratégicas, como as realizadas com a Senatran, a Anvisa e o CGSIM, nas quais discutimos temas cruciais para a regulamentação e a desburocratização;

O seminário FCCE Mulheres no Global Business, que destacou a importância da participação feminina no comércio internacional;

A entrega da Cartilha de Inspeção Técnica Veicular ao ministro dos Transportes, um marco de nossa contribuição técnica para o setor de transportes;

Reuniões com o LogMed e o CGSN, voltadas para a melhoria da logística e para o aperfeiçoamento do Simples Nacional.

Essas ações demonstram o compromisso das Câmaras com a construção de um ambiente de negócios mais dinâmico, eficiente e alinhado às necessidades dos setores representados.

Por fim, não poderia deixar de agradecer aos coordenadores e integrantes das Câmaras, que dedicaram tempo, conhecimento e energia para promover avanços concretos, à equipe da ACBCS, liderada pela gerente Andrea Marins, e às áreas técnicas da CNC, cujo suporte foi imprescindível para a realização de nossas atividades.

Luiz Carlos Bohn

2º vice-presidente da CNC e coordenador-geral das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços





Simone Guimarães

Diretora-geral executiva da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)

O ano de 2024 foi mais um período de excelentes resultados no trabalho conjunto com as Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços da CNC. Trabalho intenso e colaborativo, voltado para a discussão dos grandes temas setoriais e o encaminhamento de questões sensíveis para o ambiente de negócios das empresas.

De nossa parte, temos muito clara a importância do papel das Câmaras e trabalhamos para que contem com todo o suporte necessário. Nessa missão, agradeço ao presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros, pela liderança, e ao coordenador-geral das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços, Luiz Carlos Bohn, cuja dedicação tem sido fundamental para o fortalecimento das iniciativas e do impacto das Câmaras.

Registro também meu profundo reconhecimento aos coordenadores e integrantes das Câmaras e, à equipe da ACBCS, bem como às áreas técnicas da CNC, cujos empenho e conhecimento garantem a excelência de nossas ações.

Nos últimos anos, temos reforçado a valorização dessa atuação, promovendo o desenvolvimento de ações que consolidam as Câmaras como protagonistas nas discussões sobre os desafios e as oportunidades do comércio e dos serviços no Brasil.

Entre as iniciativas mais marcantes, tenho sempre destacado com entusiasmo a criação da Câmara Brasileira das Mulheres Empreendedoras do Comércio (CBMEC). Ela é fruto do nosso compromisso com a inclusão e a diversidade, valores que a CNC tem promovido de forma contínua. A CBMEC busca ampliar e potencializar a contribuição feminina para o empreendedorismo no comércio de bens, serviços e turismo, trazendo uma perspectiva enriquecedora e essencial para o fortalecimento do setor.

É com esse sentimento que encerramos 2024, certos de que os avanços alcançados são fruto de um trabalho coletivo, pautado pelo diálogo e pela parceria. Que 2025 seja um ano igualmente produtivo para as Câmaras e para toda a CNC.

trabalho
nas

Câmara
m
a
ra
s

Processo de trabalho das Câmaras

As Câmaras vêm ganhando mais visibilidade e se firmando como um instrumento fundamental de inovação para o fortalecimento do Sistema.

A coordenação administrativa é exercida pela Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços (ACBCS), sob responsabilidade da Gerente Sra. Andréa Marins, supervisão de sua gerente, Andrea Marins, com supervisão da diretoria-geral executiva da CNC, Simone Guimarães, e coordenação do 2º vice-presidente

da CNC e presidente da Fecomércio-RS, Luiz Carlos Bohn.

Apesar da especificidade de cada uma delas, os materiais produzidos pelas diversas Câmaras são compartilhados entre os grupos, promovendo maior integração e fortalecimento do trabalho conjunto.

Dentre os instrumentos de comunicação institucional utilizados, destacam-se o Informe Câmaras, boletim enviado por e-mail para todos seus integrantes (titulares e suplentes), Federações, grupos de executivos das Federações, grupos de assessores de comunicação das Federações e dos sindicatos. As notícias para o público geral são publicadas no site da CNC, nas redes sociais e na revista CNC Notícias, ressaltando a representatividade e a atuação institucional da entidade.

1 Pauta



Demandas
Informações preliminares

2 Reunião de trabalho



Debates
Análise de informações
Contribuições das áreas técnicas

3 Ata



Proposições
Resultados

4 Comitês



Trabalhar as demandas
dos segmentos

5 Proposições



Posicionamento institucional da CNC na defesa dos empresários do comércio de bens, serviços e turismo

Ações da ACBCS

Reuniões

23



Proposições

126

Concluídas

117



Ações

Números

24.293

Total de Participantes nas reuniões

840

224

Temas abordados nas reuniões



Novo Portal das Câmaras
Landing page



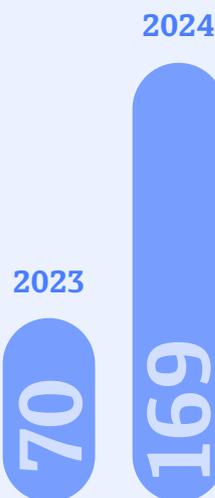
Whatsapp Business

Plataforma de gestão
das Câmaras (em construção)



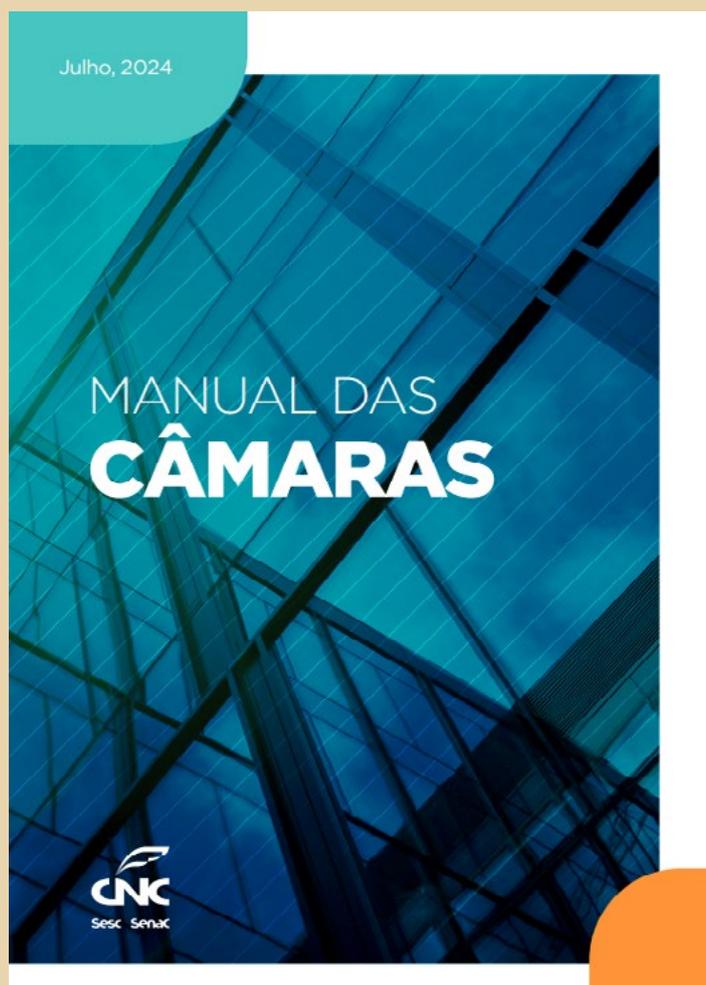
Inovações

Evolução das Câmaras
Setoriais nas Federações:



Manual das Câmaras

Manual orientativo sobre o funcionamento, a composição, o fluxo de informações e a organização das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços da CNC.



Leia o QR Code e
conheça o Manual
das Câmaras



Objetivo, visão e composição



CBMEC



CBCex



CBCGAL



CBÓptica



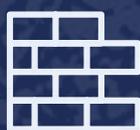
CBFarma



CBCC



CBS



CBMC



CBTIN



CBCSI



CBCPave

Objetivo das Câmaras

Órgãos consultivos da Presidência que têm o objetivo de realizar estudos e fornecer sugestões para as ações institucionais do Sistema Confederativo do Comércio (CNC-Sesc-Senac-Federações), no apoio e na defesa dos interesses das categorias econômicas por elas representadas. As Câmaras são compostas por lideranças empresariais e sindicais dos respectivos setores.

Visão das Câmaras

Espaço efetivo para propor, apoiar e acompanhar ações voltadas ao desenvolvimento do ambiente de negócios do setor que representam.

Composição das Câmaras

Atribuições do coordenador:

- Interlocução com o 2º vice-presidente
- Planejamento das reuniões
- Acompanhamento das ações
- Mobilização dos integrantes



Atribuições dos integrantes*:

- Identificar demandas
- Propor soluções
- Contribuir com informações

*Representantes de entidades sindicais, de associações e de empresas do setor.

Events

Agenda Legislativa 2024

Participação dos coordenadores das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços; do coordenador-geral das Câmaras, Luiz Carlos Bohn; e da gerente da Assessoria das Câmaras, Andrea Marins, na cerimônia de entrega da Agenda Institucional do Sistema Comércio 2024, com as propostas do comércio em favor do desenvolvimento nacional. O evento foi realizado no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), no dia 6 de março de 2024.



Workshop Mercado Brasileiro de Carbono x Renovabio



Com participação do coordenador da Câmara Brasileira do Comércio de Combustíveis (CBCC),

James Thorp Neto; do coordenador-geral das Câmaras, Luiz Carlos Bohn; da gerente da Assessoria das Câmaras, Andrea Marins, o evento também contou com a presença de docentes da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ); do ex-diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) Aurélio Amaral; dos deputados federais Eduardo Bandeira Mello (PSB-RJ) e Joaquim Passarinho (PL-PA); de representantes da CBCC da CNC; e de integrantes da Federação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Gás Natural e Biocombustíveis (Brasilcom), que promoveram o workshop, realizado no dia 20 de março de 2024 na sede da CNC no Distrito Federal.

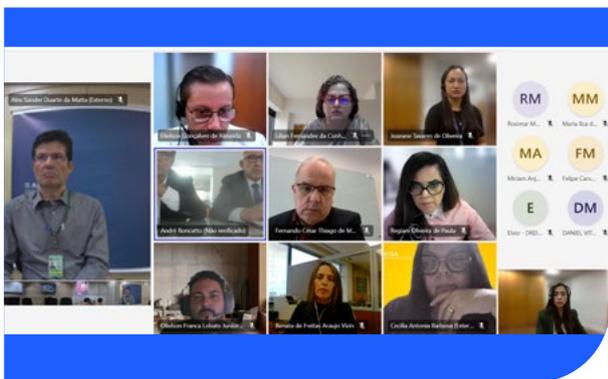
WE Forum

Participação da coordenadora da Câmara Brasileira das Mulheres Empreendedoras do Comércio (CBMEC), Laura Andrea Farias Paiva, no evento “Women Entrepreneur Forum (We Forum) – Conectando mulheres, gerando oportunidades”, realizado nos dias 25 e 26 de março de 2024, na Confederação Nacional da Indústria (CNI).



Reunião Anvisa

Participação do coordenador da Câmara Brasileira do Comércio de Produtos e Serviços Ópticos (CBÓptica), André Luiz Roncato, em reunião realizada no dia 7 de março de 2024, na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), para tratar do enquadramento da classificação de grau de risco da atividade do comércio de produtos ópticos e, também, do enquadramento do comércio de produtos ópticos como atividade



relacionada à saúde. Também estiveram presentes os representantes da Coordenação de Articulação Interfederativa do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (CSNVS), Alex Sander Duarte da Matta; da Assessoria do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (ASNVS), Jonas de Salles Cunha; da Terceira Diretoria, Renata Faria Pereira Hurtado; da Gerência-Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde (GGTES) da Anvisa, Márcia Gonçalves de Oliveira, Janaína Lopes Domingos Barros. Tatiana Jubé e Eduardo Alves; e da Câmara dos Deputados, Alexandre Lindenmeyer (PT-RS) e seu assessor, Luciano da Rocha Gonçalves, e Raquel Ferreira Lima, assessora de Adriana Accorsi (PT-GO), além do diretor do Sindióptica-RS, Roberto Tenedini; do professor do curso técnico Óptica do Senac Leandro Stuerme; do advogado da Diretoria Jurídica e Sindical (DJS) da CNC Fernando Mello; e dos assessores da Diretoria de Relações Institucionais (DRI) da CNC Elielson Almeida e Thaís Peters.

Reunião Senatran

Participação do coordenador da Câmara Brasileira do Comércio de Peças e Acessórios para Veículos (CBCPAVE), Ranieri Palmeira Leitão; da diretora do Departamento de Segurança no Trânsito, Maria Alice Nascimento Souza; da coordenadora-geral de Regulação da Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran), Izabela Rizzotti Souza Lima; e dos assessores da Diretoria de Relações Institucionais (DRI) da CNC Elielson Almeida e Thaís Peters.

A reunião foi realizada na Senatran, no dia 7 de março de 2024, para tratar do tema Inspeção Técnica Veicular (ITV), e foram discutidos os seguintes pontos: regulamentação e essencialidade da Inspeção Técnica Veicular para a sociedade brasileira; entrega do Anuário do Comércio de Autopeças do Brasil à diretora do Departamento de Segurança no Trânsito; atraso do Brasil em relação aos demais países na regulamentação; alinhamento sobre sugestões

de propostas para a regulamentação, sem grande impacto para a sociedade; relevância dos impactos econômicos gerados pelos acidentes de trânsito e necessidade de diminuição de sinistros; e definição de estratégias para engajamento do setor público e da sociedade na regulamentação da ITV.



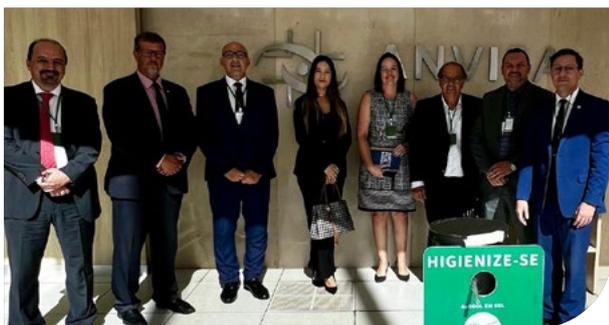
Mulheres no Global Business

Participação da coordenadora da Câmara Brasileira das Mulheres Empreendedoras do Comércio (CBMEC), Laura Andrea Farias Paiva; da diretora-geral executiva da CNC, Simone Guimarães; e da gerente da Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços, Andrea Marins, no 1º Seminário Mulheres no Global Business, da Federação das Câmaras de Comércio Exterior (FCCE). Realizado no dia 2 de abril de 2024, na sede da CNC no Rio de Janeiro, trata-se de um evento de grande importância para o fortalecimento do empreendedorismo feminino e no compartilhamento de experiências e perspectivas do papel das mulheres no comércio exterior.



Reunião com Anvisa e CGSIM

Participação do coordenador da Câmara Brasileira do Comércio de Produtos e Serviços Ópticos (CBÓptica), André Luiz Roncato, em reunião on-line, realizada no dia 5 de abril de 2024, com representantes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (CGSIM), da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e da Câmara Brasileira



do Comércio de Produtos e Serviços Ópticos (CBÓptica), sobre a classificação da atividade óptica por grau de baixo risco, tema que vem amplamente sendo discutido nas reuniões da CBÓptica.

Estiveram presentes Elielson de Almeida e Fernando Mello, da CNC; representantes sindicais do segmento óptico, o diretor Executivo do Sindióptica e integrante da CBÓptica, Roberto Tenedini; o coordenador de Articulação Interfederativa do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, Alex Sander Duarte da Matta; o secretário executivo do Comitê Gestor do Simples Nacional, Olielson Lobato Jr; e a secretária executiva do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios, Flavia Britto, que também é diretora do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (Drei).

Entrega da cartilha de Inspeção Técnica Veicular

Participação do coordenador da Câmara Brasileira do Comércio de Peças e Acessórios para Veículos (CBCPAVE), Ranieri Palmeira Leitão, na entrega ao ministro dos Transportes, Renan Filho, e ao secretário Nacional de Trânsito, Adrualdo de Lima Catão, de uma cartilha de Inspeção Técnica Veicular (ITV) produzida pela CNC. O encontro aconteceu no dia 4 de julho de 2024.

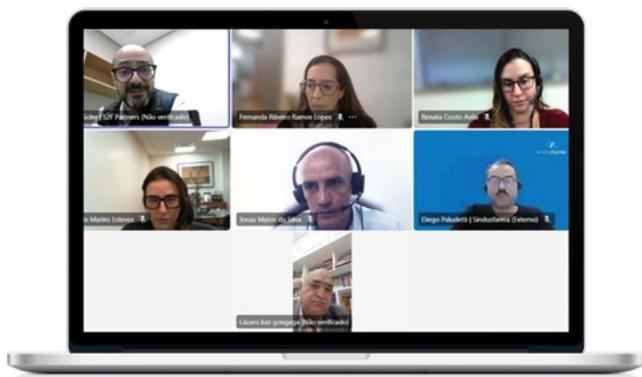
O manual apresenta os custos diretos associados aos acidentes de trânsito, como despesas médicas, custos com funerais e compensação por invalidez, além da sobrecarga no Sistema Único de Saúde (SUS) com atendimento às vítimas, demandando recursos.

O documento foi elaborado pela Diretoria de Economia de Inovação (Dein) e pela Diretoria Jurídica e Sindical (DJS) da CNC, com apoio da Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços (ACBCS).



Reunião LogMed

Participação do coordenador da Câmara Brasileira de Produtos Farmacêuticos (CBFarma), Lázaro Luiz Gonzaga, na reunião por videoconferência, realizada no dia 18 de julho, para apresentação das potenciais



contribuições da CNC para Logística Reversa de Medicamentos ao Grupo de Acompanhamento de Performance (GAP) da LogMed. O objetivo foi verificar a possibilidade de participação da Confederação no grupo, considerando a importância do sistema de logística reversa de medicamentos domiciliares de uso humano, vencidos ou em desuso e suas embalagens para o setor de varejo e comércio farmacêutico. Também marcaram presença o coordenador do LogMed, Fabrício Soler; Diego Paludetti, representante do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma); a gerente da Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços, Andrea Marins; e Renata Ávila, Fernanda Ramos Lopes e Jonas Matos da Silva, representantes da CNC.

Reunião com CGSN

Participação do coordenador da Câmara Brasileira do Comércio de Produtos e Serviços Ópticos (CBÓptica), André Luiz Roncatto, em reunião por videoconferência, realizada no dia 7 de agosto, com o Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) para retirada de produtos ópticos da Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE). Também marcaram presença a Diretoria de Relações Institucionais (DRI) da CNC e o secretário-executivo do Comitê Gestor do Simples Nacional, Olielson Lobato Jr., para reforçar a demanda do setor pela retirada da CNAE do correspondente ao comércio de produtos ópticos da lista de segmentos autorizados a se constituir como microempreendedor individual (MEI).

A CBÓptica entende que a existência desses estabelecimentos, organizados nessa modalidade, põe em risco a saúde do consumidor, uma vez que acaba facilitando o exercício da atividade sem o devido rigor técnico necessário para oferecimento



dos produtos e serviços ópticos com a devida segurança.

Para o coordenador da CBÓptica, é essencial cuidar da saúde visual das pessoas: “A importância social do MEI é evidente, mas a saúde visual dos brasileiros deve ser protegida. Permitir o ingresso no setor óptico sem atender aos requisitos sanitários e técnicos é colocar em risco a saúde e incentivar à informalidade”.

CNC Play



[Acesse aqui](#)

Programa Serviço em Foco - Episódio 6: Câmaras de serviços

Câmara
m
a
ra

S do
comércio

CBCC Câmara Brasileira do Comércio de Combustíveis da CNC



“Em 2024, a CBCC obteve uma conquista significativa com a inclusão da obrigatoriedade de testes de viabilidade técnica, garantindo que os aumentos na mistura de biodiesel ao diesel sejam feitos com segurança, tanto para o setor quanto para o consumidor, e também com a realização do workshop sobre o Renovabio, que precisa passar por uma reestruturação para funcionar de forma mais adequada, com os ajustes necessários.”

 James Thorp Neto
Coordenador

 Quantidade total de integrantes
Titulares: 21
Suplentes: 21

 Data de criação da Câmara
13/05/2019

 Reuniões em 2024
19/03 - CNC-DF
01/08 - CNC-DF

 Outros integrantes
Brasilcom



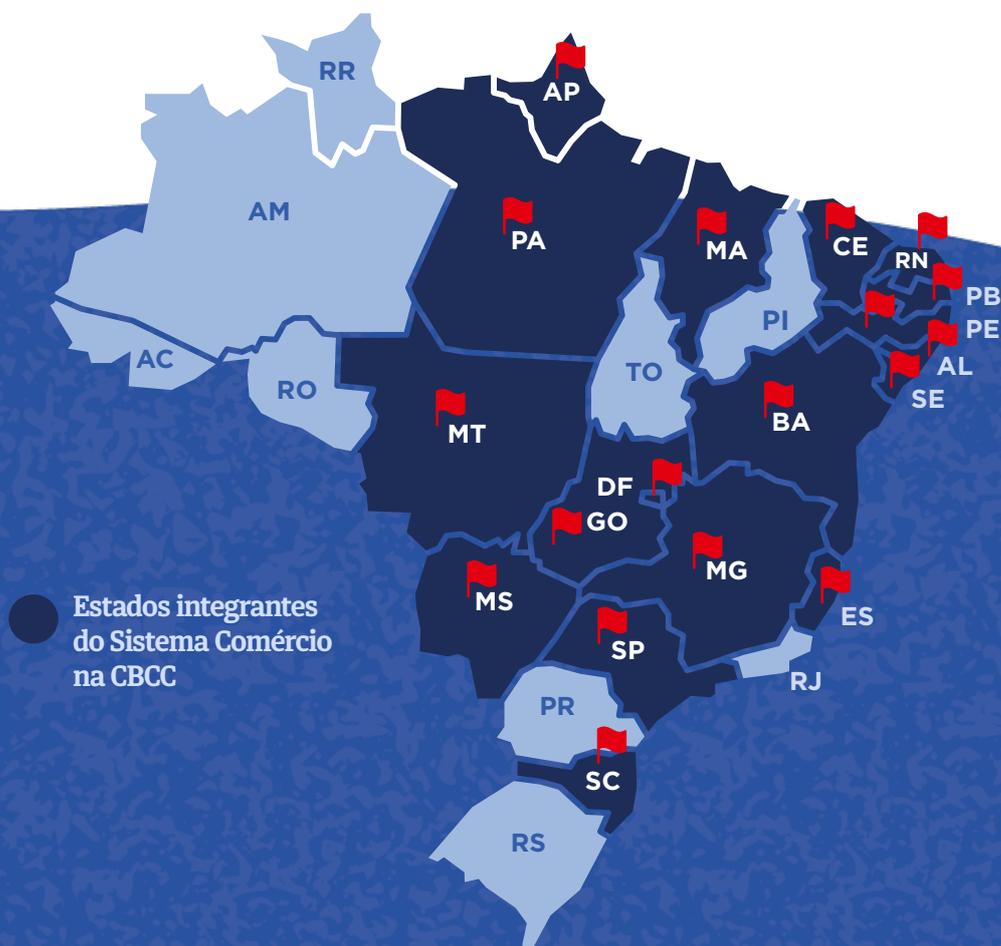
Integrantes

Titulares

- Alexis Japiassu Maia Junior
- Antonio Íris de Oliveira
- Emílio Ludovico Neumam
- João Carlos Dal' Aqua
- José Augusto Melo Costa
- Júlio César Zimmermann
- Manuel Novais Neto
- Marcelo Batistela
- Márcio Martins de Castro Andrade
- Mário Luiz Pinheiro Melo
- Maurício Abreu Cotrim
- Maurício Chicre Abou Rejaile
- Maxwell Flor de Oliveira
- Nelson Soares Junior
- Nerleo Caus de Souza
- Omar Aristides Hamad Filho
- Paulo Roberto Corrêa Tavares
- Rubens Torres Medrano
- Thomas Jefferson Gomes de Albuquerque
- Valter Silva do Monte

Suplentes

- Abel da Silva Leitão
- Adriano Henrique Costa Bandeira
- Bruno Toniato de Souza
- Carlos Germano da Silva Ferreira Júnior
- Claudyson Martins Alves
- Edson Alceu Lazaroto
- Elson Justiniano Alves
- Germano de Freitas Melro Valente
- João Batista de Oliveira Machado
- Jorge Luis Pereira Sanches
- José Camargo Hernandes
- José Carlos da Silva
- José de Faro Rollemberg Nascimento
- Leandro da Silva Pinheiro
- Leomario Batista de Oliveira
- Leopoldo Corrêa Santos Neto
- Luiz Antonelli Santana
- Luiz Antonio Amin
- Luiz Vicente Sales Ferreira
- Max Neumann Netto
- Paulo Cezar Ribeiro de Araújo



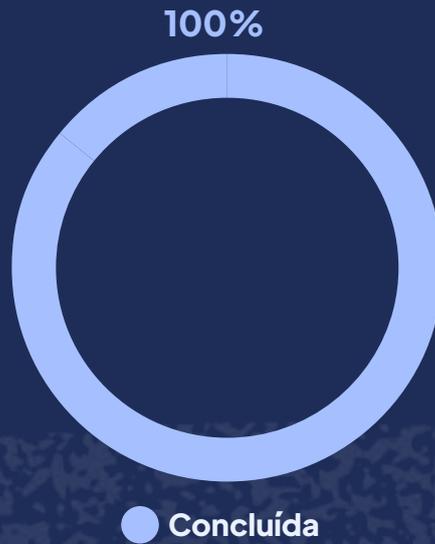
Objetivos identificados

- Reforma tributária (implantação da monofasia nos tributos estaduais na comercialização dos combustíveis; e regulamentação do ad rem para o ad rem);
- Renovabio – aumentar a abrangência dos CBIOS (refinarias) ; e combater a fraude fiscal no etanol;
- Revisão dos anexos da NRS 20 e 15 quanto à presença de benzeno na gasolina;
- Livre acesso aos terminais portuários e dutos;
- Revisão do enquadramento das empresas com potencial poluidor e da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama);
- Regulamentação dos Cartões Frota pelo Banco Central; e
- Defender um planejamento no uso de biocombustíveis, principalmente o teor de biodiesel na mistura com óleo diesel fóssil, que promova maior previsibilidade e segurança técnica para os agentes da cadeia.

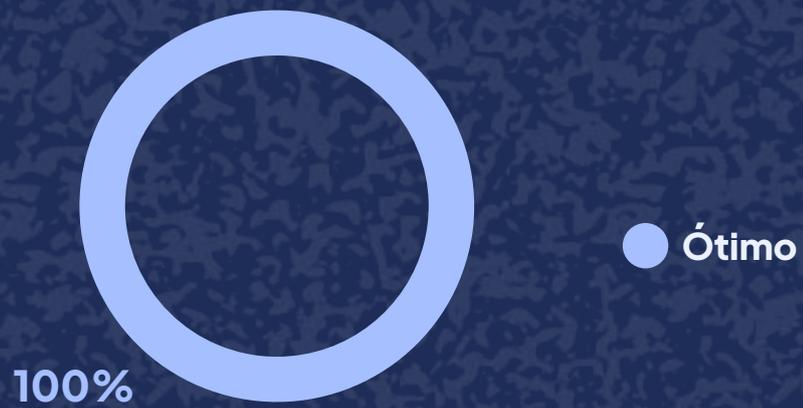
Temas abordados nas reuniões

- Sonegação e crime organizado no mercado de combustíveis;
- Propostas de aumento de percentual da mistura de biocombustíveis nos combustíveis fósseis;
- Renovabio/CBIOS, impacto regulatório das Resoluções ANP 45 e 67 e a “Bomba Branca” em posto bandeirado;
- PL nº 5.243/2023 –(self service em até 50% bombas autosserviço) – altera a Lei nº 9.956, de 12 de janeiro de 2000, para permitir o funcionamento de até 50% de bombas de autosserviço nos postos de abastecimento de combustíveis;
- PL nº 302/2022 – cria a Política Nacional de Redução do uso do Diesel S-500 no Brasil;
- PL nº 4.516/2023 – dispõe sobre a promoção da mobilidade sustentável de baixo carbono, o Programa Nacional de Combustível Sustentável de Aviação, o Programa Nacional de Diesel Verde e o marco legal da captura e da estocagem geológica de dióxido de carbono;
- PL nº 1.873/2021 – estabelece o Programa Nacional dos Combustíveis Avançados Renováveis, visando incentivar a pesquisa e fomentar a produção e consumo dos biocombustíveis avançados;
- PL nº 1.501/2023 – altera o art. 1º da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, para incluir os § 5º e 6º, que versam sobre a criação das diretrizes de combate ao combustível adulterado;
- Fraudes e sonegação em combustíveis;
- Amicus curiae em processo no Cade, sobre a desproporcionalidade e a falta de razoabilidade de multas aplicadas por esse órgão;
- PL Complementar nº 164/2022 – regula o art. 146-A da Constituição Federal e estabelece normas gerais para a identificação e controle de devedores contumazes, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência; e Projeto de Lei do Senado nº 284/2017, que regulamenta a Constituição Federal para prever critérios especiais de tributação a fim de prevenir desequilíbrios concorrenciais;
- PL Complementar nº 125/2022 – estabelece normas gerais relativas a direitos, garantias e deveres dos contribuintes;
- PL nº 15/2024 – institui programas de conformidade tributária e aduaneira no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, dispondo sobre o devedor contumaz e as condições para fruição de benefícios fiscais;
- PL nº 4.881/2019 – dispõe sobre a revogação de autorização de estabelecimentos que, reincidentemente, distribuam, adquiram, comercializem, transportem ou estoquem derivados de petróleo, gás natural e suas frações recuperáveis ou biocombustíveis que estejam em desconformidade com as normas estabelecidas pelo órgão regulador;
- PL nº 2.368/2020 – altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, para proibir a exigência de galonagem mínima para aquisição de combustíveis e instituir multa em caso de descumprimento; e
- PL nº 3.299/2021 – regulamenta a profissão de frentista e dá outras providências.

Gestão das proposições da Câmara



Avaliação geral das reuniões



Produção de biocombustíveis no Brasil é destaque na CBCC

O aumento do teor de biocombustíveis no Brasil e sua produção, as propostas legislativas que tramitam no Congresso Nacional e o mercado de créditos de carbono foram os temas de destaque, na primeira reunião do ano, da Câmara Brasileira do Comércio de Combustíveis (CBCC), que ocorreu em março, na sede da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em Brasília.

Ao abrir o encontro, o coordenador da CBCC e presidente da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis), James Thorp Neto, destacou a importância do colegiado: “O grande diferencial é trazer as nossas demandas selecionadas para que possamos envolver a CNC, que tem credibilidade e força no cenário nacional, seja no Executivo, seja no Legislativo”.

Thorp completou comentando a quantidade de proposições concluídas pela Câmara e a missão de selecionar temas de grande relevância para o mercado de combustíveis no País.

O coordenador-geral das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços, Luiz Carlos Bohn, frisou a relevância do segmento para o Brasil: “É um setor importantíssimo pelo envolvimento que tem na cadeia produtiva como um todo, tanto no transporte de pessoas quanto no de mercadorias. A Câmara tem um papel catalisador para o Sistema, um lugar de escuta de todos os senhores.”

O vice-presidente executivo da Federação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Gás Natural e Biocombustíveis (Brasilcom), Abel Leitão, abordou a importância do RenovaBio e citou o mercado de carbono, afirmando, em relação a tributações, que “quem polui mais deve pagar mais”.

Balanco do trabalho

A gerente da Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços (ACBCS), Andrea Marins, apresentou o relatório geral das atividades da ACBCS durante o ano de 2023. O documento já havia sido apresentado a todos os coordenadores

Paulo Negreiros



Integrantes da CBCC representam a revenda e a distribuição do comércio de combustíveis no Brasil

das 11 câmaras temáticas, e agora vem sendo desdobrado em cada uma das reuniões para dar conhecimento aos membros dos colegiados.

Em 2023, foram 22 reuniões de câmaras e uma de coordenadores. As ações realizadas saltaram de 4.433 para 7.992, totalizando um aumento de 75,79%. Entre as 215 pautas debatidas nos encontros, Andrea Marins destacou dois principais temas: a reforma tributária e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que são temas transversais e perpassam por diversas câmaras.

Os participantes também puderam conhecer a composição de todas as câmaras da CNC, os principais temas abordados pelos órgãos consultivos, a evolução da gestão no Sistema Comércio, além do trabalho realizado pela ACBCS, que envolve reuniões, ações com as áreas técnicas, encaminhamentos e monitoramento dos resultados.

Executivo x Legislativo

Assessor da Diretoria de Relações Institucionais (DRI) da CNC, Felipe Miranda apresentou a atuação da DRI nos Poderes Legislativo e Executivo, ressaltando a missão da Confederação de atuar na defesa de interesses do comércio de bens, serviços e turismo.

“O setor de combustíveis e o de farmácia são os setores que mais sofrem intervenções do governo, sendo que o primeiro nos demanda muito. Ao todo, a CNC acompanha mais de 7.800 projetos, sendo 3 mil prioritários. Destes, 122 são afetos ao setor de combustíveis”, citou.

Miranda também elencou os principais objetivos da DRI na articulação com autoridades do poder público, na formulação de políticas públicas e no trabalho de dar protagonismo à representação empresarial e ao desenvolvimento do ambiente de negócios no País.

O coordenador da Câmara, James Thorp; Abel Leitão, da Brasilcom; e Felipe Miranda, da DRI/CNC



Paulo Negreiros



Paulo Negreiros



Paulo Negreiros

Câmara de combustíveis debate impacto do RenovaBio



Edgar Marra

Os últimos fatos relevantes sobre a Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017, que trata da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), as fraudes e as sonegações em combustíveis no País e a desproporcionalidade de multas aplicadas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), foram temas de destaque da reunião da Câmara Brasileira do Comércio de Combustíveis (CBCC), que aconteceu no dia 1º agosto, na sede da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em Brasília.

Na abertura, o coordenador-geral das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços, Luiz Carlos Bohn, fez um relato sobre o cenário no Rio Grande do Sul após as enchentes: “Tivemos 64% da população do estado afetada, com grandes prejuízos. Foi uma situação desastrosa, especialmente para a região de Porto Alegre, onde os sistemas de proteção contra inundações não funcionaram adequadamente”.

Bohn reforçou que o Sesc e o Senac ajudaram muito, recebendo as pessoas atingidas, desabrigadas ou desalojadas: “Tivemos a solidariedade de todo o Brasil, incluindo recursos e mantimentos de vários estados. No entanto,

as ajudas foram insuficientes. Precisamos de mais apoio federal, especialmente na questão trabalhista, para manter empregos e ajudar as empresas a se recuperarem”.

Fraudes e crime organizado

O coordenador da CBCC, James Thorp Neto, que também é presidente da Fecombustíveis, compartilhou a preocupação em relação ao crime organizado no setor de combustíveis. Ele comentou que, recentemente, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, destacou a influência do crime organizado no setor e que a imprensa também corroborou que o crime organizado está em todos os elos da cadeia, desde a produção até a distribuição.

No fim de agosto, a Fecombustíveis e o Instituto Combustível Legal (ICL) lançaram o Movimento Unidos pelo Combustível Legal, reunindo autoridades, parlamentares e representantes do setor para debater a urgência na aprovação de leis que combatam a sonegação fiscal e o crime.

O assessor da Diretoria de Relações Institucionais (DRI) da CNC, Felipe Miranda, falou sobre os encaminhamentos da CNC em relação

ao RenovaBio, que foram utilizados em debates sobre o aumento dos preços de combustíveis. Ele também comentou o Projeto de Lei (PL) nº 2.050/2022, que exigia a emissão de cupom fiscal nas bombas de combustíveis. Com o apoio do deputado Duarte Júnior (PSB-MA), o projeto foi rejeitado na Comissão de Defesa do Consumidor, uma vez que muitos estados já obrigam a emissão de cupom fiscal eletrônico, fechando brechas para sonegação. “A medida será implementada nacionalmente pelo Confaz, sem a necessidade de impressoras em cada bomba, evitando custos desnecessários”, explicou Felipe.

O vice-presidente executivo da Federação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Gás Natural e Biocombustíveis (Brasilcom), Abel Leitão, falou sobre os avanços em relação ao RenovaBio e citou outras dimensões Pauta: “Vamos falar do mercado: o preço do Crédito de Descarbonização (CBIO) caiu, resultado das ações nas três esferas, Judiciário, Legislativo e Executivo, com maior impacto no Judiciário.

As ações judiciais visam expor assimetrias no programa para correção. Reafirmo que não somos contra o meio ambiente, e sim a favor de uma descarbonização eficaz. O problema é que o RenovaBio, na prática, se tornou um programa de transferência de renda, e estamos lutando para corrigir”.

Temas principais

Ainda na reunião, os integrantes debateram o impacto do RenovaBio nos preços e a necessidade de corrigir assimetrias no programa. As fraudes e a sonegação fiscal também foram destaque, incluindo o regime especial do Amapá e a importação de nafta como gasolina. Além disso, falaram sobre a complexidade de ajustes fiscais e seus impactos em diferentes setores da economia.

O perigo do metanol e sua comercialização irregular em postos e o risco à saúde pública; a necessidade de maior fiscalização e controle na comercialização de combustíveis, incluindo testes para detecção de metanol; a distinção entre paralelismo de preços e cartel no setor de combustíveis; e a preocupação com a percepção

pública e a mídia em relação aos preços dos combustíveis também fizeram parte do debate.

Ao fim da reunião, Felipe Miranda destacou pautas em tramitação no Congresso Nacional de interesse do setor, como o PL Complementar nº 164/2022, sobre devedores contumazes; o PL Complementar nº 125/2022, que trata de direitos e deveres dos contribuintes; o PL nº 15/2024, sobre conformidade tributária; o PL nº 4.881/2019, que revoga autorizações para infrações recorrentes em combustíveis; o PL nº 2.368/2020, que proíbe exigência de galonagem mínima; e o PL nº 3.299/2020, que regulamenta a profissão de frentista.



Edgar Marra

Abel Leitão, da Brasilcom, falou sobre os avanços em relação ao RenovaBio



Edgar Marra

Felipe Miranda, da DRI da CNC, fez uma atualização das pautas em tramitação no Congresso Nacional

CBCSI Câmara Brasileira de Comércio e Serviços Imobiliários da CNC



A CBCSI reforçou em 2024 a sua atuação na defesa do setor imobiliário e de condomínios. Alinhada às diretrizes da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), promoveu estudos e debates, oferecendo sugestões para o aprimoramento de textos legislativos, com foco especial na construção de uma agenda setorial robusta e no acompanhamento de temas estratégicos, como a reforma tributária."



Pedro José Wähmann
Coordenador



Quantidade total
de integrantes
Titulares: 27
Suplentes: 23



Data de criação
da Câmara
15/07/1996



Reuniões em 2024
17/04 - CNC-DF
09/12 -CNC-RJ



Outros integrantes
AABIC-SP
ABADI-RJ
Ibagy Imóveis
Secovi/PE



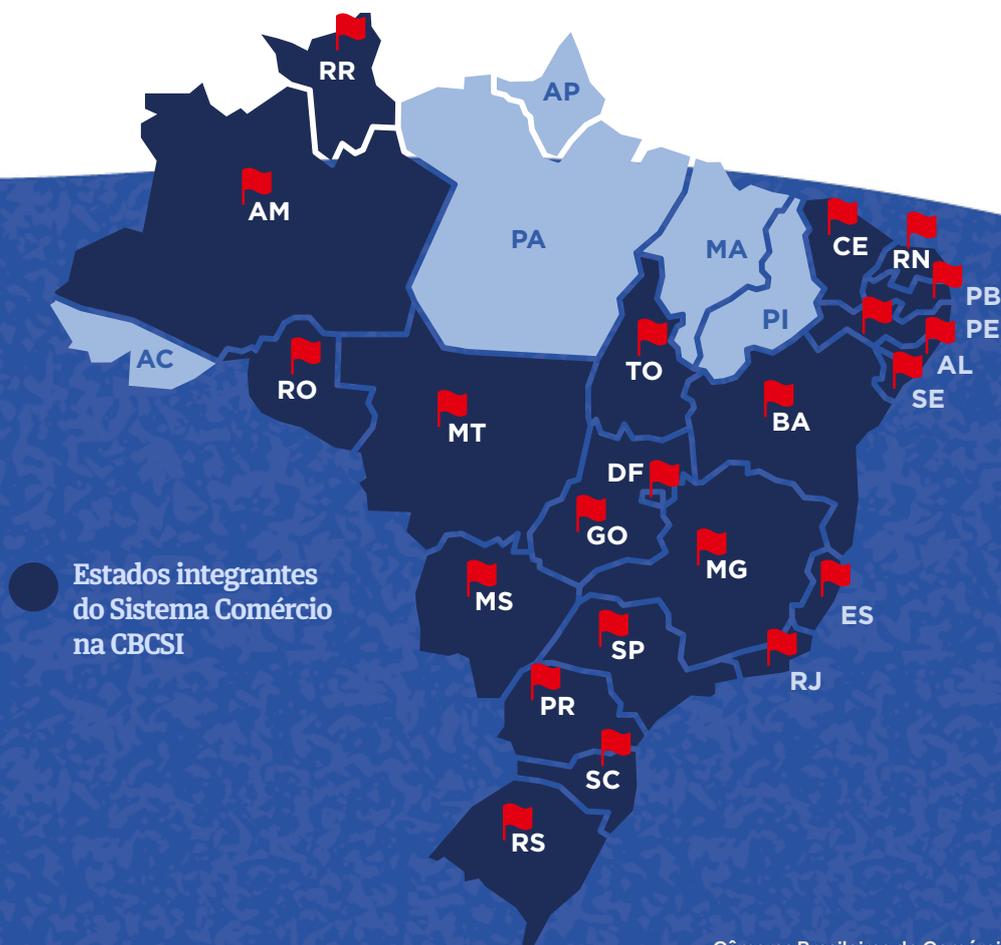
Integrantes

Titulares

- Abraão Lima Viana
- Antônio Carlos da Costa
- Cássia Ximenes
- Edilson Baldez das Neves
- Eduardo Cesar Dutra
- Eduardo Fontes Terra da Silveira
- Érico Mota Feitosa
- Francisco Sandoval Santos Junior
- Gilmar Antônio dos Santos
- José Maria Miranda
- José Roberto Tadros Júnior
- Kelsor Gonçalves Fernandes
- Leandro Ibagy
- Márcio Luiz de Oliveira Gomes e Silva
- Marco Sérgio Pessoz
- Moacyr Schukster
- Moira Toledo
- Nilo Zampieri Júnior
- Omar Anauate
- Ovídio Maia Filho
- Rafael Thomé
- Renato Alexandre Maciel Gomes Netto
- Ricardo Hirodi Toyofuku
- Roberto Sérgio Cunha
- Ronaldo Otoch
- Veronildo da Silva Holanda

Suplentes

- Alexandre Hermes Rodrigues Corrêa
- Alexandre Schubert
- Allan Thierson Silva Costa
- Álvaro José Bicalho Cançado
- Ângelo Henrique Farias de Medeiros
- Eduardo Pereira da Silva
- Francisca Alves da Silva
- Francisco Sandoval Santos Junior
- Fernando Antônio de Oliveira Leão
- Fernando Rezende de Carvalho
- Gabriel Alessander Coelho Maranhão
- Geovani Henrique Bamberg Gisler
- Ioav Blanche
- Jaques Bushatsky
- José Roberto Graiche Júnior
- Leonardo da Mota Costa
- Luiz Carlos Borges da Silva
- Márcio Donato Koerich
- Paulo Roberto Brasileiro Miranda Filho
- Pedro Carlos Carsalade
- Roque Bittencourt Lopes
- Sérgio Antônio Jardim Cogoy
- Silas Paes Barbosa Junior



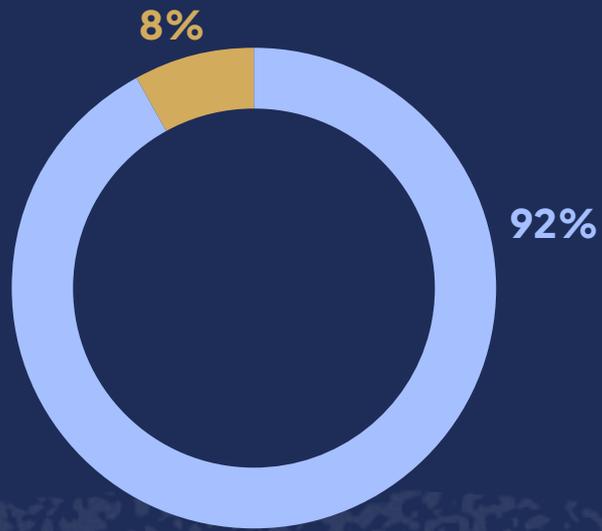
Objetivos identificados

- Iniciativas importantes para o setor imobiliário e de condomínios, incluindo a análise de matérias legislativas, a construção de agenda setorial, o fortalecimento de relações institucionais, o apoio a eventos significativos no setor, e o fomento de diálogos e integrações entre diferentes entidades. Esses objetivos refletem um compromisso claro com a representação e o desenvolvimento do setor imobiliário, crucial para o crescimento econômico e a estabilidade do mercado;
- Encaminhar, por intermédio da Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços (ACBCS), para a Diretoria da CNC, estudos e sugestões para atuação política em defesa do setor imobiliário e de condomínios, representado pelos Secovis do Brasil;
- Analisar matérias legislativas prioritárias e o impacto das reformas governamentais para o setor, especialmente da reforma tributária, com o apoio das áreas técnicas da CNC, por intermédio da Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços (ACBCS);
- Fortalecer o relacionamento institucional do setor junto ao Poder Legislativo, com o apoio da Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços (ACBCS), através do lançamento da Agenda Legislativa & Projetos Prioritários 2024 - Comércio e Serviços Imobiliários;
- Fomentar a integração dos Secovis do Brasil com Federações, Sesc e Senac, bem como fortalecer a articulação com as entidades da cadeia produtiva; e
- Fomentar o diálogo com outras instituições do mercado imobiliário, fortalecendo a cadeia produtiva da habitação como um todo.

Temas abordados nas reuniões

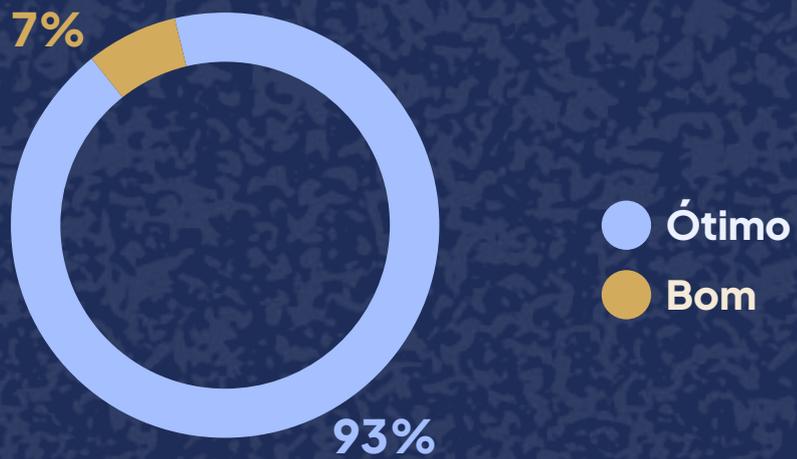
- Mercado de locação e suas perspectivas atuais e futuras;
- Dívida Fiscal - Penhora do imóvel;
- Reforma tributária;
- Condomínios edilícios e suas perspectivas atuais e futuras;
- ABNT - Normatizações;
- Repercussão da Cobrança Assistencial 2024;
- Encontro de executivos do Secovi; e
- 22° Conami - Recife.

Gestão das proposições da Câmara



● Em andamento ● Concluída

Avaliação geral das reuniões



● Ótimo ● Bom

Tendências e perspectivas para o mercado imobiliário são debatidas na CBCSI

O número de brasileiros que moram de aluguel vem crescendo nos últimos anos. As perspectivas do cenário locatício residencial nacional foram apresentadas na primeira reunião do ano da Câmara Brasileira de Comércio e Serviços Imobiliários (CBCSI), que ocorreu na sede da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em Brasília.

Durante a abertura dos trabalhos, o coordenador do colegiado, Pedro Wähmann, presidente do Secovi Rio, citou a última pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que já sinalizava essa tendência na locação: “O mercado cresce a cada ano, e os dados mostram que foram três pontos percentuais na última década, o que nos motivou a trazer essa apresentação para nossos membros”.

Em 2022, a maior parte da população brasileira (64,6%) vivia em domicílios próprios e já pagos, mas esse percentual vem caindo desde 2016, quando esse grupo representava quase 68% dos brasileiros, de acordo com a Síntese de Indicadores

Sociais (SIS) 2023, divulgada pelo IBGE. Os dados, que analisam a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), mostram que 20,2% da população moravam em domicílio alugado, e 8,8%, em domicílio cedido.

Efeitos detectados

Empresário e especialista em direito imobiliário, Leandro Ibagy mostrou com gráficos que a frequência de alugar é maior do que a de desocupar imóveis, mantendo-se em alta desde 2022. Ele elencou algumas razões para o crescimento da locação residencial no País, como os juros altos, que afetam o processo decisório de compra do imóvel; a ampliação natural da oferta e a ampliação dos valores de aluguéis e a queda no relevo cultural a favor dessa compra, com a crescente onda do experimentar antes do ter. Ibagy concluiu que, se não ocorrer nenhum fator inesperado, a partir do cenário atual, a perspectiva para o mercado é de um aumento de 25% até 2030. Para isso, sugere que as administradoras possam ampliar seus



Integrantes da CBCSI: segundo o IBGE, número dos que moram de aluguel está subindo

José Roberto Graiche Jr. (ao lado)
e Leandro Ibagy falaram sobre o
cenário imobiliário

processos de captação, com maior foco nos canais de divulgação e o reforço no trabalho de qualificação de leads.

Condomínios edifícios

Outro tema abordado durante a reunião disse respeito aos condomínios edifícios e suas perspectivas atuais e futuras. O presidente da Associação das Administradoras de Bens Imóveis e Condomínios de São Paulo (AABIC), José Roberto Graiche Jr., em parceria com o presidente da Associação Brasileira das Administradoras de Imóveis (Abadi), Rafael Thomé, apresentou uma pesquisa sobre o mercado atual, destacando o aumento de síndicos externos, ou seja, síndicos profissionais ganhando espaço em condomínios, porém com alta rotatividade.

Agenda Legislativa

A regulamentação da reforma tributária também pautou as discussões da CBCSI. O segmento imobiliário pode ser impactado significativamente com possíveis mudanças, que incluem a revisão das regras para impostos sobre propriedade, a implementação de incentivos fiscais e uma tributação específica para o setor.

Com a proximidade da entrega do texto que regulamentará a reforma, os Sindicatos da Habitação (Secovis) de todo o País, junto com a AABIC, a ABADI, a Associação das Administradoras de Imóveis do Ceará (AADIC), a Rede Avançada de Locação (RAL) e a Rede de Locações Catarinense (Reloca), estiveram no Congresso Nacional entregando aos parlamentares a 5ª edição da Agenda Legislativa



Paulo Negreiros



Reprodução

& Projetos Prioritários – Setor de Comércio e Serviços Imobiliários 2024.

No material, constam questões de maior impacto para imobiliárias, administradoras e condomínios, abrangendo projetos prioritários acompanhados de posicionamento do setor. Foram destacados pontos envolvendo os temas de ambiente de negócios, condomínios, desenvolvimento urbano, locação e incorporação e comercialização de imóveis

Inovação e desafios do setor marcam reunião da CBCSI

Marcelo Freire



O coordenador da Câmara Brasileira de Comércio e Serviços Imobiliários (CBCSI), Pedro José Wähmann, abriu a última reunião do colegiado no ano comemorando a presença de representantes de todos os estados, o que marca um momento positivo para a colaboração entre as entidades. O encontro aconteceu em 9 de dezembro, na sede da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), no Rio de Janeiro, reunindo lideranças do setor imobiliário.

Um dos tópicos iniciais foi o retorno do Congresso Nacional do Mercado Imobiliário (Conami) ao Nordeste, com a próxima edição marcada para 2025, nos dias 29 e 30 de outubro. Andrea Marins, gerente das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços da CNC, informou sobre o andamento das 13 proposições da CBCSI, das quais 12 foram concluídas. Larissa Borges de Araujo Rosa, assessora da Diretoria de Relações Institucionais da CNC, complementou a pauta, indicando o posicionamento em relação ao PL nº 3.595/2021, que aguarda a designação de um relator na Comissão de Constituição, Justiça e

Cidadania (CCJ) do Senado Federal, destacando a atuação da CNC em prol do setor.

Reforma tributária

Em participação remota, Moira Toledo, vice-presidente do Secovi-SP, comentou sobre a reforma tributária e a importância de apoiar o texto atual, ressaltando os avanços alcançados, especialmente para atividades relacionadas à habitação e à moradia. Ela destacou a importância de um regime de transição adequado que minimize as dificuldades e a complexidade da apuração de impostos durante esse período e assim também que não implique em acentuada elevação dos custos operacionais que possa impactar os preços.

Cobrança assistencial

Em relação à cobrança assistencial, Pedro perguntou sobre a repercussão da decisão do Supremo Tribunal Federal e os impactos na base de sindicatos, especialmente aqueles com base em condomínios. Andreia Gonçalves Nogueira, advogada da Diretoria Jurídica e

Sindical da CNC, explicou que a cobrança da contribuição assistencial foi considerada constitucional, e a discussão gira em torno do direito de oposição, com sindicatos trabalhando para garantir a inclusão desse direito nas convenções coletivas.

Por fim, Andreia falou sobre a atuação da CNC como *amicus curiae* em um processo no Tribunal Superior do Trabalho, que trata da fixação do momento para o exercício do direito de oposição, buscando garantir que a cobrança de contribuição assistencial seja justa e aplicável também aos não associados.

Outros temas

Também foram debatidas atualizações normativas da ABNT, propostas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e do Conselho Federal de Administração (CFA), que visam impor novas obrigações aos condomínios, como o registro de síndicos e empresas de sindicatura, sendo essas medidas vistas como abusivas e sem base legal.

Ao fim do encontro, Wähmann ressaltou a importância da CBCSI na defesa dos interesses do setor, afirmando que, sem o trabalho da Câmara, muitas legislações poderiam ter prejudicado a gestão de condomínios.



Marcelo Freire



Marcelo Freire



Marcelo Freire

Câmara debateu as implicações da reforma tributária para o setor imobiliário

CBS Câmara Brasileira de Serviços da CNC



"Em 2024, a CBS acompanhou os reflexos que a reforma tributária podem causar ao setor de serviços, e que muito preocupam os empresários. Informamos constantemente também sobre as mudanças significativas nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), além das jurisprudências do Judiciário, em especial as do Supremo Tribunal Federal (STF), que possam impactar na relação capital x trabalho."

 **Edgar Segato Neto**
Coordenador

 **Quantidade total de integrantes**
Titulares: 31
Suplentes: 29

 **Data de criação da Câmara**
22/04/1999

 **Reuniões em 2024**
05/03 - CNC-DF
26/09 - CNC-DF



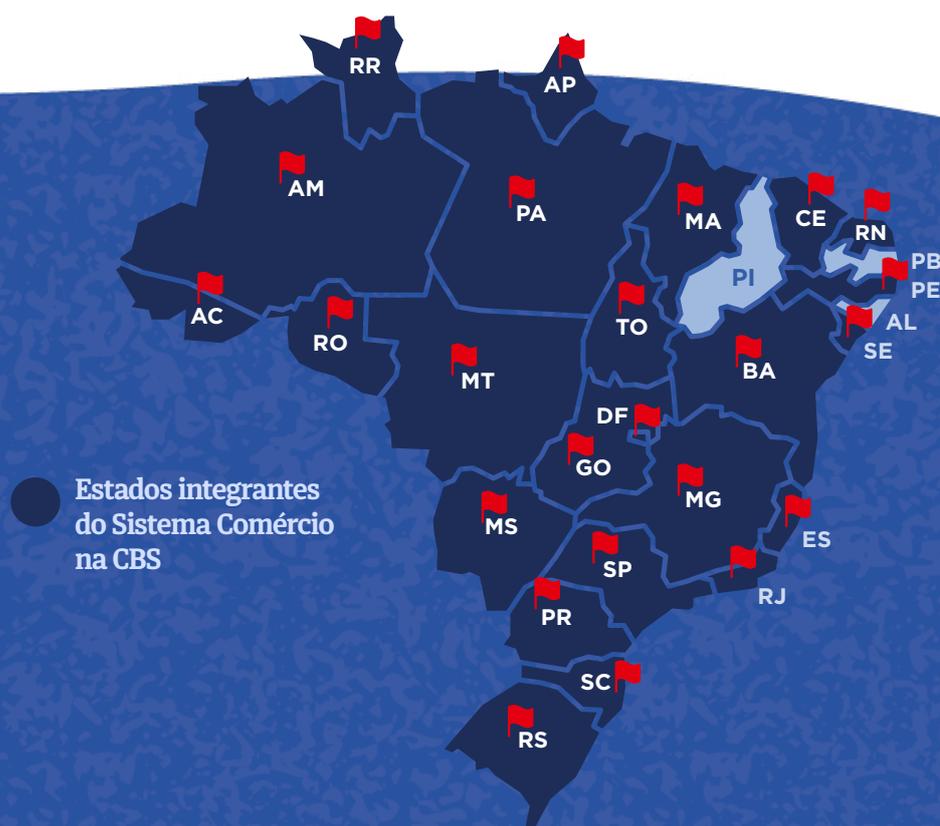
Integrantes

Titulares

- Ailton Martins dos Santos
- Alcimar Moretti
- Antônia Moura de Souza
- Archimedes Cavalcanti Junior
- Armando Vergílio dos Santos Junior
- Attila Miranda Barbosa
- Carlos Alberto de Melo
- Daniel Mesquita Coêlho
- Daniel da Silva Amado Felício
- Edmilson Pereira de Assis
- Egídio José Garó
- Fabiano Barreira da Ponte
- Gustavo de Andrade Santos
- Herval Dórea da Silva
- Jacymar Daffini Dalcamini
- Jael Antonio da Silva
- José de Alencar Leite Magalhães
- José William Câmara Ribeiro
- Julierme Siqueira de Souza
- Leonardo Lima Bortolini
- Luis Cesar Bigonha
- Marcelo Francisco Chiodo
- Paulo Roberto dos Santos
- Raniery Araújo Coelho
- Renato Fortuna Campos
- Ricardo Costa Garcia
- Rita de Cássia de Oliveira
- Robertus Ferdinandus Maria Van Doornik
- Romeu Capra
- Valdir Pietrobon

Suplentes

- Ademar Pacheco Lopes
- Ademir dos Santos
- Alessandro Cadarso
- Carlos Antônio Borba
- Cláudio Andreoli
- Davi Aparecido Silva Pereira
- Diogo Ferri Chamun
- Fernando José Goulart Mota
- George Augusto Negócio de Freitas
- Geovane dos Reis Sales
- Gilberto Rocha Quintiliano de Souza
- Ivan Hermano Filho
- Joaquim de Castro Filho
- João Guilherme Lima de Freitas
- José Ribamar Alves Garcia
- Liane dos Reis
- Luiz Fernando Monteiro Bittencourt
- Luiz Rodrigues Coelho Filho
- Marcelo Clark Alves
- Márcio Henrique Vincenti Aguilar
- Miguel Ângelo de Souza Martins
- Paula Márcia de Farias Lins
- Paulo César Nauiack
- Reinaldo Gomes
- Sebastião José da Silva
- Urubatan Estevam Romero
- Wagner Junior Correa
- Wallace Rufino de Queiroz
- Wander Júnior de Carvalho



Objetivos identificados

- Dar conhecimento das modificações ocorridas na esfera trabalhista;
- Dar conhecimento dos projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, bem como intervir naqueles que forem contrários aos anseios dos empresários;
- Envolver vários atores da sociedade, através de reuniões/encontros, em busca de soluções para temas conflitantes entre a legislação x setor de serviços; e
- Apoiar o presidente e a Diretoria da CNC com informações do setor de serviços.

Temas abordados nas reuniões

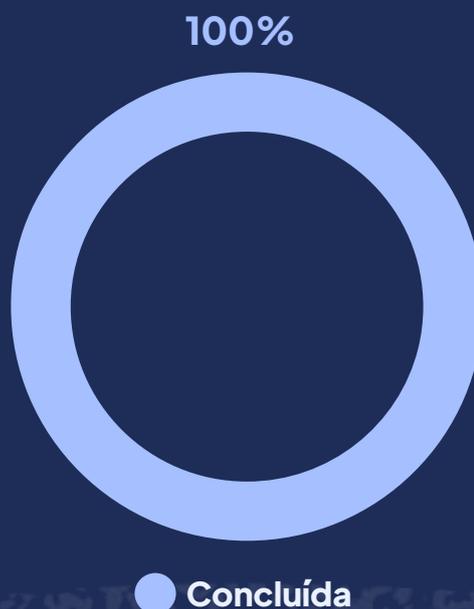
- Apresentação Simples Nacional e MEI;
- Reforma tributária: reflexos para o setor de serviços;
- Fim do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse);
- Legislação do Jovem Aprendiz (Decreto Federal nº 9.579/18);
- Sistema de Mediações Trabalhistas Coletivas (proposta do governo federal para implantar o sistema de registro de instrumentos coletivos e cadastro nacional de entidades sindicais, prevista no documento intitulado "Mensagem ao Congresso Nacional 2024");
- Validade de cláusula de instrumento coletivo sobre registro de ponto por exceção (SDC/TST - RO 21784-75.2015.5.04.0000, DEJT 01/12/2023);
- Manutenção dos avanços da reforma trabalhista;
- Regulamentação que torna obrigatória a equiparação salarial entre homens e mulheres para funções ou cargos idênticos;
- PL nº 4.534/2023 – dispõe sobre o reconhecimento da insalubridade do trabalho dos profissionais que limpam banheiros públicos ou coletivos de grande circulação, e estabelece medidas de segurança, e dá outras providências;
- Substitutivo da Câmara nº 6/2016 ao PL do Senado nº 135/2010 – Estatuto da Segurança Privada, de autoria do Senador Marcelo Crivella (PRB/RJ) que institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras;
- PL nº 230/2023 – altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para dispor sobre a intervenção sindical nas dispensas coletivas;
- Portaria MTE nº 3.472/2023, que trata dos procedimentos para o registro de entidades sindicais, foi atualizada pela Portaria MTE nº 1.342, publicada no DOU, Seção 1 de 09/08/2024, com vistas a atender demandas das direções sindicais de trabalhadores e empregadores;
- STF mantém regras para demissão sem justa causa e não exigirá apresentação de justificativa, o que anulou a adesão do Brasil à Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT);
- STF julga contrato intermitente da reforma trabalhista;
- Relatório de Transparência Salarial: empresas têm até 30 de agosto para prestar informações ao governo;
- Portaria MTE nº 1.419, de 27 de agosto de 2024, com a nova redação do Capítulo 1.5 – Gerenciamento de Riscos Ocupacionais, incluindo os fatores de risco psicossociais relacionados ao trabalho, cujos efeitos se darão a partir de 270 dias, a partir de sua publicação;
- PL nº 1.847/2024 – cria, a partir de 2025, um regime de transição para o fim da desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia e dos municípios com até 156.216 habitantes;
- PL nº 1.424/2024 – altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para dispor sobre a estabilidade da empregada no retorno ao trabalho após o término da vigência de medida protetiva de urgência;
- PL nº 2.497/2024 – altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a Lei nº 5.889, de 1973, e a Lei Complementar nº 150, de 2015, a fim de aumentar para 40% o percentual do adicional por trabalho

noturno dos empregados urbanos, rurais e domésticos; e

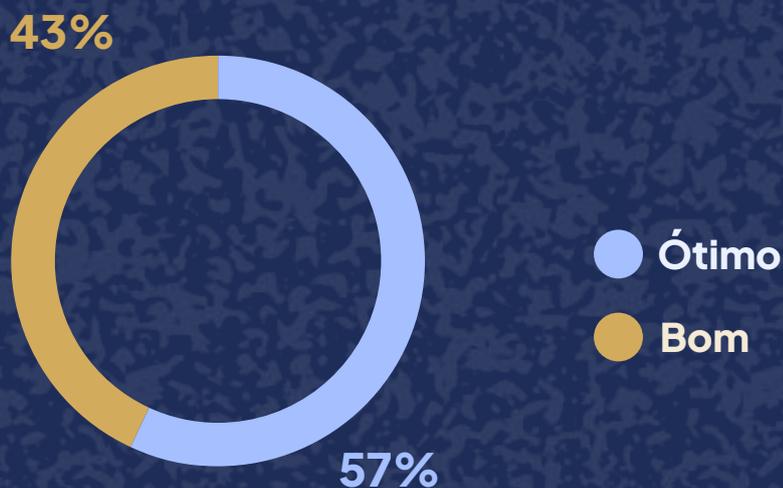
- PLP nº 261/2023 - altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que "institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa

de Pequeno Porte", determinando a atualização monetária anual da receita bruta para fins de enquadramento do microempreendedor individual (MEI), da microempresa e da empresa de pequeno porte para os efeitos da lei.

Gestão das proposições da Câmara



Avaliação geral das reuniões



Câmara de serviços discute pautas prioritárias em 2024



CNC

Os integrantes da Câmara Brasileira de Serviços (CBS) se reuniram na sede da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em Brasília, para debater os assuntos prioritários para o setor em 2024.

Temas como Simples Nacional, Estatuto da Segurança Privada, Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), reforma trabalhista (legislação do Jovem Aprendiz – Decreto Federal nº 9.579/2018 – e Sistema de Mediações Trabalhistas Coletivas) e reforma tributária tiveram destaque no primeiro encontro deste ano, coordenado por Edgar Segato.

“Já estamos enfrentando muitos problemas em nossas empresas no ano de 2024, para o setor de serviços. No Congresso, teremos que trabalhar pesado para barrar projetos de lei que venham de encontro aos anseios do setor, causando instabilidade nas operações”, enfatizou o coordenador.

Para Segato, temas como a insalubridade para profissionais que desempenham serviços de limpeza e a reforma tributária irão impactar significativamente os custos, que já estão altos.

“Isso pode gerar fechamento de empresas e, consequentemente, de postos de trabalho. Essa reforma está acontecendo de forma muito rápida, causando insatisfação no segmento que mais emprega no País”, pontuou.

A reunião contou com a presença do coordenador-geral das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços, Luiz Carlos Bohn, e dos representantes de Federações de diversos estados do País, além do senador Laércio de Oliveira (PP-SE), que é relator do Projeto de Lei (PL) que cria o Estatuto da Segurança Privada. O projeto ajusta o piso salarial dos vigilantes, estabelece o padrão de segurança para os trabalhadores e o combate às empresas clandestinas de segurança privada.

A gerente da Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços (ACBCS), Andrea Marins, apresentou relatório geral com as ações da CBS durante o ano de 2023, entre proposições, reuniões, emissão de portarias e encaminhamentos de materiais diversos. Ela também destacou o papel catalisador das CBCS e o “valor da escuta”.

O trabalho da Diretoria de Relações Institucionais (DRI) da Confederação Nacional

do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) foi apresentado pela assessora da DRI Ana Paula Pimenta aos integrantes da CBS, que conheceram as propostas legislativas aprovadas no Congresso Nacional, as estratégias e as articulações no poder público em defesa dos interesses do Sistema Comércio. O lançamento da Agenda Institucional do Sistema Comércio de 2024, entregue aos parlamentares do País, também foi pauta da reunião.

“A responsabilidade da DRI da CNC é exatamente defender todos os direitos de vocês, empresários, gerando emprego, renda e bem-estar para a sociedade brasileira”, disse o assessor de Relações Institucionais Reiner Leite.

Perse

Outra pauta importante para o Sistema Comércio, debatida na reunião da CBS, envolveu o Perse, atualmente em discussão no Congresso Nacional para que seja mantido. O governo federal busca limitar a renúncia fiscal que o programa representa, e, nesse sentido, o líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), protocolou o Projeto de Lei (PL) nº 1.026/2024 que visa estabelecer alíquotas reduzidas no âmbito do Perse. Em paralelo a isso, o presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), agendou para abril a reunião de instalação da Comissão Mista que irá debater a Medida Provisória (MPV) nº 1.202/2023.

O Perse foi essencial para reduzir os efeitos da crise da pandemia da covid-19 na economia, sendo fundamental nas regiões em que o turismo é a principal atividade econômica, como a Região Nordeste.

O programa também foi responsável pelo crescimento do setor de turismo nos últimos anos, no País, garantindo uma fonte de oxigênio para o empresário se recuperar depois da pandemia

Igualdade salarial

A advogada da Diretoria Jurídica e Sindical (DJS) da CNC Luciana Diniz Rodrigues explicou

como funciona a Lei nº 14.611, sancionada em julho de 2023 e que trata da igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens, estabelecendo novas obrigações para os empregadores. Ela falou sobre os relatórios de transparência, que já são obrigatórios para as empresas com cem ou mais empregados, nos quais consta a necessidade de preenchimento, pelas empresas, idas informações sobre programas de incentivo à contratação de mulheres, apoio à parentalidade e planos de cargos e salários.

Edgar Segato, coordenador do colegiado, conduziu a reunião da CBS



Paulo Negreiros



Paulo Negreiros

CBS alerta empresas sobre atualização de riscos ocupacionais

A segurança do trabalho foi destaque na reunião da Câmara Brasileira de Serviços (CBS). O colegiado se reuniu no dia 26 de setembro, em Brasília, na sede da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), para debater temas importantes para o segmento, incluindo a regulamentação da reforma tributária e os impactos da atualização do gerenciamento de riscos ocupacionais para as empresas.

O coordenador Edgar Segato convidou a engenheira do trabalho e advogada representante da CNC na Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP), Bernadeth Vieira, para apresentar as mudanças. Ela abordou as atualizações da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), que altera as diretrizes para o gerenciamento de riscos ocupacionais de todas as atividades desenvolvidas nas empresas, a fim de melhorar as condições e o meio ambiente de trabalho.

Bernadeth trouxe a preocupação dos impactos da inclusão dos fatores de risco psicossocial relacionados ao trabalho, atualizada no capítulo 1.5 da NR-1, o que ocorreu em agosto, introduzindo pela primeira vez a identificação de riscos psicossociais no ambiente de trabalho.

“É extremamente importante essa gestão dos fatores de risco psicossociais na organização do trabalho, principalmente na identificação e avaliação do risco, na probabilidade de ocorrer e sua respectiva gravidade. A orientação aos superiores hierárquicos diretos dos trabalhadores é necessária, visando a melhorias nas condições de trabalho no exercício de suas atividades, para evitar futuros problemas”, disse Bernadeth. Segato reforçou a importância de os empresários do comércio estarem atentos às atualizações da norma. Ele ressaltou o apoio da CNC em todo o processo de adaptação, que



Paulo Negreiros

Os impactos da reforma tributária no setor de serviços foram tema da reunião da CBS

começou em 2022, quando as normas foram atualizadas pela primeira vez.

Luciana Diniz, advogada da Diretoria Jurídica e Sindical (DJS) da CNC, complementou destacando a importância de as empresas investirem na qualificação emocional e social das pessoas: “As empresas precisam olhar de forma multidisciplinar para todas essas questões envolvendo gestores, recursos humanos, saúde e segurança do trabalho, na busca de um ambiente mais sadio e seguro”.

Reforma tributária

Consultor tributário da CNC, Gilberto Alvarenga trouxe para o debate as movimentações para regulamentação da reforma tributária. A CNC sempre teve uma preocupação com as questões do Simples Nacional, que afetarão principalmente as empresas de serviços. “Desde a tramitação na Câmara, inicialmente no nível de alteração da Constituição, várias propostas da CNC buscavam a preservação das empresas do Simples”, lembrou Alvarenga, uma vez que, na tramitação do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 68 no Senado, a Confederação apresentou propostas de emenda que visam justamente a que as empresas do Simples forneçam um crédito presumido, de maneira que tenham uma situação mais equilibrada ao competir com outras empresas. “A proposta foi aceita e reaplicada por vários senadores, e a CNC está empenhada em buscar que essa emenda faça parte da redação final do PLP nº 68.”

O representante da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomércio-SP) na Câmara, Luis Cesar Bigonha, que é presidente do Sindicato Beleza Patronal de São Paulo, manifestou a preocupação em relação ao destino do Simples Nacional na regulamentação da reforma: “Hoje, qualquer empresa que contrate o Simples pode se valer de crédito dos tributos devidos. Se o Simples deixar de dar crédito, a competitividade acaba. Estamos pedindo apoio às emendas



Paulo Negreiros



O foco do encontro foi a adequação das empresas às normas de gerenciamento de riscos ocupacionais

que buscam ajustar essas questões de forma equilibrada e justa”.

O coordenador-geral das Câmaras e vice-presidente da CNC, Luiz Carlos Bohn, reforçou que o tratamento diferenciado do Simples está previsto na Constituição Federal, em no art. 179: “Esse artigo fala do tratamento jurídico diferenciado dispensado às microempresas e às empresas de pequeno porte, com objetivo de incentivá-las ao simplificar as suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias”.

CBCEX Câmara Brasileira do Comércio Exterior da CNC



"A CBCex, em 2024, permaneceu atuando em prol do comércio exterior, defendendo os interesses do segmento que é representado na Câmara Brasileira do Comércio Exterior-CBCEX, e acompanhando os temas legislativos que impactam o comércio internacional."

 **Rubens Torres Medrano**
Coordenador

 **Quantidade total de integrantes**
Titulares: 27
Suplentes: 23

 **Data de criação da Câmara**
11/08/2015

 **Reuniões em 2024**
27/08 - Videoconferência
22/11 - Videoconferência

 **Outros integrantes**
AEB



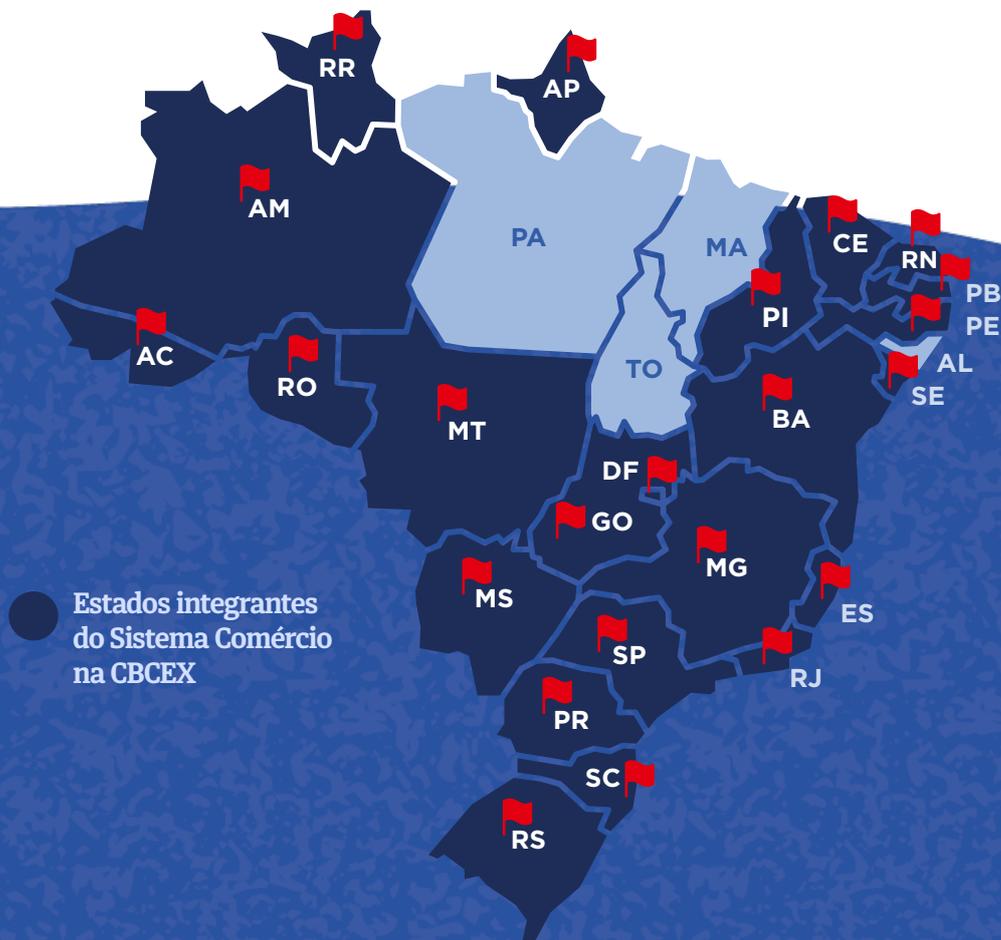
Integrantes

Titulares

- Adilson Amorim Puertes
- Cláudio do Carmo Chaves
- Darci Piana
- Denis Oliveira Cavalcante
- Egídio José Garó
- Fabiano Leal Santiago
- Felipe Freire de Oliveira
- Guilherme Bottrel Pereira Tostes
- Ivan Hermano Filho
- José Augusto de Castro
- José Carlos Raposo Barbosa
- José Marconi Medeiros de Souza
- Júlio Cezar Gasparelo
- Leonardo Ely Schreiner
- Lucas Uriel de Oliveira Lima
- Luiz Fernando Monteiro Bittencourt
- Luiz Geraldo Távora Araújo
- Lysipo Torminn Gomide
- Marcus do Nascimento Cury
- Mychael Keverson Vieira dos Santos
- Otavio Santos da Silva Leite
- Rogério Marim
- Sérgio Hajjar
- Sérgio Ricardo Silva Antunes
- Sérgio Roberto de Medeiros Cirne
- Sidemar de Lima Acosta

Suplentes

- Agnaldo de Assis Martins Junior
- Arcione Piva
- Áudrea Renata Cortes
- Bárbara Teles
- Daniel de Paula Pinto
- David Ronaldo Bentes de Oliveira
- Edevaldo Xavier de Oliveira
- Elias de Azevedo da Cunha Filho
- Enéias Leonardo Correia Borges
- Francisco José Mourato da Cruz
- Henry Uliano Quaresma
- Igor Macedo Lucena
- João Carlos Gomes
- José Marcos de Andrade
- Marcelo Abrantes Silva
- Maria Yolanda Alves Herbster Neta
- Michela D'Arc Campos Mota Maia
- Ricardo Vernieri
- Rui Lemes
- Sandro Maurício Smaniotto
- Sebastião Mario Girdelli
- Wellington de Jesus Victoriano
- Wilson Gimenez



Objetivos identificados

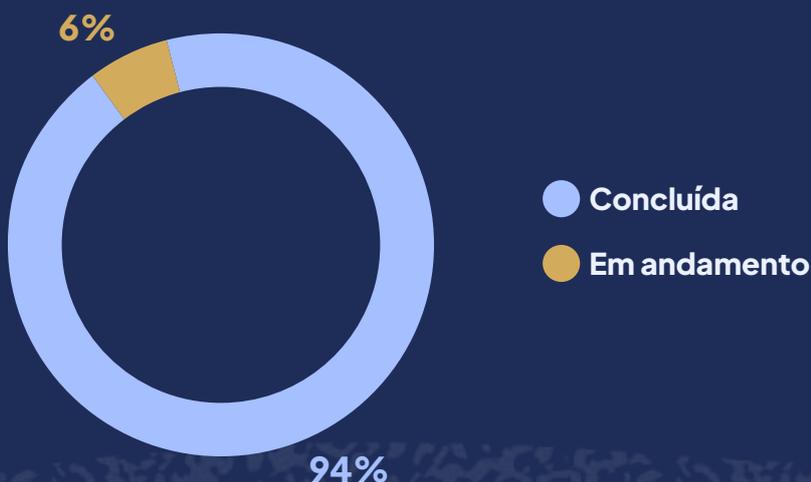
- Acompanhar e participar, de forma conjunta com a Diretoria de Relações Institucionais (DRI) da CNC, das pautas dos Poderes Legislativo e Executivo sobre matérias que envolvam às questões de comércio internacional;
- Acompanhar as atividades da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Comércio Internacional e do Investimento (Frencomex);
- Acompanhar as atividades e manter contato com o Ministério da Fazenda, Ministério de Relações Exteriores e Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC);
- Elaborar e divulgar, em parceria com a Diretoria de Economia e Inovação (Dein) da CNC, os dados da balança comercial e de serviços;
- Interagir com as demais Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços da CNC nos trabalhos que envolvam a área de abrangência da CBCex, no sentido de maior participação das empresas dos setores de bens, serviços e turismo nas atividades de comércio internacional;
- Atender a demandas e sugestões de caráter institucional/operacional e normativo apresentadas pelos membros da Câmara junto às autoridades e ministérios competentes;
- Aprimorar e manter os relacionamentos com outras entidades empresariais – Confederação Nacional da Indústria (CNI), Coalizão Empresarial Brasileira (CEB) e Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) - nos temas de comércio internacional; e
- Colaborar com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) na criação de cursos de capacitação de mão de obra especializada em Relações Internacionais.

Temas abordados nas reuniões

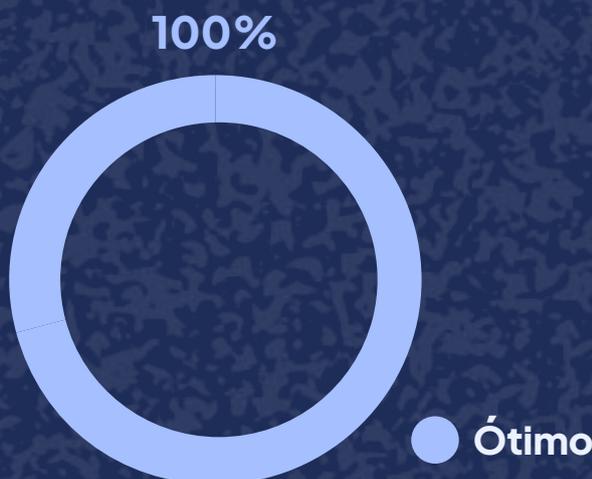
- O impacto da reforma tributária sobre o comércio exterior;
- Parecer Técnico – redução do prazo para obtenção de Licença, Permissão, Certificado e Outros Documentos (LPCO);
- Parecer Técnico – recente regulamentação da Receita Federal (referente a importações por parte de terceiros);
- Tax Free;
- PLP nº 68/2024 – Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), e dá outras providências; os pontos positivos para o comércio exterior;
- PL nº 2.210/2022 – altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para incorporar o pedido provisório de patente, suprimir exigência contrária a dispositivo de acordo internacional e modificar procedimentos de depósito e de exame de patentes;
- PL nº 1.748/2011 – altera a Lei nº 7.064, de 06 de dezembro de 1982, para dispor sobre os trabalhadores contratados ou transferidos por seus empregadores para prestar serviços no exterior;
- PDL nº 171/2022 – aprova o texto da Emenda ao Protocolo de Montevideu sobre o Comércio de Serviços do Mercosul, assinado em Bento Gonçalves, em 5 de dezembro de 2019;
- PL nº 1.142/2021 – altera o Decreto-Lei nº 1.578, de 11 de outubro de 1977, para determinar a cobrança do Imposto sobre a Exportação nos casos comprovados de desabastecimento de produtos e de insumos no mercado interno decorrente de exportações excessivas;
- PL nº 554/2022 – dispõe sobre a concessão de financiamento e de equalização de taxas de juros vinculados à exportação de bens nacionais de alto valor agregado (Proexalto), como também sobre as criações do Fundo de Incentivo à Exportação de Bens de Alto Valor Agregado (Fiexalto), dos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios de Exportação de Longo Prazo (Ficex-LP) e dos Fundos de Investimento em Derivativos de Crédito à Exportação de Longo Prazo (Fidex-LP), por instituições autorizadas pela CVM, além da constituição dos Fundos de Investimento em Derivativos de Crédito à Exportação de Longo Prazo (Fidex-LP);
- PL nº 401/2020 – altera a Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências, para dispor sobre os recintos alfandegados;

- PL nº 4.726/2016 – altera o art. 23 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, para excluir as importações por conta e ordem de terceiros, bem como as importações por encomenda, da presunção de interposição fraudulenta nas operações de comércio exterior;
- PL nº 6.406/2019 – dispõe sobre a imposição de penalidades relacionadas ao comércio exterior; altera o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976; revoga a Lei nº 2.770, de 4 de maio de 1956 e revoga o art. 67 da Medida Provisória nº 2.158, de 24 de agosto de 2001;
- PL nº 508/2024 – consolida a legislação federal sobre o comércio exterior e dispõe sobre os impostos de importação e exportação;
- PL nº 15/2024 – institui programas de conformidade tributária e aduaneira no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Fazenda, e dispõe sobre o devedor contumaz e as condições para fruição de benefícios fiscais;
- Novo processo de importação – (Duimp); e
- PLP nº 353/2017 – institui o programa Tax Free para promover a restituição, a turistas estrangeiros quando de sua saída do País, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), da Contribuição para os Programas PIS/Pasep, do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Circulação sobre Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações (ICMS).

Gestão das proposições da Câmara



Avaliação geral das reuniões



CBCex traz impacto de políticas no comércio exterior

Sob a coordenação de Rubens Torres Medrano, os membros da Câmara Brasileira do Comércio Exterior (CBCex) da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) promoveram a primeira reunião ordinária do ano, excepcionalmente, em formato virtual, no dia 27 de agosto. Na abertura, o coordenador-geral das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços, Luiz Carlos Bohn, ressaltou a importância do encontro para a manutenção das relações e do trabalho de acompanhamento das pautas pertinentes ao setor do comércio exterior. A reunião contou ainda com a participação da gerente da Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços (ACBCS), Andrea Marins, que enfatizou o acompanhamento das proposições em andamento e o alinhamento entre as Câmaras, garantindo que os processos fluam de forma eficiente e integrada.

Medrano pontuou que, ao longo do ano, houve destaque para a defesa de interesses do setor do comércio exterior no âmbito das novas regras de importação pelo Porto Seco de Dionísio Cerqueira, que entraram em vigor em Santa Catarina, além da inclusão das despesas de capatazias na base de cálculo do ICMS.

Tax Free

Otavio Leite, consultor da Presidência da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio-RJ), trouxe um panorama do modelo Tax Free, incluído no novo substitutivo da reforma tributária e que, que consiste no reembolso de impostos pagos nas compras feitas por turistas estrangeiros.

“É um enorme passo para incrementarmos as vendas no comércio e impulsionarmos ainda mais o turismo internacional. O Tax Free será mais um atrativo para os viajantes estrangeiros”, afirmou Otavio, ressaltando que o programa já vem sendo praticado, e gerando divisas em inúmeros países pelo mundo afora.

Otavio Leite apresentou dados de estudo realizado pelo Instituto Fecomércio de Pesquisas e Análises (IFec-RJ), que mostra o impacto positivo no consumo no comércio fluminense, caso o sistema seja implantado no País. A avaliação, mediante projeções feitas depois de entrevistas com 866 turistas estrangeiros no Rio de Janeiro, é que praticamente dobraria o volume total estimado

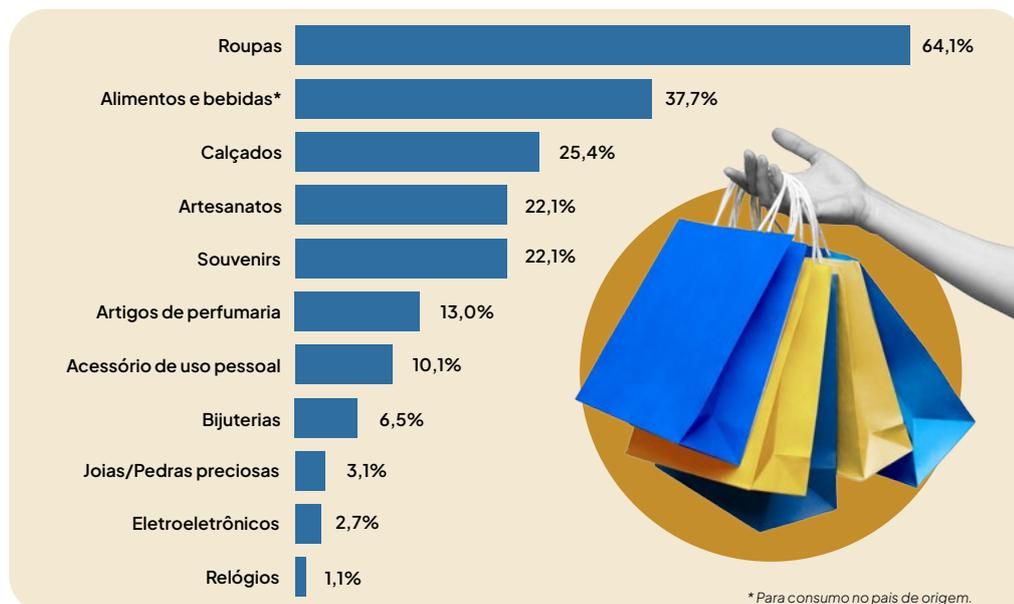


Tax Free e propostas de mudanças na legislação vigente foram destaques do encontro

Reprodução

TIPOS DE PRODUTOS COMPRADOS

Entre os que efetuaram compras (60,5%)



de compras feitas no estado por visitantes de outros países, passando de US\$ 212 milhões por ano para US\$ 411 milhões por ano.

“Estamos trabalhando ao lado da CNC e da Diretoria de Relações Institucionais (DRI) para consolidar a aprovação da proposta no Senado. O Brasil não pode perder essa chance”, acrescentou Otavio.

Propostas legislativas

Felipe de Miranda Oliveira, assessor de Relações Institucionais da CNC, apresentou a assessora Jenifer Freitas Rodrigues da Silva. A dupla, que atuará no acompanhamento legislativo das pautas temáticas da CBCex, atualizou o andamento de pautas, como o Projeto de Lei (PL) nº 2.210/2022, que altera a lei de patentes. “Estamos acompanhando no sentido de fazer com que as nossas empresas possam ter o seu trâmite de importação e exportação mais facilitado a partir de agora”, disse Felipe. Medrano reforçou a importância de sua aprovação para garantir rapidez nas “decisões e no julgamento de pedidos de patentes”. Também foi debatido o PL nº 1.748/2011, que estabelece diretrizes para as condições laborais dos funcionários brasileiros contratados ou transferidos para o exterior. O

projeto estipula que a legislação trabalhista vigente nos contratos será a do país onde os serviços são executados, enquanto a legislação previdenciária aplicável permanecerá sendo a brasileira.

“Ainda existem muitos detalhes hoje, aqui no País, que engessam e tornam o profissional brasileiro menos competitivo, principalmente nas custas trabalhistas, mais pesadas que a legislação do exterior”, analisou Felipe. Sobre o PL nº 554/2022, que dispõe sobre a concessão de financiamento e de equalização de taxas de juros vinculados à exportação de bens nacionais de alto valor agregado, Felipe frisou que a DRI tem se empenhado na pauta. “Entendemos que pode ser um mecanismo que traga benefícios às nossas empresas representadas”.

Outros projetos de lei foram debatidos, incluindo assuntos relativos à cobrança de imposto sobre exportação em casos comprovados de produtos e insumos no mercado interno decorrente de exportações excessivas; e programas de conformidade tributária e aduaneira no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Fazenda, incluindo a pauta de devedor contumaz e as condições para fruição de benefícios fiscais, entre outros.

CBCEX debate impactos tributários, avanços tecnológicos e projetos legislativos estratégicos



Os impactos da reforma tributária dominaram as discussões da segunda reunião de 2024 da Câmara Brasileira do Comércio Exterior (CBCEx) da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), coordenada por Rubens Medrano. O encontro debateu as principais preocupações e propostas para o setor, que desempenha papel essencial na economia brasileira. A reunião contou com a presença de integrantes da CBCEx e foi mediada por Andrea Marins, gerente da Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços (ACBCS).

“A reforma tributária será um divisor de águas para o comércio exterior. Precisamos de um ambiente mais simplificado e competitivo, mas ainda há desafios significativos, como a questão dos créditos acumulados e o modelo de split payment nas importações”, declarou Medrano.

Ele também destacou os desafios globais, como o conflito na Ucrânia e as incertezas no Oriente Médio, além da expectativa sobre o avanço no acordo Mercosul-União Europeia.

Durante o encontro virtual, o consultor tributário da CNC, Gilberto Alvarenga, compartilhou análises detalhadas sobre os gargalos enfrentados pelo setor e os avanços previstos com a reforma. Ele destacou a importância da preservação de regimes aduaneiros estratégicos, como o drawback e as zonas de processamento de exportação, mas ressaltou os desafios do tratamento de créditos acumulados.

“O crédito acumulado é um custo para as empresas e compromete sua competitividade. Precisamos de soluções que tragam liquidez a esses créditos, permitindo sua transferência para terceiros, como ocorre com precatórios, por exemplo. Isso reduziria perdas e aliviaria os balanços empresariais”, explicou.

Alvarenga também apontou melhorias do fluxo de devoluções previstas na reforma: “O deslocamento da gestão para o Comitê Gestor do IBS pode melhorar os prazos de ressarcimento. Ainda assim, é essencial

garantir que essas mudanças se traduzam em avanços práticos para as empresas, reduzindo burocracia e conflitos entre União e estados”.

Split payment

Outro tema de destaque na reunião foi o impacto do split payment nas operações de importação, havendo necessidade de mais clareza sobre como será implementado. “Essa modalidade pode alterar significativamente os fluxos financeiros das empresas. Precisamos compreender melhor seus efeitos para evitar entraves adicionais ao comércio exterior”, afirmou Alvarenga.

Avanços tecnológicos

O presidente da Federação Nacional dos Despachantes Aduaneiros (Feaduaneiros), José Carlos Raposo Barbosa, participou da reunião e compartilhou uma apresentação sobre a Declaração Única de Importação (Duimp), que visa modernizar e agilizar os processos aduaneiros.

Ele ressaltou que a Duimp integra informações e reduz erros, promovendo mais eficiência e transparência no comércio exterior.

Projetos legislativos

Os integrantes da CBCex também tiveram a oportunidade de se atualizar sobre o andamento dos projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, apresentados pela assessora da Diretoria de Relações Institucionais (DRI) da CNC Jenifer Rodrigues. São os seguintes:

– PLP nº 353/2017 – Tax Free: promove a restituição de impostos a turistas estrangeiros, aumentando o consumo interno. “O sistema Tax Free é uma estratégia comprovada internacionalmente para estimular o turismo e o comércio”, reforçou Alvarenga.

– PL nº 15/2024 – Devedor Contumaz: cria programas de conformidade tributária, como o Operador Econômico Autorizado (OEA), que simplifica o despacho aduaneiro e oferece benefícios fiscais para empresas que seguem as normas.

– PL nº 508/2024 – Consolidação de Regras de Comércio Exterior: Alvarenga elogiou a proposta por unificar normas de importação e exportação, garantindo mais previsibilidade aos operadores do setor.

– PL nº 6.406/2019 – Penalidades no Comércio Exterior: proporciona maior isonomia na defesa de contribuintes, permitindo recursos administrativos antes da aplicação de penalidades severas, como o perdimento de mercadorias.

– PL nº 1.142/2021 – Exportações Excessivas: embora necessário para evitar desabastecimento interno, o projeto é criticado por sua rigidez.

– PL nº 554/2022 – Incentivo à Exportação: cria fundos para financiar exportações de bens de alto valor agregado, contribuindo para a industrialização e o fortalecimento da economia brasileira.

Balança comercial e turismo

Outro tópico de destaque no encontro foi o déficit de US\$ 7 bilhões na balança de viagens internacionais. A ampliação do sistema Tax Free foi defendida como forma de reverter esse quadro, alinhando o Brasil a países como Argentina e Peru.

“O turismo é uma ferramenta poderosa para equilibrar a balança comercial e fortalecer a economia. O Brasil ainda explora pouco esse potencial”, analisou Alvarenga.

Com um calendário já planejado para 2025, a CBCex continuará monitorando a implementação da reforma tributária e os desdobramentos legislativos, reforçando sua missão de construir um ambiente mais competitivo e integrado para o comércio exterior.

“Nosso papel é garantir que as mudanças beneficiem o comércio exterior, fortalecendo a economia brasileira”, concluiu Medrano.

CBÓPTICA

Câmara Brasileira do Comércio de
Produtos e Serviços Ópticos da CNC



"Em 2024, a CBÓptica deu continuidade às iniciativas que foram pautadas em 2023, possibilitando importantes avanços nos objetivos que foram traçados. Também foram retomados encontros com as representações públicas, passando pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), firmando posição sob a atividade óptica na condição de assistência à saúde e abrindo caminho no combate às ilegalidades.."

 **André Luiz Roncatto**
Coordenador

 **Quantidade total
de integrantes**
Titulares: 22
Suplentes: 18

 **Data de criação
da Câmara**
28/03/2008

 **Reuniões em 2024**
02/05 - CNC-RJ
15/10 - CNC-DF



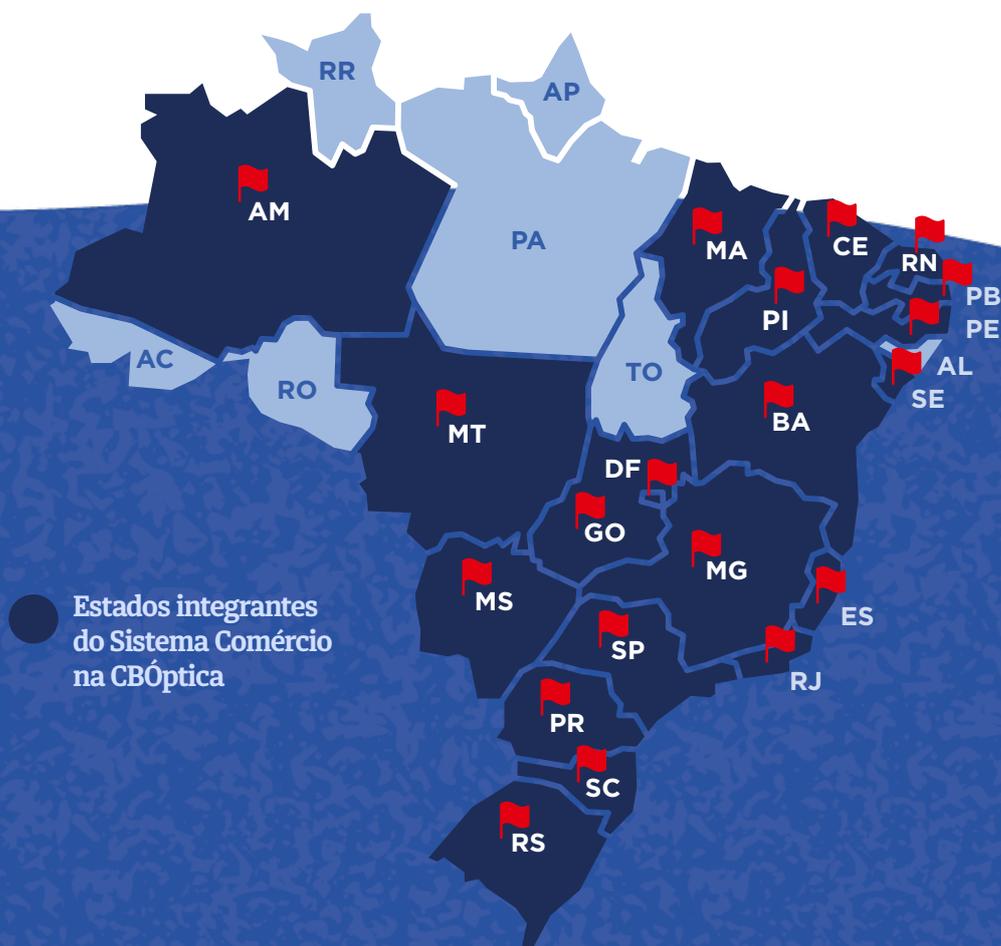
Integrantes

Titulares

- Adélia Cristina da Silva
- André Pincelli de Oliveira
- Antonio Josiel Santos Sousa
- Célia de Souza da Silva
- Claudênio Barbosa de Souza
- Getúlio Gomes de Azevedo
- Gilson Silveira Figueiredo
- Gustavo C. Morais
- Jodeon Sampaio Silva
- José Alberto Pereira
- José Fernando Ferreira
- José Rivaldo de Sousa
- Leandro Luiz Fleury Rosa
- Luiz Paulo Rodrigues Leite
- Marco Aurélio dos Santos
- Maria Aures Muniz Aires dos Santos
- Paulo Cançado Gonçalves
- Roberto Tenedini
- Silvino José Rodrigues de Sousa
- Tarcísio Fernandes da Fonseca
- Themístocles Pereira Quitans Filho

Suplentes

- Alcilea da Silva Santos
- Bohdan Baranovskyj Júnior
- Carlos Eduardo Ferreira Sardenberg
- Cássio Silveira Figueiredo
- Denério Rosales Neumann
- Francisco Regis Lobato
- Gustavo Henrique Pereira
- Joaquim Roberto Barros de Matos
- José Geraldo Corrêa Roque
- Kátia Rejane Costa Carvalho Martins
- Manoel Procópio da Silva Filho
- Marco Aurélio Sousa Brito
- Maria Lucineide da Costa
- Paulo Henrique de Carvalho Lima
- Rafael Cantini
- Ricardo Vernieri
- Roberto Sérgio Martins de Albuquerque
- Rosângela Padilha de Ávilla Nogueira



Objetivos identificados

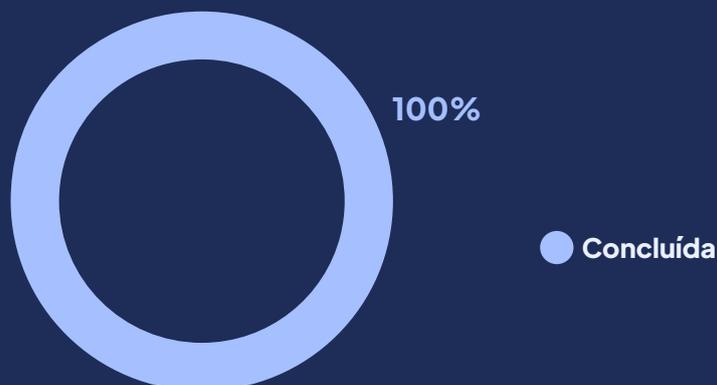
- Revisão das pautas legislativas, principalmente em relação ao marco regulatório do comércio e serviços de produtos ópticos, não somente dando continuidade, mas igualmente na apresentação de novas proposições, necessárias na prevenção do setor quando de sua atuação na área de assistência à saúde;
- Promover ações visando à inclusão dos produtos ópticos na relação de produtos para a saúde, objetivando a redução de alíquota na reforma tributária;
- Buscar o realinhamento da classificação da atividade de risco para o comércio varejista de produtos ópticos;
- Reposicionar a atividade do microempreendedor individual (MEI) na esfera do comércio varejista de produtos ópticos;
- Desenvolver ações que visem ao estreitamento dos programas de Saúde Visual do Sesc na promoção das entidades ópticas, canalizando para a maior participação do varejo óptico;
- Dar continuidade às ações que visam neutralizar os avanços crescentes do comércio informal;
- Promover e dar continuidade a iniciativas de conscientização da população sobre a importância da aquisição de produtos de qualidade comprovada; e
- Promover a ampliação de ações visando ao fomento de cursos de formação superior em Optometria, tendo como base o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac).

Temas abordados nas reuniões

- Classificação da atividade óptica por grau de risco – Anvisa;
- Classificação da atividade óptica por grau de risco – Ministério Público;
- Atividade óptica exercida pelo MEI;
- Resolução do Conselho Federal de Medicina sobre participação da oftalmologia no comércio de produtos ópticos;
- Implantação do Curso Superior em Optometria – Universidade Senac;
- Presença da Optometria nas Unidades de Saúde Sesc;
- Implantação do “Projeto Ver com Saúde” nas unidades federativas;
- PL nº 2.039/2020 – inclui no rol das atividades essenciais a comercialização de lentes de grau para óculos e lentes de grau de contato;
- PL nº 5.534/2005 (SCD nº 7/2017) – torna obrigatória a conformidade com as normas da ABNT das armações para óculos, óculos de proteção solar, blocos de lentes, lentes oftálmicas e lentes de contato;
- PL nº 7.412/2017 – dispõe sobre a comercialização de produtos ópticos e o licenciamento do comércio varejista e de prestação de serviços de produtos ópticos e afins;
- PL nº 2.118/2011, PL nº 3.479/2008 e PL nº 5.854/2013 – dispõem sobre a dedução no Imposto de Renda para compras de óculos e lentes corretivas;
- PL nº 2.135/2019 – dispõe sobre a obrigatoriedade de avaliação oftalmológica e o fornecimento de óculos para os alunos do ensino fundamental, médio e Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) das redes municipal e estadual em âmbito nacional;
- PL nº 2.303/2019 – proíbe a comercialização de lentes oftálmicas sem as especificações fixadas na legislação sanitária e de normalização metrológica correlata;
- PL nº 3.932/2021 – veda a prática de abordagem pessoal de transeuntes em vias e logradouros públicos com a finalidade de induzir a contratação de venda casada de optometria e produtos ópticos, e dá outras providências;
- PL nº 3.703/2021 – altera a Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013, que dispõe sobre o exercício da medicina para modificar as atividades privativas de médico, elencando a realização de exame oftalmológico, a formulação do respectivo diagnóstico, a indicação terapêutica e a prescrição de órteses e próteses oftalmológicas;

- PL nº 3.716/2021 – dispõe sobre a regulamentação da atividade profissional de Optometria no sistema de saúde, e dá outras providências;
- PL nº 1.384/2023 – altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para incluir no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) o atendimento oftalmológico na atenção primária à saúde;
- - PL nº 701/2024 – estabelece regras sobre prescrição e fornecimento de lentes oftálmicas com função corretiva ou terapêutica;
- Análise de questões tributárias do varejo óptico para retirada do CNAE 4774-1/00-Comércio de Produtos Ópticos do regime de microempreendedor individual (MEI);
- Discussão do parecer emitido pela Abióptica que “permite” que médicos sejam proprietários de ópticas; e
- Conferência da presidente do World Council of Optometry (WCO).

Gestão das proposições da Câmara



Avaliação geral das reuniões



Capacitação profissional e conquistas do segmento em foco na reunião da CBÓptica

Luiz Carlos Bohn, coordenador das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), abriu a reunião da Câmara Brasileira do Comércio de Produtos e Serviços Ópticos (CBÓptica) exaltando o papel dos órgãos consultivos de oitiva da entidade, especialmente pelo detalhamento de proposições que impactam diretamente os setores representados.

Em tópico sobre a possível implantação de curso superior de Optometria pelo Senac Nacional, o coordenador da CBÓptica, André Luiz Roncato, pontuou questões como o crescente risco de uma epidemia de miopia e a evasão escolar de crianças por problemas de visão, reforçando a importância da formação de novos profissionais para suprir uma demanda reprimida da sociedade. “Trata-se de uma profissão que promove resultados sociais, rompendo o gargalo da demanda da sociedade pela saúde visual. A própria Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece a

contribuição da optometria para erradicar a cegueira reversível no Planeta”, afirmou.

Comentando o encaminhamento de demandas da CBÓptica, Cécito Esteves, advogado especialista da Diretoria Jurídica e Sindical (DJS) da CNC, trouxe boas-novas sobre a instauração da Câmara de Promoção de Segurança Jurídica no Ambiente de Negócios. Segundo ele, “uma importante iniciativa da Advocacia-Geral da União (AGU), que tem como objetivo prevenir e reduzir a litigiosidade; facilitar a articulação entre órgãos e entidades para identificar situações de incerteza jurídica; promover processos participativos de diálogo técnico sobre temas jurídicos; formular diagnósticos e mapear desafios regulatórios e administrativos; e possibilitar a discussão de propostas de atos normativos.”

Esteves representa a CNC como integrante do Plenário da Câmara e dos comitês de assuntos tributários e regulatórios, “com a missão de dar a contribuição do setor terciário da economia



Guarim de Lorena

Importante conquista foi celebrada pelos membros da CBÓptica durante o encontro, realizado em 2 de maio



A CBÓptica mantém-se ativa na defesa dos interesses do setor e no crescimento do segmento em benefício da população brasileira

na construção de relações mais estáveis entre os órgãos da administração pública e a sociedade”. Um dos pleitos apresentados pela CNC no comitê que trata da classificação do grau de risco do comércio varejista de produtos ópticos resultou em notificação da AGU à Anvisa, a fim de que a agência se manifeste sobre o enquadramento adequado da comercialização de produtos ópticos na esfera de produtos próprios de saúde pública.

“Hoje, trouxemos avanços importantes sobre o grau de risco do setor que foi elevado pela Anvisa, e essa movimentação só aconteceu a partir dos nossos encontros da CBÓptica, que desencadearam uma ação civil no Ministério Público Federal. A Anvisa assumiu sua responsabilidade e produziu um estudo que vai refletir no CGCIIm e, posteriormente, em toda uma cadeia. Foi criada uma distorção que está sendo corrigida. Todo esse ambiente positivo e produtivo só aconteceu graças à CBÓptica e a toda estrutura da CNC, com as assessorias e as Diretorias de Relações Institucionais e Jurídica e Sindical”, agradeceu Roncatto.

Roberto Tenedini, representante da Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul (Fecomércio-

RS), comentou que “essa câmara não deixou de trabalhar desde o início, e a conclusão desse trabalho será notificada a todas as visas (vigilâncias sanitárias) municipais. Estamos felizes em compartilhar avanços que movimentam uma estrutura gigantesca, com impacto nacional”.

Tenedini também falou sobre o programa Ver com Saúde, iniciativa presente em centros educacionais do Sesc, que realiza exames preventivos nos alunos para evitar doenças e distúrbios que atrapalham o aprendizado, e propôs a ampliação do projeto em nível nacional, dada a “importância do cuidado da saúde ocular”.

Douglas Pinheiro, assessor da Diretoria de Relações Institucionais (DRI) da CNC, apresentou um panorama dos projetos legislativos acompanhados pela equipe da Confederação, com status de tramitação, e sugestões de ações para os sindicatos e as Federações junto aos parlamentares. Rafael Rondinelli, economista da Diretoria de Economia e Inovação (Dein), colocou a equipe de Economia da entidade à disposição dos presentes, para sanar eventuais dúvidas sobre aspectos da reforma tributária que impactam o setor do varejo óptico.

Presidente do Conselho Mundial de Optometria participa da CBÓptica

No mundo, pelo menos 2,2 bilhões de pessoas vivem com alguma deficiência visual. Cerca de 1 bilhão desses casos poderiam ter sido evitados ou ainda não foram tratados. Os dados foram apresentados, no dia 15 de outubro, pela presidente do Conselho Mundial de Optometria - World Council of Optometry (WCO) -, Sandra Block, durante a reunião da Câmara Brasileira do Comércio de Produtos e Serviços Ópticos (CBÓptica).

O Conselho Mundial representa mais de 125 mil optometristas em mais de 70 países, por meio de 370 associações nacionais afiliadas, corporativas e individuais. Sandra é acadêmica e compartilhou as estimativas globais do número de pessoas afetadas por condições oculares que podem causar deficiência visual: são 2,6 bilhões com miopia; 1,8 bilhão com presbiopia, a famosa vista cansada depois dos 40 anos; 146 milhões com retinopatia diabética; e 76 milhões com glaucoma.

“Muitas pessoas em todo o mundo têm pouco acesso a cuidados oftalmológicos. O Conselho une a profissão para ajudar a resolver problemas, promovendo optometria, saúde ocular global e cuidados com a visão por meio de colaboração, educação e defesa”, destacou, enfatizando que o WCO é a única voz global na optometria e único com assento na Organização Mundial da Saúde (OMS).

A convite do coordenador da Câmara, André Roncato, e com o apoio do presidente do Sindióptica-GO, Leandro Luiz Fleury Rosa, que também é membro do WCO, a acadêmica destacou o trabalho concentrado em iniciativas de educação, saúde pública e legislação para ajudar a elevar a profissão de optometria globalmente e, também, abordar o acesso a cuidados oftalmológicos de alta qualidade. Sandra destacou que o Conselho está atuando na mesma direção do que determinou a OMS no SPECS 2030, uma iniciativa global que

Paulo Negreiros



Reunião aconteceu na sede da CNC em Brasília e contou com representantes de diversos Sindiópticas do País

tem como objetivo reduzir em 40%, até 2030, a prevalência de erros de refração não corrigidos.

Atividade profissional

A reunião foi mediada pela gerente da Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços (ACBCS), Andrea Marins, que abriu espaço para as assessorias técnicas da CNC apresentarem as devolutivas. Fernando Melo, advogado especialista da Diretoria Jurídica e Sindical (DJS) da CNC, trouxe um panorama legal da regulamentação da profissão de optometrista de nível superior, ressaltando a distinção entre as atividades do optometrista e do médico oftalmologista. Ele ressaltou que, apesar do reconhecimento da profissão pelo Supremo Tribunal Federal (STF), nos termos da decisão proferida no âmbito da ADPF nº 131, ainda não existe uma lei específica que regule a atividade de optometria de nível superior. O STF, ao julgar a ADPF nº 131, decidiu que as restrições impostas pelos arts. 38, 39 e 41 do Decreto nº 20.931/1932 e arts. 13 e 14 do Decreto nº 24.492/1934 não se aplicam aos profissionais com formação superior.

Comércio varejista

O exercício da atividade do microempreendedor individual (MEI) para o segmento óptico e a classificação de risco da atividade óptica foram comentados na reunião. Atualmente, o comércio varejista de artigos de óptica tem 71.840 empresas cadastradas, sendo 20.693 de MEIs. Segundo o economista da Diretoria de Economia e Inovação (Dein) Guilherme Cardoso, de acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), a capacidade de geração de receita e impostos dos MEIs é muito menor do que a de uma empresa comercial em outro enquadramento.

Matérias de interesse

O coordenador legislativo da Diretoria de Relações Institucionais (DRI) da CNC,



Paulo Negreiros

Sandra Block é acadêmica e compartilhou as estimativas globais do número de pessoas afetadas por problemas oculares

Douglas Pinheiro, apresentou o andamento do Projeto de Lei nº 7.412/2017, que trata sobre a comercialização de produtos ópticos, o licenciamento do comércio varejista e de prestação de serviços de produtos ópticos e afins.

Dentro da regulamentação da reforma tributária, Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 68/2024, Douglas falou sobre a Emenda 39, que pretende incluir as lentes de óculos, de contato e intraoculares entre os dispositivos médicos que fazem jus à redução em 60% das alíquotas do IBS e da CBS.

Também da DRI, Elielson Almeida falou sobre a consulta pública aberta pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para reclassificação de risco das ópticas em que a CNC se manifestou. A medida visa ampliar a participação da sociedade na determinação das normas que regulamentarão o licenciamento, a inspeção, a fiscalização, o controle, o monitoramento e a educação sanitária de empreendedores e pessoas jurídicas. A revisão da norma preserva o comércio de produtos ópticos regulados por lei, e com a presença de um responsável técnico, fundamental para a segurança do consumidor.

CBFARMA

Câmara Brasileira de Produtos
Farmacêuticos da CNC



"Em 2024, a CBFarma discutiu temas que impactam o varejo farmacêutico, possibilitando uniformização de posicionamento, com efeitos positivos na representação e atuação perante os agentes políticos, em especial em temas macros, destacando a reforma tributária. Também atuou junto à Diretoria de Relações Institucionais (DRI) da CNC, mais precisamente no Projeto de Lei (PL) nº 926/2024, que regulamenta as atividades de nível técnico da área de farmácia, na interlocução com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para discussão sobre os requisitos exigidos para o processo de importação de produtos sujeitos à vigilância sanitária; e na atuação sobre projetos de leis federais, que repercutem no setor varejista farmacêutico, a exemplo do piso salarial farmacêutico e da competência fiscalizatória do Conselho de Farmácia."



Lázaro Luiz Gonzaga
Coordenador



**Quantidade total
de integrantes**
Titulares: 28
Suplentes: 22



**Data de criação
da Câmara**
15/03/2001



Reuniões em 2024
19/06 - CNC-DF
02/10 - CNC-RJ



Integrantes

Titulares

- Alex Cavalcante Garcez
- Antônio Roberto Bonfim
- Armando Ahmed
- Benilton Gonçalves Diniz
- Carlos Bressan
- Edenir Zandoná Júnior
- Erivan de Souza Araújo
- Felipe Antônio Terzezo
- Francisco das Chagas Ferreira Lopes

- Herbert Almeida da Cunha
- Idael Marques Brito
- João Aguiar Neto
- Joaquim Tadeu Pereira
- José Antonio Parolin
- José Antônio Vieira
- Lara de Souza Costa
- Leomar Rehbein
- Luiz Trindade Pinto
- Luzia Diva Cunha Dutra

- Marcelo de Castro Ferreira
- Marcelo Fernandes de Queiroz
- Maurício Cavalcante Filizola
- Natanael Aguiar Costa
- Ozeas Gomes da Silva
- Roberto Martins Rosa
- Romildo Marcos Letzner
- Sérgio Mena Barreto

Suplentes

- Alessandro Cadarso
- André Bedran Jabr
- André Giffoni Pellizzaro Lima
- Carlos de Souza Andrade
- Claudisnei Machado Constance
- Deivisson Teixeira Leão
- Elias Alves Salomão

- Enildo Azevedo Pinheiro
- Fábio Henrique Firmino de Queiroz
- Francisco Ernani Rios Filho
- Francisco José dos Santos
- Hamilton Domingos Teixeira
- João dos Reis Souza
- Luiz Eduardo Bove
- Marcelo Amigo

- Naylton Paes da Silva Júnior
- Nelcir Antonio Ferro
- Ricardo Vernieri
- Rodrigo Vianna Santos
- Waldemario Caetano Neto
- Walter Vasconcelos Torres Vieira
- Wilson Galli



Objetivos identificados

- Firmar-se como fórum interlocutor e representativo do comércio farmacêutico diante dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de agências reguladoras;
- Fomentar discussões sobre estabelecimentos de saúde, ambiente propício e adequado para venda de produtos medicamentosos;
- Acompanhar e apontar as iniciativas necessárias para o bom funcionamento do ramo, transcorrendo os vários cenários encontrados no território nacional através da presença de membros situados em vários estados;
- Nortear os processos de tomadas de decisão das entidades que representam o setor, promovendo a coesão e o fortalecimento da defesa dos interesses do comércio de produtos farmacêuticos;
- Subsidiar os debates do setor com pareceres da Diretoria Jurídica e Sindical (DJS) da CNC, bem como pelos acompanhamentos legislativos realizados pela Diretoria de Relações Institucionais (DRI) da CNC e de e outras áreas técnicas da entidade que eventualmente poderão ser demandadas;
- Atuar, juntamente com a DRI, visando a melhorias e adequações à realidade das legislações federais vigentes para o segmento;
- Atuar como difusor de medidas e encaminhamentos que possam auxiliar e prover o desenvolvimento do comércio de produtos farmacêuticos em todo o território nacional;
- Promover a coesão necessária para que a avaliação dos fatores que influenciam o setor possa equalizar as divergências socioeconômicas do País e, também, fortalecer o empresariado por meio de ações convergentes e sólidas;
- Discutir, com a participação dos membros representantes de todos os estados, temas de relevância para o segmento, de forma que sejam delineados os contornos e as diversidades das regiões do Brasil, que, independentemente de suas peculiaridades, devem seguir os mesmos parâmetros legislativo e regulatório; e
- Recomendar temas de pesquisa e contribuir na revisão e elaboração de normas técnicas de interesse do setor varejista farmacêutico.

Temas abordados nas reuniões

- Reforma tributária: considerações sobre Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 28/2024, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), e seus reflexos sobre as operações com medicamentos;
- Programa OEA Anvisa – falta de clareza sobre os critérios para atingir bons índices de desempenho;
- Portaria do Ministério do Trabalho sobre o trabalho nos feriados;
- Questões sobre o adicional de insalubridade no setor farmacêutico;
- Pagamento da contribuição assistencial pelas redes de farmácias;
- Perspectivas sobre a Fase 2 da Logística Reversa de Medicamentos à luz do Decreto Federal nº 10.388, de 2020;
- Medicamentos com prazo de validade próximo da expiração chegando às farmácias;
- Transferência de medicamentos controlados entre matriz e filiais da mesma empresa;
- Liberação dos preços dos medicamentos;
- Decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), com a REsp nº 2.035.645, sobre a competência da Anvisa para disciplinar a propaganda de medicamentos; e os reflexos para o varejo farmacêutico;
- Resolução CFF nº 14/2024 – dispõe sobre a inscrição, o registro, o cancelamento, a baixa e a averbação nos Conselhos Regionais de Farmácia, além de outras providências. Análise da limitação do vínculo contratual do profissional farmacêutico e ilegalidade/inconstitucionalidade da resolução;
- PL nº 5.363/2020 – altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que “Controla sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências”, para dispor sobre a assistência de farmacêutico de forma remota;
- PL nº 8.301/2017 – acrescenta dispositivos à Lei

nº 10.858, de 13 de abril de 2004, para modificar o Programa Farmácia Popular do Brasil, criar o Aqui tem Farmácia Popular e dar outras providencias;

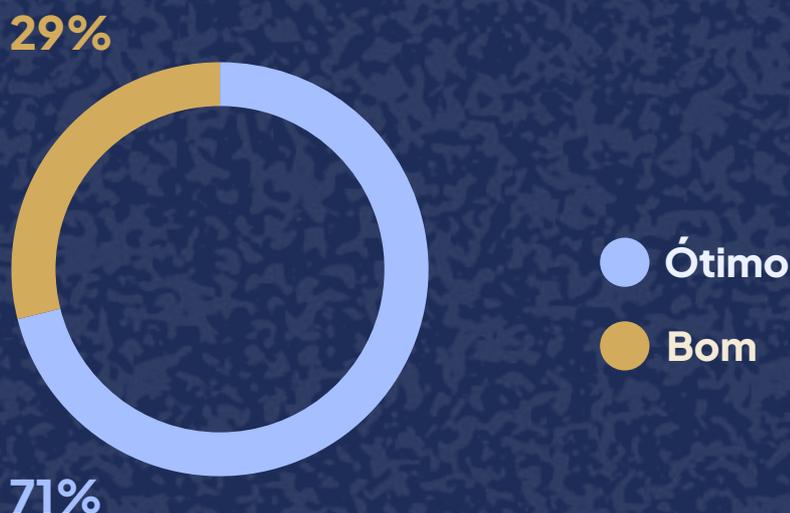
- PL nº 111/2020 – altera a Lei nº 3.820, de 11 de novembro de 1960, que "cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Farmácia, e dá outras providências";
- PL nº 6.321/2019 – altera a Lei nº 3.820, de 11 de novembro de 1960, que "cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Farmácia, e dá outras providências";

- PL nº 3.213/2004 – acrescenta parágrafo ao art. 5º da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, para proibir o comércio de drogas, medicamentos e insumos farmacêuticos pela internet;
- PL nº 491/2015 – acrescenta o art. 8º-A à Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que "dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências", estabelecendo a dispensação fracionada de medicamentos; e
- PL nº 1.559/2015 – dispõe sobre o piso salarial do profissional farmacêutico.

Gestão das proposições da Câmara



Avaliação geral das reuniões



Setor farmacêutico debate pautas de interesse em reunião ordinária

Em Brasília, integrantes da Câmara Brasileira de Produtos Farmacêuticos (CBFarma) da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) debateram, no dia 19 de junho, as perspectivas de inclusão de serviços farmacêuticos no Programa Farmácia Popular, a contribuição assistencial pelas redes de farmácias e a logística reversa, que trata do descarte de medicamentos desde o ponto de consumo até o local de origem. Também foram discutidas 12 pautas em tramitação no Congresso Nacional.

Conduzida pelo coordenador da CBFarma, Lázaro Luiz Gonzaga, com a participação do coordenador-geral das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços, Luiz Carlos Bohn, essa foi a primeira reunião ordinária de 2024.

O andamento do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 68/2024, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), o Imposto Seletivo (IS) e seus reflexos sobre as operações com medicamentos, também foi tema da reunião. O consultor tributário da CNC, Gilberto Alvarenga, e o presidente executivo da Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico (ABCFarma), Rafael Espinhel,

discutiram a regulamentação da Emenda Constitucional nº 132/2023, que interfere no regime diferenciado de tributação que se aplica aos medicamentos.

Espinhel destacou que, ao elencar os medicamentos no regime diferenciado, o PLP nº 68/2024 prevê uma alíquota reduzida de 60% sobre a alíquota-padrão referencial do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), estimado pelo Ministério da Fazenda em 26,5%. Ele também mencionou a possibilidade de desoneração total, com alíquota zero para alguns medicamentos, mediante uma lista de substâncias e princípios ativos que se enquadram nessa redução.

Logística reversa

Renata Avila, analista de Representações em Sustentabilidade da CNC, falou sobre a logística reversa de medicamentos, com destinação correta prevista no Decreto nº 10.388/2020. “É uma ação de extrema importância para implementar a economia circular e reduzir os impactos no meio ambiente. A CNC pode contribuir muito por conta da capilaridade com as Federações, presentes em todos os estados do País”, explicou.



Encontro reuniu colegiado do segmento farmacêutico na sede da CNC, em Brasília

Rafael Espinhel abordou o impacto da reforma tributária para o setor; Renata Avila falou sobre a logística reversa de medicamentos

Renata falou ainda sobre a necessidade de distribuição de mais coletores, sem onerar o comerciante, para que possa ser dada: a destinação correta aos medicamentos. “Podemos trabalhar em parceria com a indústria para uma melhor conscientização ambiental, com ações como a elaboração de cartilhas”.

Farmácia Popular

O diretor do Sincofarma-CE, Maurício Cavalcante Filizola, destacou a importância da inclusão de serviços farmacêuticos no Programa Farmácia Popular. Erivan de Souza Araújo, vice-presidente da Fecomércio-DF, sugeriu a realização de convênios regionais além do Farmácia Popular federal.

Outros temas debatidos incluíram os critérios para bons índices de desempenho no programa Operador Econômico Autorizado (OEA), o trabalho nos feriados, a insalubridade no setor farmacêutico, as contribuições assistenciais pelas redes de farmácias, o prazo de validade dos medicamentos e a Lei Estadual nº 16.473/2014, que trata da prestação de serviços farmacêuticos pelas farmácias e drogarias em Santa Catarina.

A reunião também tratou de propostas legislativas em tramitação no Congresso



Edgar Marra



Edgar Marra

Nacional. Lázaro Gonzaga encerrou a reunião agradecendo a todos pela presença e ressaltando os avanços da CBFarma, que progrediu com a coordenação das câmaras temáticas da CNC e com a atuação da Diretoria de Relações Institucionais (DRI) no Congresso Nacional: “Estamos muito mais avançados com essa câmara, que foi um canal de unificação do nosso trabalho, além da atuação da DRI no Congresso Nacional, que só fortalece a nossa expertise e o nosso trabalho”.

CBFarma analisa impactos de nova regulamentação e resoluções de mercado

Guarim de Lorena



No encontro da Câmara Brasileira de Produtos Farmacêuticos (CBFarma) da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), realizado no dia 2 de outubro de 2024, no Rio de Janeiro, representantes do setor discutiram temas estratégicos, com foco em regulamentações, tributação e o impacto de novas resoluções no mercado.

Na abertura, o coordenador-geral das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços, Luiz Carlos Bohn, ressaltou a importância da reunião da CBFarma para o acompanhamento das pautas pertinentes ao setor farmacêutico.

A reunião contou ainda com a participação da gerente da Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços (ACBCS), Andrea Marins, que enfatizou o acompanhamento das proposições em andamento e o alinhamento entre as Câmaras, garantindo que os processos fluam de forma eficiente e integrada. Gilberto Alvarenga, consultor tributário da CNC, apresentou um breve panorama sobre as implicações do PLP nº 68/2024, que regula

a reforma tributária, destacando que as novas diretrizes trarão desafios que exigem adaptação e planejamento estratégico por parte das farmácias para garantir a competitividade no mercado, e que apenas após essa adaptação será possível verificar se ocorrerá a redução da carga tributária sobre medicamentos.

Em diálogo sobre a pauta, o coordenador da CBFarma, Lázaro Luiz Gonzaga, abordou a preocupação do setor com as possíveis mudanças no cenário tributário. “A reforma traz complexidades que podem impactar diretamente as farmácias, especialmente em relação ao aumento dos custos operacionais. Precisamos acompanhar de perto para mitigar os efeitos negativos no mercado”, alertou Lázaro, ressaltando a importância de um trabalho articulado para garantir benefícios ao setor.

A proposta da reforma que tramita no Senado Federal também prevê a inclusão de novos medicamentos no rol de produtos com alíquota zero, como os oncológicos e medicamentos para doenças raras. “Ainda é difícil prever

o impacto real da reforma no mercado farmacêutico, especialmente por conta das nuances do sistema tributário atual”, advertiu Alvarenga.

Resolução do Conselho Federal de Farmácia

Um dos temas centrais foi a Resolução CFF nº 14/2024, que trata das regras de inscrição e registro de farmacêuticos nos conselhos regionais. Rafael Espinhel, presidente executivo da Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico (ABCfarma), apontou a inconstitucionalidade da resolução, que, segundo ele, “interfere diretamente na liberdade contratual ao exigir vínculo celetista para a responsabilidade técnica, impossibilitando contratos de prestação de serviços”. Ele ainda afirmou que a ABCfarma já judicializou a questão e aguarda resposta sobre o mandado de segurança coletivo.

O tema gerou debates sobre a necessidade de criar uma rede de apoio para ações judiciais que resguardem o setor. Cácio Esteves, advogado da Diretoria Jurídica e Sindical (DJS) da CNC, enfatizou a importância de uma resposta coletiva do setor para enfrentar arbitrariedades. Ele também destacou que a criação dessa rede é fundamental para evitar que as farmácias enfrentem problemas legais com fornecedores e órgãos de fiscalização: “Uma atuação pulverizada só trará mais insegurança para o setor”.

A pauta também incluiu a recente decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre a propaganda de medicamentos, que limita a publicidade de produtos farmacêuticos. Rafael Espinhel explicou que a decisão trouxe mais segurança jurídica para as farmácias, ressaltando as restrições impostas na norma da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Na parte final da reunião, foi discutido o acompanhamento de projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, como o PL nº 6.321/2019, que trata da mudança na forma de eleição para os conselhos regionais de

Farmácia, e o PL nº 491/2015, que estabelece a dispensação fracionada de medicamentos, entre outros.

Felipe Miranda, assessor da Diretoria de Relações Institucionais (DRI) da Confederação, falou sobre a importância da atuação firme do setor nas discussões das comissões de saúde e tecnologia e, especialmente, no contexto da reforma tributária e das novas regulamentações.

“Estamos tendo uma participação contundente nas comissões de saúde e direito do consumidor. Precisamos garantir que os interesses do setor sejam preservados, especialmente com a votação do PLP nº 68/2024 no Senado”, afirmou Felipe. Ele ainda mencionou o cronograma do governo para a aprovação dessas reformas: “Há um empenho para que a reforma tributária avance em novembro, mas precisamos estar atentos ao impacto que ela terá no mercado farmacêutico.” O coordenador Lázaro Gonzaga concluiu o encontro reforçando a necessidade de continuação do acompanhamento legislativo e da articulação com outros órgãos para garantir que o setor do comércio farmacêutico seja devidamente protegido diante das mudanças regulatórias e tributárias.



Rafael Espinhel falou sobre ações que trouxeram segurança jurídica às farmácias

CBMC Câmara Brasileira de Materiais de Construção da CNC



A CBMC, em 2024, fomentou o diálogo entre os integrantes, para a troca de ideias, e apresentou propostas para discussão. A exemplo disso, avançamos na cesta básica de material de construção, que poderá ser implementada na nova reforma tributária, e também avançamos nas proposições de melhores taxas de aquisição de cartões de crédito para o setor e, por meio do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), com cursos de qualificação profissional para os profissionais que trabalham nesse setor.

Destaco, também, o empenho e a dedicação para a volta do Construcard, produto que sempre agregou e desenvolveu o setor."



José Wenceslau de Souza Júnior
Coordenador



Quantidade total de integrantes
Titulares: 24
Suplentes: 22



Data de criação da Câmara
24/04/2006



Reuniões em 2024
25/04 - CNC-DF
21/08 - CNC-DF



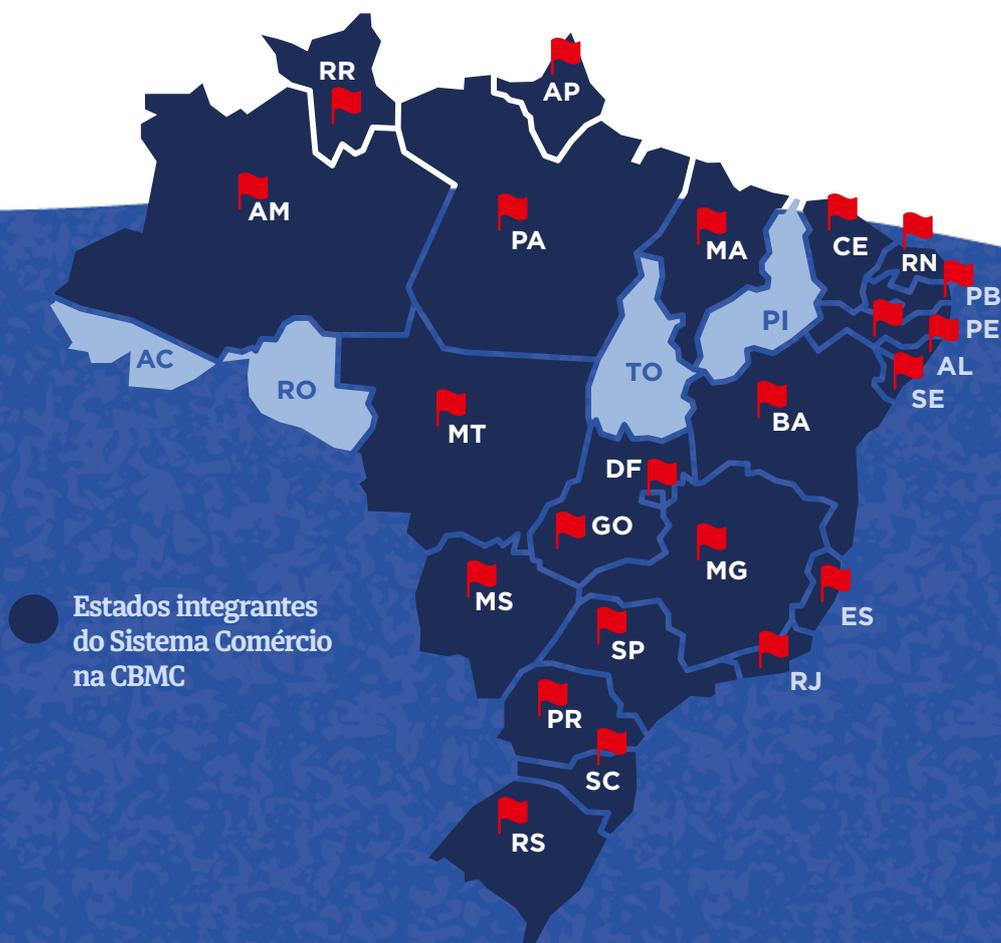
Integrantes

Titulares

- Aderson Santos da Frota
- Ademilson Milani
- Antônio Carlos Aguiar
- Antônio Sousa Pereira
- Arcione Piva
- Bráulio Rezende Filho
- Diego Canzi Dalastra
- Geovani Henrique Bamberg Gisler
- Geraldo Cordeiro de Jesus
- Irma Alves Fernandes
- João Clineu Lima da Silva
- José Gilton Pereira Lima
- Julio Gomes Ferreira
- Ladislao Pedroso Monte
- Lavanery Campos Wanderley
- Lesio Romulo Contarini Junior
- Luiz Antônio Beserra Lacerda
- Luiz Ricardo Nunes
- Marconi Barros dos Santos
- Pedro Augusto Lima Krahenbuhl
- Pedro Coelho Nasser
- Roberto Wagner Cavalcanti de Siqueira
- Robson Santos Pereira

Suplentes

- Ademir dos Santos
- Alexandre Jalles Cohim Moreira
- Alexandre Sampaio de Abreu
- Arno José Argenta
- Arthur Georges Guillou
- Cláudio Araújo de Lima
- Cecin Sarkis Simão
- Dezaix de Assis Wanderley
- Divino Lindomar dos Reis
- Dorivan Costa Ferreira
- Jorge Rechia Guarezi
- José Ailton Oliveira Santos
- José Cid Sousa Alves do Nascimento
- Lucimar Trindade Bigolin
- Marcantoni Gadelha Souza
- Marcel Ângelo Sampaio Góes
- Marcos Antonio de Oliveira Silva
- Paulo Henrique de Ângelo
- Rodrigo Vianna Santos
- Ronaldo Sielichow
- Rafael Gipiela
- Simon Sanches dos Santos



Objetivos identificados

- Identificar gargalos do processo produtivo;
 - Criar estratégias de ação para a solução dos problemas para que o setor de material de construção tenha um melhor ambiente de negócios;
 - Estabelecer critérios para identificar as oportunidades que norteiam o desenvolvimento da cadeia produtiva do segmento, mantendo o foco sempre nas suas definições, nas orientações e na e
- clareza nas discussões de políticas públicas;
 - Estratégias e diretrizes serão importantes para acompanhar as questões do setor comercial específico e da atividade e das suas atribuições; e
 - Aprimorar as relações do empresariado com o sistema confederativo, que defende os interesses do setor junto aos setores governamentais, com a finalidade de melhorar o relacionamento entre os atores que representam cada setor como um todo.

Temas abordados nas reuniões

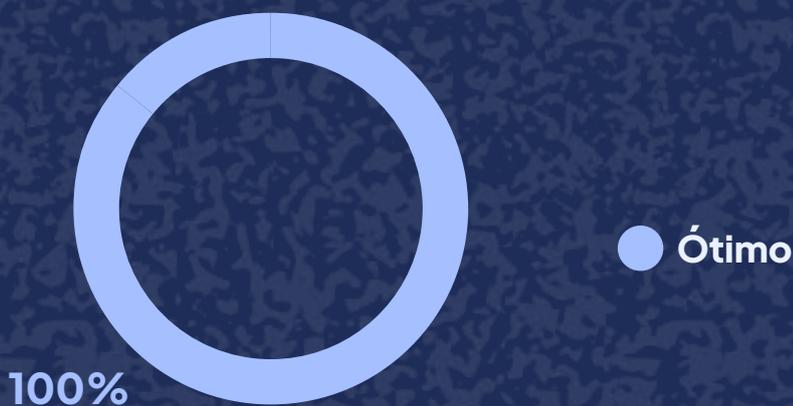
- Liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para reformas e construções;
 - Criação, pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), do Curso Técnico de Vendas em âmbito Nacional;
 - Revisão de encargos financeiros praticados pelo Pronampe;
 - Construcard;
 - Apresentação da Taxa de Cartões;
 - Isenção da cesta básica de material de construção, que já existe em alguns estados. É preciso estendê-la para todo o País;
 - PL nº 4.415/2021 – altera a Lei nº 13.999, de 2020, com objetivo de prever a possibilidade de renegociação de créditos concedidos no âmbito do Pronampe;
 - PL nº 6.005/2023 – dispõe sobre a regulação da comercialização de materiais de construção e a proteção do comércio varejista;
 - PL nº 3.141/2023 – institui o Programa Cartão Reconstruir e dá outras providências;
 - PL nº 1.037/2024 – institui a Política Nacional de Incentivo à Reforma e Modernização de Residências, dispondo sobre a concessão de linhas de crédito subsidiadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e demais bancos públicos, para a revitalização de fachadas de casas urbanas em áreas metropolitanas, e dá outras providências;
- Sugestão de projeto de lei – financiamento subsidiado para reformas e construções;
 - Sugestão de projeto de lei – Programa de Habitação Popular Cooperativa.
 - Pontos a serem discutidos:
 - Fica estabelecido o Programa de Habitação Popular Cooperativa, com o objetivo de viabilizar moradias de baixo custo, aproveitando mão de obra ociosa e promovendo a autoconstrução assistida por meio de processos cooperativos;
 - O programa consistirá na formação de grupos de famílias interessadas em construir suas próprias moradias, utilizando a modalidade de mutirão ou similar, com assistência técnica fornecida pelo governo ou entidades parceiras.
 - As principais diretrizes do Programa incluem:
 - a) Facilitação do acesso a materiais de construção por meio de subsídios diretos aos participantes;
 - b) Isenção de impostos sobre os serviços de construção realizados pelos próprios beneficiários;
 - c) Incentivo à compra de materiais de construção em estabelecimentos locais, visando à distribuição mais justa da riqueza gerada e ao fortalecimento da economia regional.
 - O programa não visa substituir, mas complementar iniciativas existentes, como o Programa Minha Casa, Minha Vida, expandindo sua abrangência para áreas não atendidas anteriormente;

- Os recursos para implementação e manutenção do programa serão provenientes do orçamento público, com possível participação de parcerias público-privadas e captação de recursos externos;
- Fica estabelecido que a execução do programa será coordenada pelo órgão competente do governo, em parceria com entidades representativas do setor habitacional e de materiais de construção.
- Reforma tributária;
- PLP nº 68/2024 - institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), e dá outras providências; e
- PL nº 2.489/2021 - altera o Código de Defesa do Consumidor para prever a facilitação da defesa do consumidor, inclusive com a inversão do ônus da prova, na esfera administrativa.

Gestão das proposições da Câmara



Avaliação geral das reuniões



Câmara de materiais de construção atua para o retorno do Construcard

Paulo Negreiros



A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) encaminhou ofício à Caixa Econômica Federal (CEF) solicitando a participação de um representante da instituição na reunião da Câmara Brasileira de Materiais de Construção (CBMC) para debater o Construcard, linha de crédito para que pessoas físicas possam construir ou reformar imóveis. Atualmente, essa modalidade está suspensa.

O tema voltou à pauta do colegiado durante reunião que aconteceu na sede da CNC, em Brasília. “Esse crédito é uma forma de aquecer o mercado e ajudar as pessoas a melhorar sua condição de moradia. Nosso segmento foi prejudicado lá atrás devido ao mau uso do cartão, e hoje estamos trabalhando para sensibilizar a Caixa da importância dessa retomada de forma consciente e monitorada”, enfatizou o coordenador da CBMC, José Wenceslau Júnior.

Membros da Câmara também falaram sobre a possível utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para fins de reforma e construção, diferentemente de sua finalidade inicial, que é o financiamento imobiliário. “O que a gente está vendo cada dia mais é a utilização desse fundo para outros fins, fora da

habitação, como o saque aniversário. Poderia se verificar a possibilidade de criar uma linha para a reforma, usando esses recursos do FGTS. Assim, o custo desse empréstimo seria muito mais reduzido. Esse poderia ser um custo para que o Construcard se tornasse viável”, sugeriu Claudio Araújo de Lima, da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomércio-SP).

O economista-chefe da CNC, Felipe Tavares, explicou que qualquer mudança nessa regra de uso, como a utilização do saldo do FGTS para fins de reforma e material de construção, precisa de alteração na lei: “Podemos produzir um estudo com estimativa dos impactos econômicos da liberação de um crédito extra, de uma fonte de recurso extra, para gasto com material de construção, ver quantos empregos seriam gerados, a atividade econômica, estado a estado, se os senhores entenderem como relevante”.

Acompanhamento legislativo

O assessor da Diretoria de Relações Institucionais (DRI) da CNC Felipe Miranda fez uma apresentação sobre as principais pautas de interesse do segmento, dando destaque para a que trata da renegociação de créditos

concedidos no âmbito do Pronampe: “O Desenrola para pessoa jurídica vem para trazer maior segurança jurídica às empresas e aos contratos vigentes, e a CNC vem trabalhando para dar essa segurança a seus representados”.

Sobre o Projeto de Lei (PL) nº 6.005/2023, que trata da regulação da comercialização de materiais de construção e da proteção do comércio varejista, o assessor explicou que está aguardando parecer do deputado Áureo Ribeiro (Solidariedade-RJ) na Comissão da Defesa do Consumidor: “O texto busca resguardar uma questão muito levantada nessa comissão, que é assegurar uma condição mais justa ao comércio, uma vez que, nesse segmento, os showrooms acabam servindo de vitrine para uma compra direta da indústria. Vamos trabalhar para que seja redistribuído em outras comissões”.

Soluções educacionais

Durante a reunião, a gerente de Programas e Gestão Educacional do Departamento Nacional do Senac, Kelly Teixeira, falou sobre a criação, em âmbito nacional, do curso Técnico de Vendas, regulado pelo Ministério da Educação.

Ela destacou a realização dos fóruns setoriais que permitem uma escuta ativa do mercado para entender as demandas de qualificação profissional do setor produtivo: “Nessas oportunidades, nós verificamos, de tudo o que é sinalizado, o que podemos transformar em atualização dos nossos portfólios”.

Kelly explicou que, no desdobramento de um desses fóruns, foi possível construir a “trilha do vendedor” e daí, partindo também de uma sinalização da CBMC, buscar cursos mais rápidos para o mercado: “O [curso] Técnico em Vendas tem uma formação mais ampla e com duração de 800 horas. Então, a gente avaliou outras possibilidades, com informações mais ágeis. Esses outros cursos, como o de vendedor, que faz parte da trilha, têm duração de 160 horas, durando em torno de quatro meses”.

Experiência no Centro-Oeste

O superintendente da Fecomércio-MT, Igor Cunha, compartilhou uma ação positiva que desenvolveu no estado, referente à qualificação profissional. Em parceria com a Associação dos Comerciantes de Materiais de Construção do estado (Acomac), o Sindicato Varejista de Material de Construção de Mato Grosso (Sindcomac-MT) e o Senac regional, a Fecomércio criou uma trilha de 16 horas para técnica de vendas básica e outra de 16 horas de atendimento de vendas, voltada para material de construção.

“Quem está no mercado acaba não fazendo um curso longo, de 800 horas; então, essa experiência trouxe muitos profissionais para reciclagem, pelo tempo reduzido, e outros novos, que queriam trabalhar no setor, mas ainda não atuavam no mercado, para se qualificar e passar a trabalhar nas lojas de material de construção, uma vez que temos falta de mão de obra no mercado”, informou. O diferencial dos cursos foi a parte prática como trainee nas lojas físicas, no estado. “Procuramos os empresários parceiros, e foi um sucesso!”



Paulo Negreiros

Felipe Tavares: proposta de estudo de impacto

Política de crédito imobiliário é destaque em reunião da CBMC



Edgar Marra

A segunda reunião da CBMC ocorreu na sede da CNC, em Brasília

A segunda reunião do ano da Câmara Brasileira de Materiais de Construção (CBMC) teve como tema central a política de crédito imobiliário. O encontro que ocorreu em 21 de agosto, foi mediada pela gerente da Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços (ACBCS), Andrea Marins.

O impacto das altas taxas de juros no setor de construção foi um dos primeiros temas abordados. O coordenador da CBMC, José Wenceslau de Souza Júnior, expressou preocupação com o ambiente econômico, destacando que as taxas elevadas estão desacelerando o mercado, o que afeta diretamente o comércio de materiais de construção.

Para tratar sobre as perspectivas de facilitação de crédito para a construção civil, o superintendente de crédito à pessoa física da Caixa Econômica Federal (CEF), Marcelo Silva Tsunoda, abordou sobre novas linhas destinadas a pequenas e médias empresas

do setor: “Os bancos estão atuando para criar condições de financiamento adequadas ao momento, o que deve ajudar a aquecer o mercado”.

A participação de um representante da CEF atende a uma solicitação do próprio colegiado, que aguarda, desde a suspensão do Construcard, uma nova linha de crédito para que pessoas físicas possam construir ou reformar imóveis.

Logística reversa

A crescente demanda por materiais de construção sustentáveis foi outro tema da reunião. Especialistas presentes ressaltaram que a adoção de práticas sustentáveis é essencial tanto para o meio ambiente quanto para a competitividade das empresas e o desenvolvimento econômico do País. A analista de Representações da CNC, Renata Couto Avila, explicou como funciona a legislação da logística reversa, que foi

instituída recentemente no Estado do Espírito Santo por meio do Decreto nº 5683-R, de 18 de abril de 2024: “O decreto está em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que foi instituída em 2010. Em uma análise, foi possível identificar que existem legislações específicas de logística reversa em 16 estados do Brasil, então, isso é uma tendência que vem crescendo”.

Renata também salientou a corresponsabilidade dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, envolvendo todos os atores do ciclo de vida de um produto, desde a sua fabricação até a destinação final.

“As legislações sobre a logística reversa trazem essa corresponsabilidade. Os fabricantes são os responsáveis por implementar e custear os sistemas de logística reversa, enquanto os comerciantes são responsáveis por disponibilizar pontos de coleta e informar e conscientizar os consumidores sobre o descarte correto”, esclareceu a analista.

Desafios regulatórios

Durante a reunião, os membros da CBMC abordaram as barreiras regulatórias que dificultam o crescimento do setor. O coordenador da Câmara apontou a necessidade de um diálogo mais aberto com o governo. “Para simplificar os processos regulatórios e impulsionar o seu desenvolvimento”, disse Wenceslau.

A importância da digitalização do comércio de materiais de construção também foi enfatizada durante a reunião, para que o setor possa acompanhar as tendências de digitalização sem correr o risco de ficar para trás num mercado cada vez mais competitivo.

Outros temas, como a isenção da cesta básica de material de construção, a reforma tributária, o impacto da liberação do FGTS para reformas e construções, além da análise e da revisão do Construcard, fizeram parte dos assuntos tratados na reunião da Câmara Brasileira de Materiais de Construção.



Edgar Marra



Edgar Marra

Marcelo Silva Tsunoda, da Caixa Econômica Federal, e Renata Couto Avila, da AGR, debateram temas centrais na reunião

CBTIN

Câmara Brasileira de Tecnologia da Informação e Inovação da CNC



Em 2024, a CBTIN focou em divulgar e orientar ações ligadas à segurança cibernética e à implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) nas empresas, destacando a importância das boas práticas de segurança no cenário de aumento do fluxo de dados sensíveis. Além disso, foram realizadas campanhas de conscientização sobre o uso da Inteligência Artificial, enfatizando suas vantagens e limitações e os impactos socioeconômicos. Essas iniciativas visaram assegurar um ambiente corporativo mais seguro e equilibrado diante das inovações tecnológicas."



Antonio Florencio de Queiroz Junior
Coordenador



Quantidade total de integrantes
Titulares: 32
Suplentes: 28



Data de criação da Câmara
06/02/2006



Reuniões em 2024
22/08 - CNC-DF
04/12 - CNC-RJ



Outros integrantes
Brasscom
camara-e.net



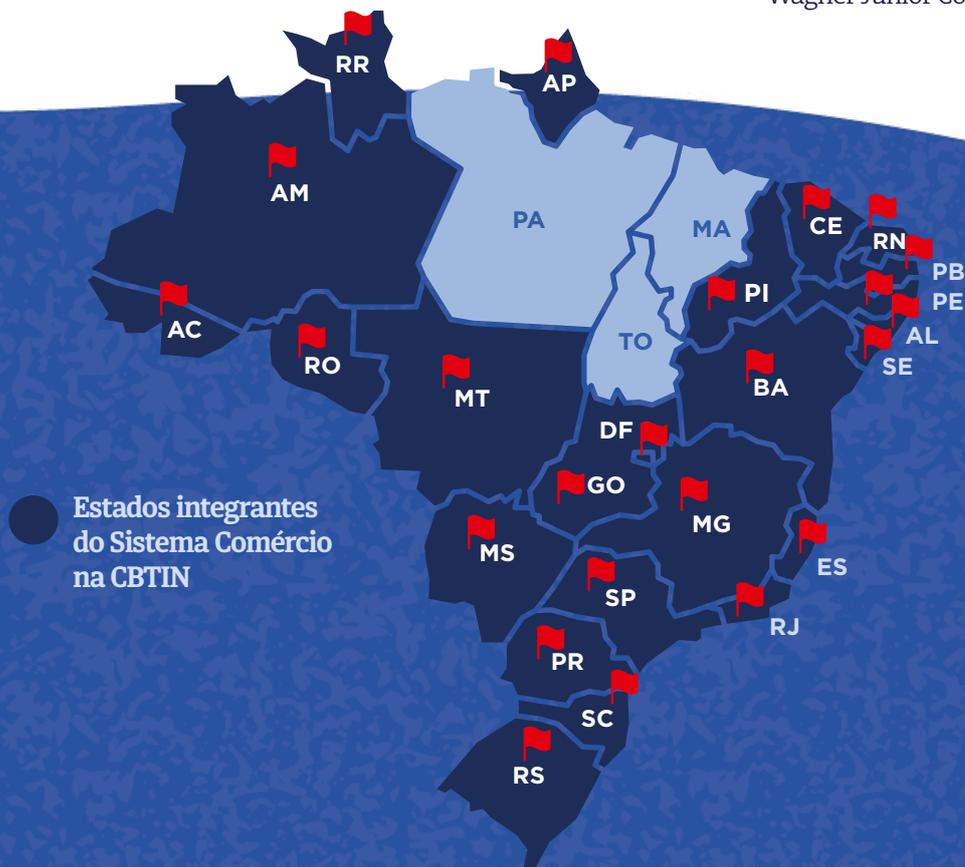
Integrantes

Titulares

- Affonso Parga Nina
- Alceu Dal Bosco
- Antônio Fabrício Araújo Ardengue
- Christian Tadeu de Souza
- Elizeu Correa Leandro
- Erik Guedes
- Francisco Saboya Albuquerque Neto
- Geovane dos Reis Sales
- Gilmar Tadeu Bazanella
- Guilherme Coutinho de Souza
- Iesser Anis Lauar
- Isabel Sartori
- Jamile Sabatini Marques
- Jean Paul Torres Neumann
- Jonathan Cássio do Amorim Alves
- Laércio Furtado Ferreira
- Leonardo Augusto Furtado Palhares
- Lucas Gonçalves Vilas Boas
- Luis Dorivan Rocha de Medeiros
- Luiz Sérgio Wozniaki
- Manuel Dantas Matos
- Márcio de Oliveira Macedo
- Marco César Chaul
- Mozart Dornelles Claret da Silva
- Percival Aracema
- Raimundo Nonato Costa Evangelista
- Raniere Paulino de Medeiros
- Renato Muller da Silva Opice Blum
- Richardson Moro Schmittel
- Roger Dantas Barros
- Wellington Lopes Moraes

Suplentes

- André Luiz Ostermann
- Arthur Henrique Verona Fontes
- Avelino Lombardi
- Bruno Moreira
- Canísio Hartmann
- Denis Junior Zeferino
- Eleanandro Geres Rozan
- Erivelton Moura
- Gianni Moreira Leitão
- Gilmar Silva de França
- Igor Ferreira Luna Louro
- Isadora Alves de Sousa
- Julierme Siqueira de Souza
- Júnior Cezar Vidotti
- Junivaldo Cerqueira Torres
- Leonardo de Paula
- Luiz Fernando Monteiro Bittencourt da Silva
- Marcos Augusto da Silva
- Marcos Vilela Fonseca
- Moyses Halley D'Giffa Oliveira Maciel
- Odimar Renato Grdem
- Paulo Cezar Felisberto
- Rogério Porfirio de Oliveira
- Rui Alencar
- Sergio Sgobbi
- Starch Melo de Souza
- Wagner Dimas de Carvalho
- Wagner Junior Correa



Objetivos identificados

- Segurança cibernética e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – com o uso de IA e processos automatizados, a cada dia um volume maior de dados sensíveis estará disponível nos diversos bancos de dados corporativos, um alvo cada vez mais cobiçado pelos criminosos digitais. Considerando a velocidade cada vez maior do fluxo destes dados nos seus processos, a implementação da LGPD nas empresas requer cada vez mais cuidado. A segurança destes dados é uma questão cada vez mais crítica, e o conhecimento de boas práticas de segurança cibernética nunca foi tão importante;
- Orientações sobre o uso da Inteligência Artificial (IA) – Muito se tem falado sobre a IA, seus perigos e suas oportunidades. É preciso estar atento às tratativas para regulamentação do uso da IA no Brasil, à divulgação de suas vantagens, formas de uso e limitações. Sem dúvida uma ferramenta revolucionária, mas que precisa ser usada com moderação, entendendo que veio para servir a todos e que deve ser usada sempre com este fim. Da mesma forma que a IA tem a capacidade de tornar as empresas mais eficientes e eficazes, também pode se tornar mais um catalizador para o aumento do desemprego, principalmente nas camadas de menor conhecimento tecnológico;
- Apoio nos processos de automação (sem intervenção humana) e automatização (com intervenção humana) do comércio – orientações sobre as questões legais, práticas e sociais sobre o uso dessas tecnologias. Neste campo, a IA também já está atuando com muita força. A análise de documentos e a produção de dados gerenciais são só dois exemplos; e
- Apoio tecnológico aos microempreendedores – providenciando recursos para redução do gap tecnológico em relação às pequenas e médias empresas. Esse apoio seria tanto com a formação profissional (técnica e de gestão) quanto com orientações sobre ferramentas tecnológicas para a modernização de seu empreendimento. Com a ampliação do uso da IA e da automatização de processos, é uma questão que se torna cada vez mais importante.

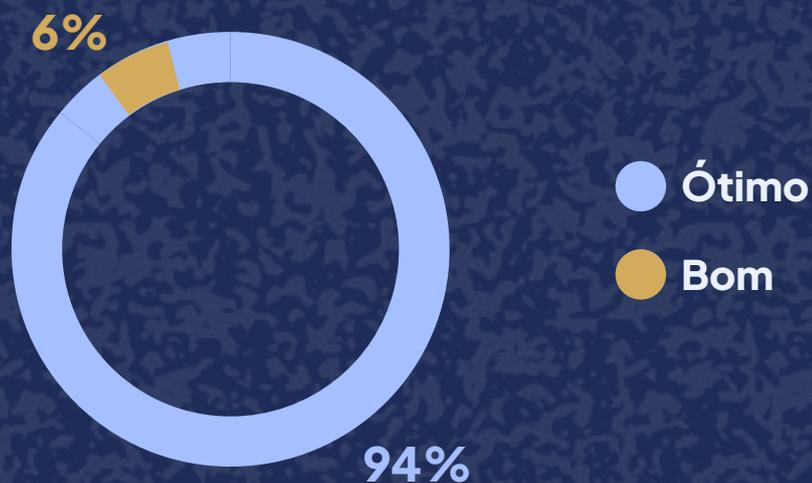
Temas abordados nas reuniões

- Temas prioritários para Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) em 2024/2025;
- Apresentação da Associação Brasileira das Empresas de Software (Abes) e o Programa RH TECH;
- Programadores Cariocas (convênio) – custeados pela Prefeitura do Rio de Janeiro;
- Apresentação da parceria com a Dell;
- PL nº 2.338/2023 – Dispõe sobre a regulamentação da Inteligência Artificial;
- PL nº 2.630/2020 – institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet;
- PLP nº 68/2024 – institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), e dá outras providências;
- PL nº 2.768/2022 – dispõe sobre a organização, o funcionamento e a operação das plataformas digitais que oferecem serviços ao público brasileiro, e dá outras providências;
- PL nº 493/2024 – revoga o benefício fiscal de que tratam os art. 7º ao art. 10 da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011; desonera parcialmente a contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento, e dá outras providências;
- Atuação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) para qualificação no setor de TI e;
- Apresentação dos projetos da Huawei no Brasil.

Gestão das proposições da Câmara



Avaliação geral das reuniões



Parcerias tecnológicas e educação digital marcam reunião da CBTIN

Paulo Negreiros



Integrantes da Câmara Brasileira de Tecnologia da Informação e Inovação (CBTIN) se reuniram, no dia 22 de agosto, para discutir avanços em parcerias estratégicas que podem incrementar o ambiente de negócios para os empresários do setor de tecnologia. A reunião, realizada em Brasília, destacou a importância da cooperação entre empresas e o fortalecimento da educação tecnológica.

O encontro ocorreu na sede da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e contou com a presença de representantes indicados pelas Federações do Sistema Comércio, além de entidades do segmento, reforçando o compromisso da CNC com a inovação e a qualificação profissional.

O 2º vice-presidente da CNC, Luiz Carlos Bohn, coordenador-geral das Câmaras, compartilhou informações sobre a visita da comitiva da Confederação à Huawei, que é a maior empresa privada da China. Ele destacou o acordo de cooperação técnica assinado entre o Sistema CNC-Sesc-Senac e a Huawei, que vai possibilitar capacitações em tecnologia da informação e buscar soluções tecnológicas para problemas cotidianos apresentados pelos empresários do setor terciário brasileiro.

Para o coordenador da CBTIN, Antonio Florencio Queiroz Junior, vice-presidente Administrativo da CNC e presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio-RJ), além de apoiar os empresários do setor, a Câmara está em busca de iniciativas que visem democratizar o acesso à internet, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento das pessoas por meio da tecnologia.

“A população brasileira ainda tem sérias deficiências relacionadas à internet, principalmente em relação à infraestrutura e à transmissão de dados. É uma situação complexa, que acaba limitando o acesso, e, com isso, aumentando esse abismo entre as camadas sociais no Brasil também em tecnologia e inovação. Daí o nosso compromisso nesse colegiado”, avaliou Queiroz.

Parcerias estratégicas

A reunião destacou a parceria entre a CNC e a Dell, uma iniciativa que foi criada após debates na própria CBTIN. João Gabriel Bezerra Oliveira e Silva, da Diretoria de Economia e Inovação (Dein) da CNC, apresentou os resultados

positivos dessa parceria, que já rendeu cerca de 90 descontos e serviços exclusivos para Federações, sindicatos e empresários representados pela Confederação. Entre os 170 parceiros da Dell, a CNC ficou na quarta posição de maior engajamento no incentivo ao uso dos produtos por seus associados.

Outro ponto importante foi a apresentação das iniciativas educacionais lideradas pelo Senac Nacional, como o programa Educação 4.0, que visa condensar e divulgar os cursos de tecnologia já oferecidos pelo Sistema, atendendo às demandas de qualificação em áreas como Inteligência Artificial, Segurança da Informação e Metodologias Ágeis. Com 278 cursos disponíveis, o Senac busca ampliar ainda mais a oferta, garantindo que as necessidades do mercado sejam atendidas.

A diretora de Inovação e Fomento da Associação Brasileira das Empresas de Software (Abes), Jamile Sabatini, enfatizou o trabalho que a associação desenvolve para inovação, sustentabilidade e educação tecnológica, unindo empresas, governo e academia, com suporte jurídico e estudos sobre tendências tecnológicas.

Programadores Cariocas

O diretor do Senac-RJ, Sérgio Ribeiro, falou do movimento defendido pela Fecomércio que visa consolidar o Rio de Janeiro como um hub tecnológico, “uma vez que o nosso presidente Queiroz e o prefeito da cidade do Rio enxergaram que é na área de tecnologia onde está a maioria dos empregos disponíveis”.

Dessa forma, desde 2022, o Senac vem desenvolvendo o Programadores Cariocas, com o objetivo de formar jovens pertencentes aos grupos mais vulneráveis em profissionais de programação. Com uma carga horária de 400 horas e um formato bootcamp, o curso já formou 528 novos programadores, destacando-se pelo alto índice de aprovação de 76%.

Matérias de interesse

Durante a reunião, Felipe Miranda, da Diretoria de Relações Institucionais (DRI), destacou a importância da rejeição do Projeto de Lei nº

11.252/2018, que trata da responsabilidade penal dos provedores de internet. Esse projeto é considerado prioritário para a CNC.

Membro da CBTIN, representando a Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomércio-SP), Renato Opice Blum falou sobre temas prioritários para a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), inclusive uma determinação que proibia a Meta de usar conteúdos do Instagram e do Facebook para treinar Inteligência Artificial.



Paulo Negreiros



Paulo Negreiros

Sérgio Ribeiro (mais acima), do Senac-RJ, Luiz Carlos Bohn e Antonio Queiroz

CBTIN encerra 2024 com debates sobre qualificação em TI e regulamentação

A Câmara Brasileira de Tecnologia da Informação e Inovação (CBTIN) realizou, em 4 de dezembro, a última reunião de 2024 na sede da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), no Rio de Janeiro. O encontro reuniu especialistas para debater estratégias de qualificação profissional, inovação e acompanhamento de legislações que impactam o setor.

Andrea Marins, gerente das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços da CNC, destacou a importância da última reunião para alinhar os trabalhos realizados ao longo do ano e planejar ações futuras.

Um dos principais temas tratados foi programa Educação 4.0 do Senac, apresentado pela diretora de Educação Profissional do Senac-DN, Anna Beatriz Waehneltd. A iniciativa é referência na modernização da educação profissional no Brasil e busca alinhar a formação às demandas de um mercado cada vez mais impactado pela automação e pela transformação digital. "O diagnóstico que realizamos nos mostrou a necessidade de

requalificar profissionais para o mercado automatizado. Isso inclui programas que vão desde o nível básico até o avançado, sempre alinhados às demandas de setores como segurança cibernética e inteligência artificial", explicou Anna Beatriz.

Além disso, o Senac apresentou avanços no portfólio de cursos voltados à área de TI, estruturados em três níveis de complexidade, incluindo cursos técnicos, graduações e certificações profissionais em parceria com grandes empresas globais.

Aproveitamento de talentos

O coordenador da CBTIN, Antonio Florencio de Queiroz Junior, elogiou o programa e pediu que fosse verificada a possibilidade de ser realizado um trabalho para mudança na regulamentação das contratações das entidades, a fim de que os alunos formados pelo Senac possam ser aproveitados como mão de obra nas entidades. "Às vezes observamos que verdadeiras joias são formadas em nossos



O encontro reuniu líderes e especialistas de diferentes áreas para debater estratégias de qualificação profissional, inovação e acompanhamento de legislações que impactam o setor

Reunião destaca atuação do Senac-DN e acompanhamento de projetos legislativos sobre inteligência artificial e plataformas digitais

cursos e não podemos aproveitá-las em nossos quadros funcionais", comentou.

Maurício Ogawa, executivo responsável pela Diretoria de Economia e Inovação (Dein) da CNC, enfatizou as iniciativas da Dein para acelerar a digitalização do setor de comércio no Brasil, como o Jornada CNC de Transformação Digital que visa à transformação de negócios tradicionalmente analógicos em modelos integrados às trilhas de inovação tecnológica; a parceria com a Huawei, estratégica para a qualificação em tecnologias como SG, governança digital e inteligência artificial; e o CNC Hunting, que selecionou três startups entre 71 inscritas.

Inteligência artificial

A assessora de Relações Institucionais da CNC, Jenifer Freitas Rodrigues da Silva, apresentou o acompanhamento legislativo, salientando o andamento do pacote fiscal, que busca equilibrar o orçamento, e da reforma tributária. Ela também comentou o projeto sobre inteligência artificial, iniciado por juristas e transformado em projeto de lei pelo presidente do Senado Federal e que está sendo discutido em comissão especial.

Luiz Carlos Bohn, coordenador das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços, destacou o papel colaborativo das entidades do Sistema Comércio no debate sobre tecnologia e inovação. "É essencial que compartilhem boas práticas e dificuldades para encurtar caminhos, evitar erros e promover o avanço coletivo. O trabalho integrado nos permite atender às demandas de um setor tão dinâmico quanto o de tecnologia da informação." Ele também enfatizou a importância de fazer valer o papel do comércio na cadeia produtiva brasileira.

"Devemos agir para garantir que nossa contribuição seja reconhecida e que possamos avançar em nossas demandas." Bohn concluiu



Guarim de Lorena



Guarim de Lorena



Guarim de Lorena

ressaltando a CBTIN como um espaço estratégico para alinhar ações e fortalecer o setor.

Ao fim da reunião, o coordenador Antonio Queiroz agradeceu a participação de todos os integrantes e manifestou sua satisfação com o trabalho e os assuntos que foram abordados nas reuniões da CBTIN em 2024.

CBCGAL

Câmara Brasileira do Comércio
de Gêneros Alimentícios da CNC



“Em 2024, a CBCGAL, com a efetiva integração e intensa participação de seus integrantes, trabalhou na construção de pautas que expressam os temas de maior interesse para as categorias econômicas/empresas que a integram.”

 **Álvaro Luiz Bruzadin Furtado**
Coordenador

 **Quantidade total de integrantes**
Titulares :27
Suplentes: 24

 **Data de criação da Câmara**
26/12/2012

 **Reuniões em 2024**
27/04 - CNC-DF
21/09 - CNC-DF



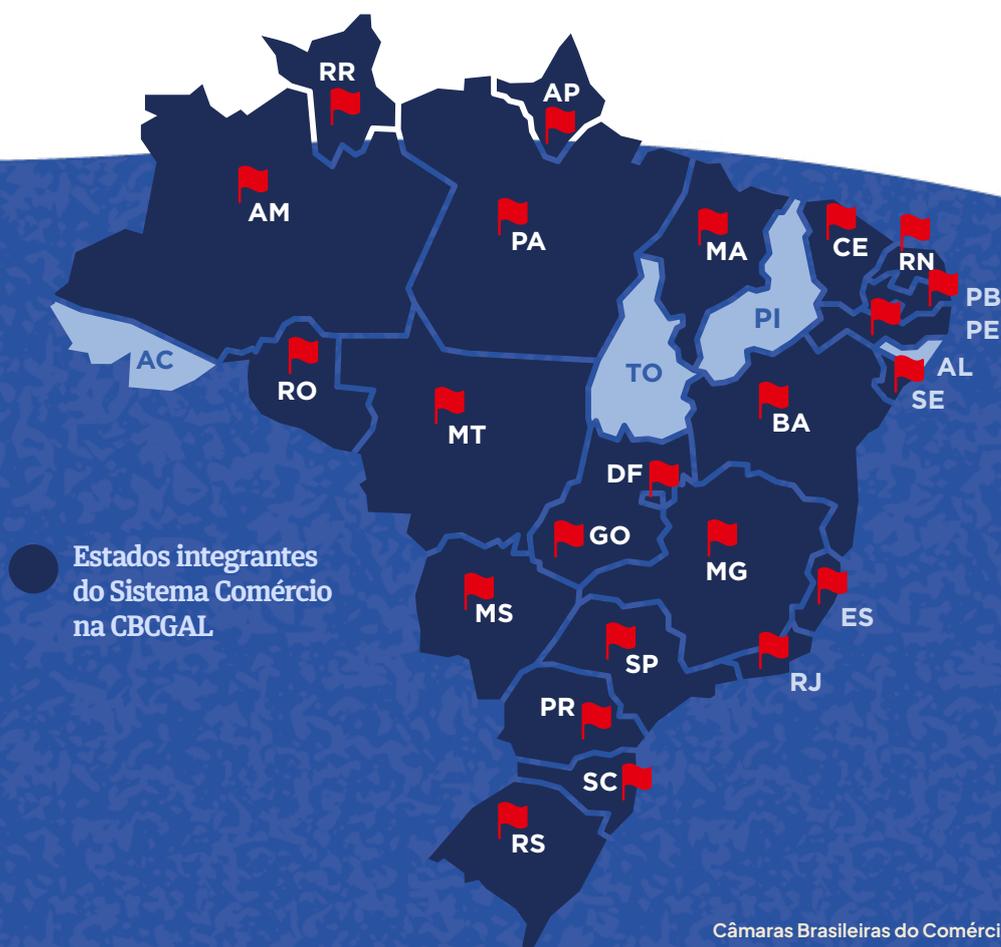
Integrantes

Titulares

- Adeilton Feliciano Prado
- Adival Gomes de Moraes
- Alberto Cavalcante Lacerda
- Alexandre Machado Maromba
- Antônio Alves Cabral Filho
- Antônio Boni
- Antônio José Ovinha Peres Osório
- Augusto César Albuquerque
- Roma
- Edivaldo Guilherme dos Santos
- Enock Lúniere Alves
- Felipe Gomes Chamma
- Geraldo Paiva dos Santos Júnior
- João Francisco Micelli Vieira
- Joaquim Pereira dos Santos
- José Darcílio Cortes Junqueira Reis
- José Luiz Pimentel Fernandes
- Josué Sousa Rocha
- Júlio Cezar Gasparelo
- Jurandi Araújo da Silva
- Luis Antonio Dias
- Kassio Rodrigo Catena
- Manoel Antônio Souza Barbosa
- Romeu Luiz Zamboni
- Sérgio Murilo de Araújo Freitas
- Simone Oliveira Peixoto Chagas
- Waldês Calvi

Suplentes

- Alessandro Morbeck Teixeira
- Antonio Deliza Neto
- Antônio Silva Duarte
- Augusto de Araújo Almeida Netto
- Carlos Américo de Freitas M. Pinho
- Gilvan Mikelyson Delmiro de Gois
- Graco Terceiro Neto Parente Miranda
- Inácio Miranda Júnior
- Ivo José Zaffari
- João Tarcísio Falqueto
- José Anderson da Cunha
- José Arimatéia de Araújo Silva
- José Carlos Aranha Rodrigues
- José Egito Frota Lopes Filho
- José Robson de Oliveira
- Luiz Tadeu Gaedick
- Manuel Anastácio das Graças e Silva
- Marcos Tasso
- Matheus Fonseca dos Santos
- Mercedes Portabales Mosquera
- Paulo Hermínio Pennacchi
- Ricardo Teixeira Batista
- Walter Hoeller de Souza
- Wellenilson Leão Sampaio



Objetivos identificados

- Aprofundar os efeitos da reforma tributária para o comércio de alimentos;
- Rediscutir, caso a caso, categorias diferenciadas e efeitos nas empresas;
- "Direito a oposição" na contribuição assistencial/negocial das empresas: microempresas e optantes do eSocial; e
- Participação de convidados para apresentar temas e/ou para debates sobre temas conjunturais.

Temas abordados nas reuniões

- Mecanismos para coibir cobranças por boletos;
- Regulamentação de critérios de aplicação de multas por Procons estaduais, por meio de adequações na Lei nº 8.078/90 - Dosimetria;
- Supermercados como atividade essencial para a regulamentação de Portaria para o trabalho em feriados;
- Relatório da igualdade salarial;
- Trabalho das mulheres - art. 386;
- Modificação e/ou revogação do art. 405 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e Decreto nº 6.481/2008;
- Movimentadores de mercadorias, Lei nº 12.023/2009;
- Seus efeitos sobre o comércio varejista e atacadista de alimentos;
- As controvérsias sobre a sua aplicação;
- As convenções coletivas celebradas no Brasil sob sua vigência;
- A jurisprudência sobre o contencioso trabalhista que a envolve;
- Os aspectos da conciliação realizada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) entre os sindicatos de comerciários de São Paulo e de movimentadores de mercadorias, que poderão ser utilizados para eventuais acordos.
- PL nº 3.153/2015 - dispõe sobre atendimento especializado a deficientes auditivos e surdocegos em supermercados e similares;
- PL nº 485/2019 - acrescenta dispositivo à Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre a prestação de auxílio às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e sobre a oferta de carrinhos de compra adaptados em hipermercados, supermercados e estabelecimentos congêneres;
- Panorama econômico;
- Portaria MTE nº 1.419, de 27 de agosto de 2024, com a nova redação do Capítulo 1.5 - Gerenciamento de Riscos Ocupacionais, incluindo os fatores de risco psicossociais relacionados ao trabalho, cujos efeitos se darão a partir de 270 dias, a partir de sua publicação;
- A Inteligência Artificial no comércio de alimentos;
- PL nº 2.874/2019 - dispõe sobre a doação de alimentos por supermercados e estabelecimentos similares;
- PL nº 2.982/2022 - acrescenta dispositivo à Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, para tornar obrigatória a oferta de carrinhos de compra adaptados para indivíduos que precisam frequentar estabelecimentos comerciais e congêneres acompanhados de pessoa com transtorno do espectro autista; e
- PL nº 1.118/2019 - obriga hipermercados, supermercados e estabelecimentos similares a dispor de local específico para a venda de produtos provenientes da agricultura familiar.

Gestão das proposições da Câmara



Avaliação geral das reuniões



Setor de gêneros alimentícios alinha pautas prioritárias



Paulo Negreiros

Em Brasília, representantes das Federações de diversos estados do País, que compõem a Câmara Brasileira do Comércio de Gêneros Alimentícios (CBCGAL) da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), se reuniram para tratar de assuntos prioritários para o setor em 2024.

Entre os assuntos discutidos pelo colegiado, tiveram destaque os supermercados como atividade essencial para a regulamentação do trabalho em feriados; a regulamentação de critérios de aplicação de multas por Procons estaduais; os mecanismos para coibir cobranças por boletos; e o trabalho das mulheres.

A gerente da Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços (ACBCS), Andrea Marins, apresentou um relatório geral com as atividades da ACBCS durante o ano de 2023: o total de ações realizadas teve um aumento de 75,79%, saindo de 4.433 para 7.992.

O órgão planejou e promoveu 22 reuniões de Câmaras e uma de coordenadores em 2023. Entre as 215 pautas debatidas nas reuniões, a gerente da ACBCS destacou dois principais temas: a reforma tributária e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD): “As Câmaras têm um papel propositivo, uma vez

que, de suas reuniões, são iniciadas pautas legislativas e ações institucionais da CNC, com eficácia para os setores econômicos representados”.

Andrea enfatizou a importância do acompanhamento das proposições junto às áreas técnicas da CNC, para que haja no fim de cada ano a apresentação dos resultados das ações propostas pelas Câmaras. Ela reforçou que, por serem órgãos consultivos especializados de setores econômicos específicos, são sem dúvida a melhor fonte de informações, de propostas e de soluções para que as áreas técnicas possam atuar nas ações institucionais da CNC.

Os participantes também puderam conhecer a composição das 11 câmaras setoriais da CNC, os principais temas apresentados pelos órgãos consultivos e a evolução da gestão no Sistema Comércio, além do trabalho realizado pela ACBCS, que envolve reuniões, ações com as áreas técnicas, encaminhamentos e monitoramento dos resultados.

Papel da DRI

A missão e os objetivos da Diretoria de Relações Institucionais (DRI) da CNC foram apresentados pelo assessor de Relações Institucionais Reiner Leite, que destacou a

representatividade da entidade nos órgãos de governo, atuando de forma propositiva na elaboração das políticas públicas, garantindo o protagonismo do Sistema Comércio nos espaços de diálogo.

Reiner Leite debateu as propostas de interesse do segmento de gêneros alimentícios, apresentando as estratégias e as articulações do setor no poder público, em defesa dos interesses do Sistema Comércio.

“A DRI atua diretamente na frente ligada à defesa dos legítimos interesses que os senhores representam nos principais órgãos de governo, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, bem como no âmbito do Poder Executivo”, ressaltou o assessor

Igualdade salarial e jovem aprendiz

A advogada da Diretoria Jurídica e Sindical da CNC Luciana Diniz Rodrigues falou sobre o trabalho do jovem aprendiz no setor de gêneros alimentícios, a importância do relatório da igualdade salarial e explicou como funciona a Lei nº 14.611, sancionada em julho de 2023. A nova legislação trata da igualdade salarial e dos critérios remuneratórios entre mulheres e homens, estabelecendo novas obrigações para os empregadores.

A advogada ressaltou que os relatórios de transparência serão obrigatórios para as

empresas com cem ou mais empregados, e que as empresas precisam informar se possuem programas de incentivo à contratação de mulheres, apoio à parentalidade e planos de cargos e salários.

A CNC defende a igualdade salarial entre gêneros como uma pauta social relevante e um compromisso de toda a sociedade, além de reconhecer a importância do Relatório de Transparência Salarial.

“Entretanto, questionamos alguns pontos da nova lei, por afrontas constitucionais, dentre elas, a ausência de contraditório e os ajustes de informações antes da referida publicação”, observa Luciana Diniz. “Com o objetivo de aprimorar a legislação, a CNC e a CNI ingressaram com a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF), mas ainda sem decisão modificada sobre o tema.”

Luciana Diniz acrescentou ainda a necessidade de atenção e correção de lançamentos da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) no eSocial, trabalho preventivo e preparação interna, caso ocorra fiscalização pelos auditores do trabalho, e necessidade de plano de mitigação de desigualdades.



CNC

Reunião da CBCGAL, em Brasília: ações e proposições em análise

CBCGAL discute IA e riscos ocupacionais

Paulo Negreiros



A pauta central da segunda reunião de 2024 da Câmara Brasileira do Comércio de Gêneros Alimentícios (CBCGAL), da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), foi a questão dos movimentadores de mercadorias. A reunião, em 27 de setembro, foi mediada pela gerente da Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços (ACBCS), Andrea Marins.

O coordenador da CBCGAL, Álvaro Luiz Bruzadin Furtado, explicou a origem dessa categoria, regulamentada desde o início do Século XX. “A ideia original era regulamentar os ‘chapas’, trabalhadores que atuavam na carga e descarga de mercadorias nos armazéns. No entanto, durante a tramitação legislativa, surgiram complicações ao se introduzir a figura do movimentador de mercadorias celetista, o que trouxe dificuldades na definição e aplicação da categoria”, destacou Furtado.

A regulamentação tem gerado debates ao longo dos anos, especialmente no que se refere às diferenças salariais entre os trabalhadores do comércio e os movimentadores de mercadorias. “No passado, as empresas começaram a desconsiderar a categoria nas convenções coletivas, o que resultou numa série de ações

judiciais”, completou o coordenador.

O 2º vice-presidente da CNC e coordenador-geral das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços, Luiz Carlos Bohn, também participou do encontro e deu as boas-vindas aos integrantes do órgão consultivo da Confederação.

Gerenciamento de riscos ocupacionais

Outro tema de destaque foi o gerenciamento de riscos ocupacionais, com a apresentação da engenheira de segurança do trabalho e advogada da CNC Bernadeth Macedo Vieira. Ela detalhou as novas exigências da Portaria nº 1.419/2024 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que trata dos fatores de risco psicossociais no ambiente de trabalho. As empresas terão um prazo de 270 dias para se adequarem à nova legislação, que busca proteger a saúde mental e física dos trabalhadores.

Saúde e segurança

O Assessor da Diretoria de Relações Institucionais (DRI) da CNC, Felipe Miranda, destacou a importância da atuação da CNC

em temas como a saúde e a segurança dos trabalhadores, especialmente os movimentadores de mercadoria.

Ele ressaltou que a CNC tem atuado de forma contundente para garantir que esses assuntos sejam debatidos com seriedade no Congresso Nacional, em especial com parlamentares ligados ao setor produtivo, que têm demonstrado uma grande preocupação com o impacto de legislações que possam transferir riscos excessivos para as empresas.

A partir disso, Felipe Miranda defende que já existem diversas ações que resguardam a integridade do trabalhador, como no caso das iniciativas empresariais voltadas para melhorar as condições de trabalho, mencionando que a saúde do trabalhador é uma prioridade.

Ele concluiu destacando que a CNC está dialogando com parlamentares para expressar essa preocupação e trabalhando para que se tenha uma solução adequada, especialmente no que tange ao prazo de vigência dessas novas normas, possibilitando que as empresas possam se adequar de forma estruturada.

Inteligência Artificial no comércio varejista

Os integrantes da CBCGAL também puderam acompanhar da apresentação do professor da Fundação Getulio Vargas (FGV) Sandro Benelli, que trouxe para o debate o uso de Inteligência Artificial (IA) no comércio varejista.

Ele destacou como essa tecnologia pode otimizar processos e transformar a experiência do consumidor. “A verdadeira oportunidade da IA não está em imitar a inteligência humana, mas em amplificá-la, entregando experiências mais rápidas, personalizadas e eficientes para os consumidores”, ressaltou Benelli.

Panorama econômico

O economista-chefe da CNC, Felipe Tavares, apresentou um panorama da conjuntura econômica do País para 2024, destacando os desafios que o setor deve enfrentar nos próximos meses. Segundo ele, o cenário prevê crescimento econômico, mas com desafios significativos, como a inflação e o desemprego.



O uso estratégico da Inteligência Artificial no comércio varejista foi tema do encontro da CBCGAL

CBCPAVE

Câmara Brasileira do Comércio de Peças e Acessórios para Veículos da CNC



A CBCPave atuou em 2024 como representante ativa do aftermarket automotivo no Brasil, sendo uma força-motriz na promoção da Inspeção Técnica Veicular (ITV) e na implementação de certificações para vendedores de autopeças. Nosso foco na defesa do direito à reparação através do Right to Repair e na busca por soluções inovadoras fortaleceu significativamente a segurança e a resiliência do setor automotivo, promovendo o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade."



**Ranieri Palmeira
Leitão**
Coordenador



**Quantidade total
de integrantes**
Titulares: 24
Suplentes: 18



**Data de criação
da Câmara**
26/12/2012



Reuniões em 2024
25/06 - CNC-DF
16/10 - CNC-DF



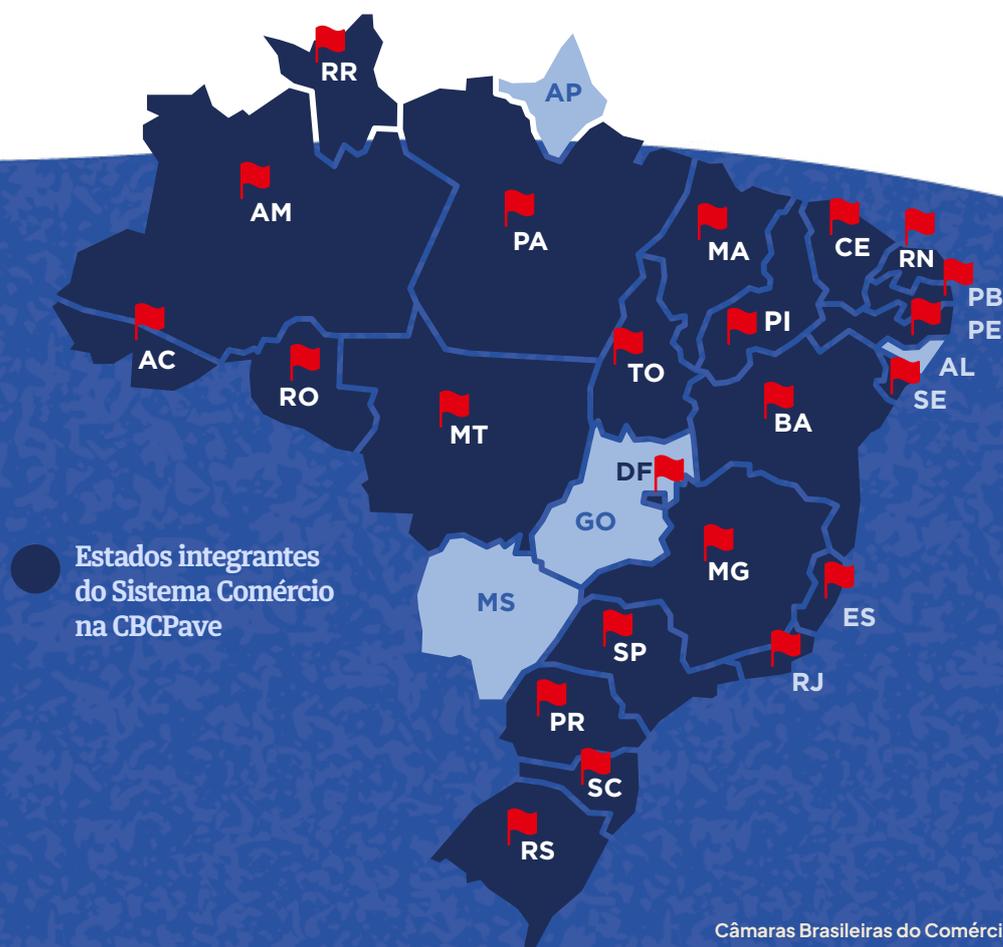
Integrantes

Titulares

- Adelmo de Souza L. de Matos
- Aurélio Cardoso da Fonseca
- Bento Ferrari
- Carlos Augusto Santos Filho
- Erivelton Moura
- Francisco Jorge Neto
- Gisele Mari Junqueira Santos Zanon
- Gustavo de Carvalho Pereira
- Itamar Manso Maciel Júnior
- Ivan Ferreira Sampaio
- João Borges Lira
- Joseane Muniz Brandão
- José Carlos de Santana
- Márcio Olívio Fernandes da Costa
- Marco Antonio Vieira Machado
- Osmar Santana Lima
- Paulo Cesar Bonacorce Carmona
- Raimundo Valeriano Santana
- Rodrigo Francisco Araújo Carneiro
- Rodrigo Otávio Carvalho Moreira
- Sérgio Lúcio S. de Andrade
- Valdemir Alves do Nascimento
- Vicente de Paulo Ribeiro

Suplentes

- Alberes Haniery Patrício Lopes
- Alessandro Cadarso
- Bruno Souza Aguiar
- César Garcia
- Darci de Brito Veloso
- Eduardo Ramos Costa
- Eric Perin da Cruz
- Evandro Maldonado
- Eurípedes Barsanulfo Angelo
- Frutos Gonzales Dias Neto
- Gerson Nunes Lopes
- Guilherme do Vale Andrade
- Heber Carlos de Carvalho
- Izai Pires da Rocha Junior
- José Nilson de Oliveira
- Maria Yolanda Alves Herbster Neta
- Rodrigo Natal Rocha
- Schiavo Durval Fernandes Álvares



Objetivos identificados

- Inspeção Técnica Veicular (ITV):
- A ITV representa uma bandeira essencial para a CBCPave, que compreende a importância da inspeção veicular para a segurança do trânsito e a redução de mortes. O compromisso persiste na busca pela participação do presidente da Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran), Adrualdo Catão, numa das reuniões da Câmara. Almejamos encontrar soluções efetivas, pois nosso propósito é deixar um legado impactante promovendo a segurança no trânsito e preservando vidas.
- Right to Repair:
- Na defesa do "Right to Repair", a CBCPave continua empenhada no legítimo direito dos consumidores de reparar seus veículos. Nosso comprometimento reflete uma busca incansável para assegurar aos proprietários acesso irrestrito a informações e peças essenciais para a manutenção de seus automóveis, proporcionando-lhes a liberdade de escolher onde realizar os consertos.
- Certificação NBR:16999/2021 (certificação de vendedor de autopeças);
- No que diz respeito ao Certificado NBR 16999/2021, a CBCPave busca assegurar que os vendedores que concluírem o curso e obtiverem a certificação estejam mais capacitados para o mercado de trabalho. Destaca-se a ênfase na formação de profissionais qualificados, proporcionando uma visão abrangente de atendimento e ética, elevando os padrões no setor de autopeças.
- Acompanhamento das matérias legislativa do setor automotivo:
- O acompanhamento das matérias legislativas não apenas tem a finalidade de resguardar os interesses do setor, como também abre espaço para intervenções estratégicas e sugestões de mudanças. Buscamos evitar prejuízos e, também, fortalecer ativamente o setor de comércio e serviços, contribuindo para um ambiente propício ao crescimento e desenvolvimento sustentável.

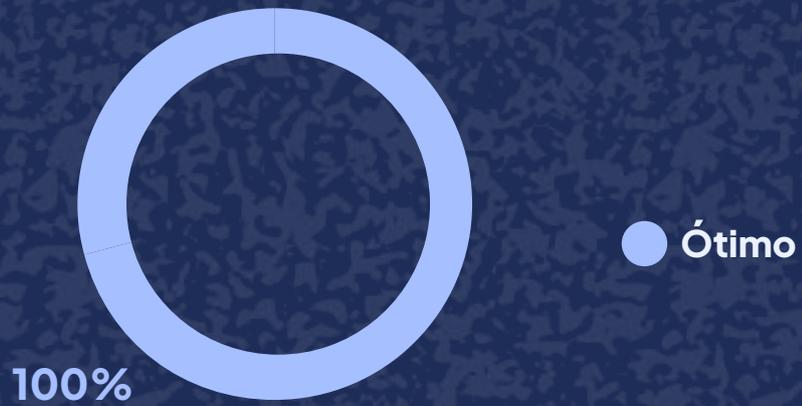
Temas abordados nas reuniões

- Manual da Inspeção Técnica Veicular (ITV);
- Relato da situação real do setor automotivo do Rio Grande do Sul;
- Certificação do Vendedor de Autopeças;
- PL nº 338/2015 - Disciplina a oferta de peças e componentes de veículo automotor de via terrestre ao consumidor;
- PL nº 4.821/2016 (PLS 125/2010) - Obriga o fabricante e o importador de automóvel ou motocicleta a disponibilizar, em meio digital, relação contendo denominação e código de referência das peças que compõem o veículo;
- PL nº 5.301/2016 - Alterar os dispositivos legais da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, que tratam da vistoria de identificação veicular, da inspeção de segurança veicular, da inspeção veicular ambiental e da inspeção técnica veicular;
- PL nº 2.470/2022 - Dispõe sobre incentivos fiscais para as empresas reformadoras de pneumáticos e altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, que "dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre a importação de bens e serviços, e dá outras providências";
- PL nº 5.258/2020 - altera o art. 175 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para incluir nova causa de aumento de pena, e dá outras providências;
- PL nº 3.569/2024 - dispõe sobre a proibição do uso de pneus ressolados em veículos de transporte de carga e de passageiros em rodovias federais e estaduais, e dá outras providências;
- Gestão inteligente - como impulsionar o segmento automotivo; e
- O impacto da informalidade no canal de suprimento do setor automotivo brasileiro.

Gestão das proposições da Câmara



Avaliação geral das reuniões



Cartilha de Inspeção Técnica Veicular (ITV) é lançada na CBCPave

Edgar Marra



Um estudo que avalia os impactos dos acidentes fatais rodoviários e de trânsito na economia brasileira foi destaque na reunião da Câmara Brasileira do Comércio de Peças e Acessórios para Veículos (CBCPave) da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), realizada em 25 de junho, quando foi entregue aos presentes uma cartilha de Inspeção Técnica Veicular (ITV) produzida pelo colegiado.

A análise, que retrata os custos diretos associados aos acidentes de trânsito, como despesas médicas, custos com funerais e compensação por invalidez, além da sobrecarga no Sistema Único de Saúde (SUS) com atendimentos às vítimas, demandando recursos, foi realizada pela Diretoria de Economia e Inovação (Dein) e, pela Diretoria Jurídica e Sindical (DJS), com o apoio da Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços (ACBCS) e da Gerência Executiva de Comunicação (Gecom) da CNC.

O coordenador da CBCPave, Ranieri Palmeira Leitão, agradeceu à CNC pelo empenho na produção do manual e leu a introdução da

publicação, que detalha a perda, anualmente, de milhares de vidas e de inúmeras famílias em acidentes de trânsito fatais. “Dados do Conselho Federal de Medicina mostram que foram gastos, nos últimos dez anos, R\$ 3 bilhões de recursos do SUS com internações hospitalares decorrentes de acidentes de trânsito”, ressaltou o coordenador.

Ranieri também destacou a falta de manutenção dos veículos que circulam nas ruas, motivo que tem mais probabilidade de causar acidentes, citou o impacto monetário das mortes no País e elogiou a qualidade do estudo e da publicação. “Essa cartilha é de excelência, uma leitura magnífica”.

O coordenador-geral das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços, Luiz Carlos Bohn, deu as boas-vindas aos presentes, falou sobre a situação do Rio Grande do Sul e agradeceu a todos pela solidariedade que demonstraram a força do País, de um povo solidário, da amizade. “Eu tenho confiança que, com a ajuda de todo o Brasil, com o reconhecimento da população, os gaúchos vão se levantar”.

Excesso de velocidade

O vice-presidente do Sincopeças Brasil, Rodrigo Moreira, enfatizou a maior causa de acidentes no Brasil, que é o excesso de velocidade. “Estamos em terceiro lugar no ranking mundial”, reforçou Moreira, que também mencionou o Projeto de Lei (PL) nº 2.789/2023, que altera o código de trânsito brasileiro e pede a redução da velocidade em vias urbanas para 50 km/h.

Os participantes também ouviram do diretor da Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul (Fecomércio-RS) e presidente do Sincopeças-RS, Marco Antônio Vieira Machado, um relato da situação real do setor automotivo do Rio Grande do Sul; e assistiram a apresentações sobre o poder da certificação e das competências profissionais, pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Pernambuco (Fecomércio-PE), e sobre o curso de vendedor de autopeças, pelo Sincopeças Brasil.

Por fim, os integrantes da CBCPave tiveram conhecimento dos trâmites de projetos de lei no Congresso Nacional de interesse do segmento, como o PL nº 338/2015, que disciplina a oferta de peças e componentes de veículo automotor de via terrestre ao consumidor; o PL nº 4.821/2016, que obriga o fabricante e o importador de automóvel ou motocicleta a disponibilizar, em meio digital, relação contendo denominação e código de referência das peças que compõem o veículo; o PL nº 5.301/2016, que trata da vistoria de identificação veicular, da inspeção de segurança, da inspeção veicular ambiental e técnica veicular; o PL nº 2.470/2022, sobre incentivos fiscais para empresas reformadoras de pneumáticos; e o PL nº 5.258/2020, sobre o aumento de pena no Código Penal para quem vender peça falsificada.

Ministério dos Transportes

O coordenador da CBCPave entregou ao ministro dos Transportes, Renan Filho, e ao secretário Nacional de Trânsito, Adrualdo de Lima Catão, um exemplar da cartilha de Inspeção Técnica Veicular (ITV).

O manual entregue traz os custos diretos associados aos acidentes de trânsito, como despesas médicas, custos com funerais e compensação por invalidez, além da sobrecarga no Sistema Único de Saúde (SUS) com atendimentos às vítimas, demandando recursos.

No encontro, Ranieri Leitão, que também é presidente do Sincopeças Brasil, tratou sobre diversas pautas do setor automotivo do País. A agenda aconteceu no dia 4 de julho, em Brasília, e foi solicitada ao Ministério dos Transportes justamente para alinhar a Inspeção Técnica Veicular (ITV). A diretora de Relações Institucionais da Confederação, Nara de Deus Vieira, também participou da reunião.



Agenda no Ministério dos Transportes contou com a assessoria da Diretoria de Relações Institucionais da CNC

Acesse o site



CBCPave avalia impacto da reforma tributária

A eficiência da gestão, a falsificação e a pirataria de autopeças e os impactos da reforma tributária foram os principais temas discutidos na reunião da Câmara Brasileira do Comércio de Peças e Acessórios para Veículos (CBCPave), realizada no dia 16 de outubro, na sede da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em Brasília. O encontro contou com a presença de líderes do setor e foi mediado por Andrea Marins, gerente da Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços (ACBCS).

A abertura da reunião foi feita pelo coordenador da CBCPave, Ranieri Palmeira Leitão, que destacou a importância da qualificação no setor de reparação automotiva. Ele chamou a atenção para o impacto da tributação nas oficinas, especialmente com o aumento do imposto de 5% para até 25%.

“Com o aumento da carga tributária sobre serviços, algumas oficinas mecânicas podem considerar a prática de embutir o valor dos serviços nas peças como uma forma de reduzir o impacto dos impostos. No entanto, essa questão é pouco discutida, seja por desconhecimento das implicações legais, seja pela tentativa de evitar abordar um tema sensível, que pode resultar em sanções severas.

Muitos empresários do setor não compreendem que essa prática pode ser classificada como sonegação fiscal, gerando multas significativas e até processos judiciais. A falta de informação sobre as consequências fiscais, aliada à pressão por competitividade, muitas vezes leva ao uso de estratégias inadequadas que, em vez de beneficiar o negócio, colocam em risco sua sustentabilidade e reputação”, alertou Ranieri.

Reforma tributária e o setor de serviços

O coordenador-geral das Câmaras Brasileiras do Comércio e Serviços, Luiz Carlos Bohn, falou sobre a complexidade da reforma tributária para o setor de serviços e as dificuldades de regularização de pequenos prestadores de serviços. “A reforma tributária é complicada para o setor de serviços. Precisamos de uma solução eficiente para regularizar os prestadores de serviços e evitar situações desconfortáveis, como as enfrentadas no passado”.

Gestão inteligente para oficinas

O consultor do Sincopeças-CE, Cláudio Araújo, trouxe uma apresentação focada na gestão eficiente de oficinas, destacando a importância de estratégias inteligentes para garantir a lucratividade do setor. Com mais de

Câmara Brasileira do Comércio de Peças e Acessórios para Veículos discutiu desafios e soluções para o futuro do segmento automotivo



Paulo Negreiros



Ranieri chamou a atenção para o impacto da tributação nas oficinas

20 anos de experiência, Araújo compartilhou como a transformação digital impactou a gestão automotiva e falou sobre o conceito de “oficina consciente”.

Ele disse que foi criada uma metodologia aplicada inicialmente em dez oficinas e que, atualmente, são monitoradas mais de 50. Enfatizou ainda que trabalham com métricas médias diárias para entender o comportamento do mercado, buscando sempre oficinas lucrativas. O consultor também ressaltou que a formação contínua, a análise de produtividade e a gestão estratégica são essenciais para o sucesso no setor automotivo.

Informalidade e pirataria

Outro tema de destaque da reunião foi apresentado por Marco Antônio Vieira Machado, Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul (Fecomércio-RS): o impacto da informalidade e da pirataria no setor de autopeças. Ele alertou para os riscos de segurança gerados pela comercialização de peças falsificadas e chamou a atenção para as perdas financeiras anuais, de R\$ 16,5 bilhões, por conta da informalidade.

“A informalidade não pode ser combatida apenas com gestão competente ou redução de margens. Trata-se de um crime que precisa ser enfrentado

com fiscalização rigorosa e tecnologias de rastreabilidade. Precisamos atuar com campanhas de conscientização e trabalhar com as autoridades para reduzir esses crimes”, afirmou.

Projeto do Sebrae no Acre

Durante a reunião, Ruama Demir, do Sebrae Acre, apresentou um projeto focado no fortalecimento da competitividade das micros e pequenas empresas do setor automotivo no Acre. O projeto, previsto para durar seis meses, oferece capacitações: consultorias e mentorias personalizadas. “O Autogestão: Centros Automotivos tem 92 horas de treinamento para as empresas, 45 horas de consultorias e 10 horas de mentorias coletivas. A ideia é proporcionar desenvolvimento empresarial e preparar as empresas para o crescimento sustentável”.

Desafios legislativos

Ao fim da reunião, o coordenador da Diretoria de Relações Institucionais (DRI) da CNC, Douglas Pinheiro, atualizou os participantes acerca dos projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional e que afetam diretamente o setor automotivo, incluindo pautas sobre a regulamentação tributária e a fiscalização de peças automotivas.

CBMEC

Câmara Brasileira das Mulheres
Empreendedoras do Comércio da CNC



A CBMEC consolidou em 2024 o seu papel na promoção do empreendedorismo feminino. No encontro em Brasília, discutimos a importância do autoconhecimento, além de destacar as ações do Sesc e do Senac, apoiam diretamente as mulheres empreendedoras. Também intensificamos o acompanhamento das pautas legislativas de interesse e ampliamos nossa representatividade, com a presença de integrantes da CBMEC em todos os estados do Brasil e no Distrito Federal, fortalecendo nossa atuação em âmbito nacional."

 **Laura Andrea Farias
Paiva**
Coordenadora

 **Quantidade total
de integrantes**
Titulares: 34
Suplentes: 32

 **Data de criação
da Câmara**
03/06/2022

 **Reuniões em 2024**
03/07 - CNC-DF
01/10 - CNC-DF



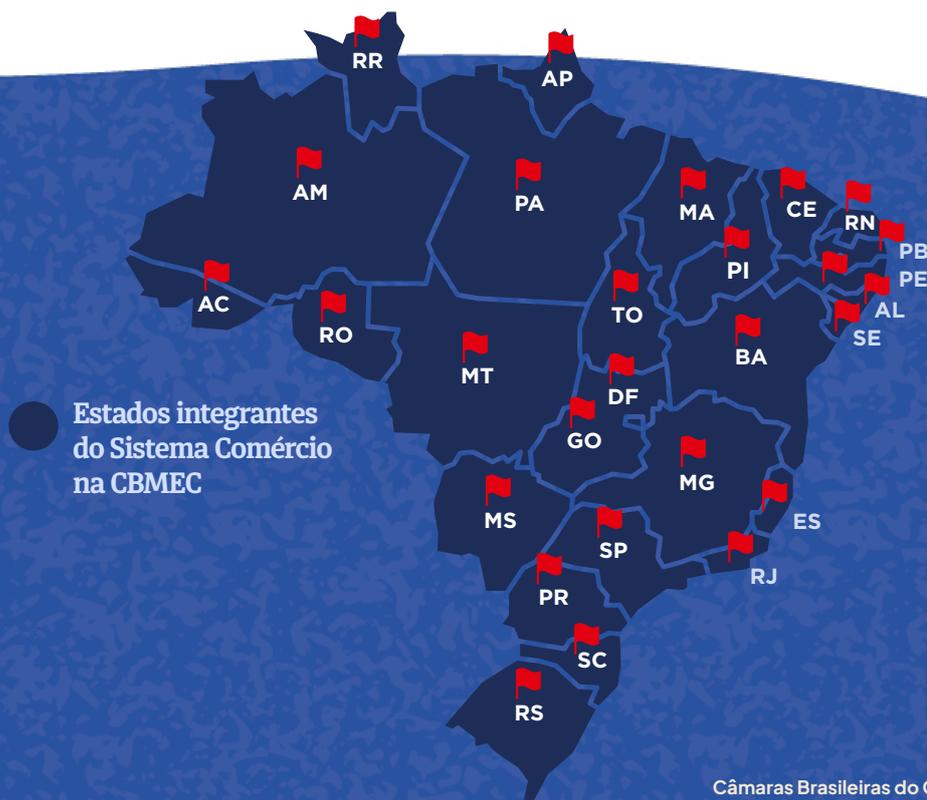
Integrantes

Titulares

- Adriana Maia Melo
- Alcimar Moretti
- Ana Carolina de Carvalho Fernandes Alonso
- Ana Luiza Araújo Soares
- Ana Paula Patrício
- Andréa Marques Valença
- Antonia Moura de Souza
- Beatriz Guimarães
- Camila Antunes Coelho
- Celia Regina Gomes
- Christine Badke Lyrio
- Circe Jane Teles da Ponte
- Domênica Coutinho de Souza Furtado
- Gisela Lucas Araújo Lopes
- Idalice Teresinha Manchini
- Irma Alves Fernandes
- Ivanilde Sampaio da Silva
- Joselita Oliveira dos Santos
- Judith de Andrade Martinez
- Lara de Souza Costa
- Luciana Burko Maciel
- Márcia Cristina Rodrigues da Costa Soares
- Maria Adelaide Martins de Souza Feitosa
- Maria Alzenir Porto da Costa
- Maria de Fátima de Jesus
- Maria Diana Dantas Pinto
- Maria Fernanda Brinhosa
- Maria Filomena Magalhães Branquinho
- Mariana Belandi Scheffer de Oliveira
- Mércia Maria de Araújo Lima de Moura
- Rachel Pereira e Silva Torok Moreira
- Tatiana Pereira Chelest Miras Diniz
- Vera Lúcia Freitas Luzia

Suplentes

- Ana Paula Locoselli Erichsen
- Anaiad de Assis Lopes
- Andrea Carla Gomes Ferreira
- Audry Torres dos Santos
- Camila Góes de Carvalho Fernandes
- Cláudia Gerlane Cândido Diniz
- Cláudia Maldonado Lopes
- Claudia Regina Colpi
- Daniela Roberta Duarte da Cunha
- Darlei Cerquinho dos Santos
- Dennise Cunha Borges de Vasconcelos
- Edenice Viana de Souza Braga
- Elaine Britto Rodrigues da Silva
- Fabiana de Araújo Santos
- Flávia Garvil
- Geovanna Shirley Rosa Schumacher
- Giovana Oliveira de Sousa
- Greici Mara Da Cruz
- Isabel Cristina Vidal Ineu
- Julia Drumond Caiado
- Luzia Diva Cunha Dutra
- Maria Aures Muniz Aires dos Santos
- Maria dos Remédios Evangelista de Sousa
- Maria Helena de Souza Fonseca
- Maria Odete de Oliveira
- Maristela França
- Mayra Oliveira Cavalcante Rocha
- Monnyelle Rodrigues Silva
- Nadia Tavares Cardoso de Moraes
- Rosemary Peres Varea Guareschi
- Solange Chimatti de Syllos
- Thaiana Pinheiro Lima



Objetivos identificados

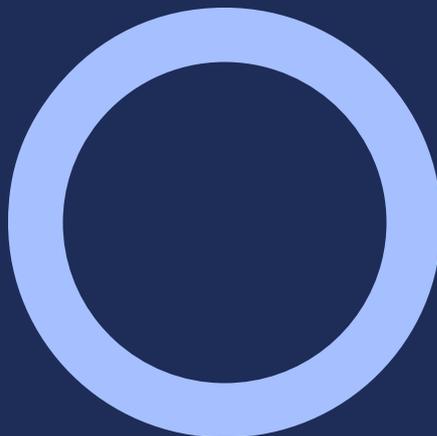
- Fortalecer e incentivar o empreendedorismo feminino, reforçando a troca de experiências; e
- Influenciar, monitorar e contribuir para o desenvolvimento e progresso de legislações e políticas públicas relacionadas ao empreendedorismo feminino.

Temas abordados nas reuniões

- Apresentação: “A importância do autoconhecimento para o empreendedorismo feminino;
- Qualificação profissional destinadas às mulheres empreendedoras;
- Informações sobre novos projetos a serem lançados – Senac;
- Ações que possam ser identificadas como de interesse das mulheres empreendedoras;
- Informações sobre novos projetos a serem lançados – Sesc;
- PLP nº 31/2021 – altera a Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, para criar o MEI-Mulher Empreendedora;
- PL nº 1.334/2023 – institui o Programa Nacional Mulher Empreendedora Cidadã (PNMEC), compreendido por medidas de incentivo e apoio ao empreendedorismo feminino de micro e pequeno portes no Brasil;
- PL nº 1.098/2023 – dispõe sobre o apoio ao empreendedorismo feminino, e dá outras providências, altera a Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018, que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), para determinar prioridade de atendimento a negócios controlados por mulheres, e dá outras providências;
- Apresentação: “A importância do combate ao feminicídio”;
- Avanços na representatividade e atuação da mulher empreendedora;
- Apresentação Fecomércio-RN com Elas;
- Composição da Câmara Amazonense das Mulheres Empreendedoras do Comércio e os serviços que estão sendo realizados no Amazonas por elas;
- Apresentação: das propriedades da lama negra (ou lama vulcânica), uma das preferidas da cosmetologia e da cosmética natural;
- Apresentação da Febracis, maior escola de negócios da América Latina: “As manifestações do orgulho”;
- PL nº 2.549/2024 – cria o Selo Cidade Mulher, a ser conferido aos municípios que destacarem na efetividade das políticas públicas específicas para o bem-estar das mulheres; e
- PL nº 1.912/2022 – institui o Programa de Estímulo ao Empreendedorismo Feminino e altera a Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, a Medida Provisória nº 2.168-40, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017, e a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020.

Gestão das proposições da Câmara

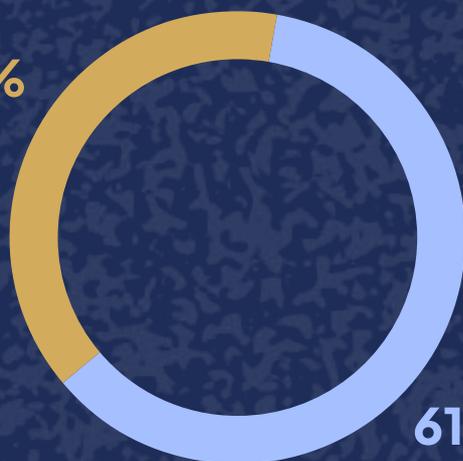
100%



● Concluída

Avaliação geral das reuniões

39%



● Ótimo

● Bom

61%

Mulheres debatem autoconhecimento e desafios nos negócios

Equilíbrio entre vida pessoal e profissional, barreiras culturais e sociais, capacitação e conhecimento e acesso a recursos financeiros. Esses foram os desafios elencados pela empresária Laura Paiva, nova coordenadora da Câmara Brasileira das Mulheres Empreendedoras do Comércio (CBMEC), durante reunião realizada no dia 3 de julho, na sede da CNC, em Brasília.

Laura fez uma apresentação de sua trajetória no mercado farmacêutico, destacando seu crescimento na gestão de negócios e mostrando pontos que entende serem fundamentais para o sucesso das mulheres empreendedoras. Ela citou um estudo de 2021 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sobre estatísticas de gênero, que trouxe indicadores sociais das mulheres no Brasil.

As mulheres passam 21 horas por semana em afazeres domésticos e cuidados com as pessoas da casa, enquanto homens gastam 11 horas. Elas também são 4,3% mais instruídas em relação aos homens, mas isso não impede a evidente desigualdade salarial.

“A sociedade está cada vez mais dinâmica, e a gente precisa se atualizar. Sucesso é uma jornada coletiva. E, hoje, essa câmara tem uma representante de cada estado brasileiro, de cada uma das Federações estaduais e nacionais, e assim vamos poder compartilhar experiências, dividir desafios e interagir para ajudar outras mulheres a começar seus negócios, estruturar ou dar continuação para fortalecer seus empreendimentos”, afirmou Laura.

Autoconhecimento

Consultora em Educação Comportamental, Aldenira Mota, palestrou sobre a importância do autoconhecimento para o empreendedorismo feminino. Ela apresentou dados do Sebrae que evidenciam o universo das mulheres de negócios no País: 46% dos empreendedores iniciais do Brasil são mulheres, 49% das empreendedoras são também chefes de família, e 82% das mulheres empreendedoras fazem isso por necessidade. “Protagonismo, posicionamento e propósito. Todas nós somos líderes. Temos diferentes lideranças dentro de nós e, a partir do

Edgar Marra



A coordenadora motivou as integrantes a ampliar seus horizontes de conhecimento, com um olhar para ESG e outras frentes de inovação



momento que passamos a descobrir nossas forças, a assumir nossas vulnerabilidades, podemos seguir seguras e ousadas. Empreendedorismo é autoconhecimento”, disse Aldenira, impactando o grupo de mulheres, logo na abertura.

Ações do Sistema

Técnicas dos Departamentos Nacionais do Sesc e do Senac exibiram um vídeo com o trabalho realizado pelas duas casas para o empoderamento feminino. A gerente de Assistência do Sesc, Cláudia Roseno, reforçou que as mulheres estão entre o público de interesse das ações promovidas pelo Serviço Social do Comércio, em todos os cinco programas: Educação, Saúde, Cultura, Lazer e Assistência.

Por todo o Brasil, o Sesc tem mais de 4 milhões de mulheres credenciadas, o que corresponde a 56% do total de inscritos. Dessas, 1,8 milhão de mulheres são trabalhadoras do comércio. Ações de valorização social e desenvolvimento comunitário são levadas adiante em todo o País, com programas como Mulheres que Cuidam de Si; Envolve-se; Rede de Costura; Elas por Elas; Cidadania em Movimento; e Comunidades Ativas, entre outros.

A gerente de Programas e Gestão Educacional do Senac, Kelly Teixeira, explicou que 68,3% dos egressos do Senac pelo Brasil são mulheres. Os eixos tecnológicos de gestão e negócios, ambiente e saúde, informação e

comunicação, desenvolvimento educacional e social, produção cultural e design, turismo e hospitalidade e lazer e produção alimentícia são os mais procurados pelas mulheres.

O Senac cobre a formação das mulheres, dos 14 anos à sua maioridade, com formações iniciais, seguidas de nível técnico e até curso superior. Dentro das perspectivas de itinerários formativos, o Senac trabalha em duas frentes: com upskilling (qualificação), em que a principal perspectiva é dar às mulheres competências para desenvolver habilidades, atitudes e valores que permitam a formação para esse mundo do trabalho; e, depois, com o reskilling (requalificação).

Pauta legislativa

A diretora de Relações Institucionais da CNC, Nara de Deus, trouxe um panorama das matérias em tramitação no Congresso que têm relação direta com a pauta feminina. A assessora de Relações Institucionais Ana Paula Pimenta comentou o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 31/2021, que cria a figura da MEI-Mulher Empreendedora, com regras diferenciadas para a microempreendedora individual.

Atualmente, há 48% dos microempreendedores individuais atuando no ramo de beleza, moda ou alimentação. Na prática, o projeto pede a redução de alíquotas, a promoção de crédito e o fomento do empreendedorismo feminino. A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) é favorável à matéria, que está na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher para designação de relatora.

Outro projeto apresentado foi o Projeto de Lei (PL) nº 1.098/2023, que trata sobre o apoio ao empreendedorismo feminino, alterando a Lei nº 13.636/2018, que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), para determinar prioridade de atendimento a negócios controlados por mulheres, e dá outras providências. A matéria está na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado e depois deve ir para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

CBMEC declara apoio à campanha sobre violência contra a mulher

O empreendedorismo pode representar a porta de saída da violência doméstica enfrentada por muitas mulheres. Dados de uma pesquisa produzida pelo Instituto Rede Mulher Empreendedora mostram que 48% das entrevistadas conseguiram terminar relacionamentos abusivos e até violentos ao abrirem a própria empresa.

Com foco nessa realidade e em consonância com a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que assinou o manifesto nacional Femicídio Zero, a coordenadora da Câmara Brasileira das Mulheres Empreendedoras do Comércio (CBMEC), Laura Andrea Farias, convidou o Ministério das Mulheres para falar sobre o tema na reunião do colegiado, que aconteceu em Brasília, no dia 1º de outubro, na sede da CNC.

A secretária nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres, Denise Dau, reforçou os objetivos e as mensagens da campanha: “Queremos sensibilizar a sociedade: empresas, clubes esportivos,

movimentos sociais, homens e mulheres para que o conjunto da sociedade se conscientize, se engaje e não permita que a violência contra as meninas e mulheres seja naturalizada”.

O movimento tem um apelo diferenciado buscando alcançar também os homens, para que se posicionem até em situações em lugares comuns, como ambiente de trabalho. A campanha tem ido aos clubes de futebol, ampliando a conscientização e o engajamento da sociedade no enfrentamento à violência, em especial contra o feminicídio, e também está sendo disseminada dentro dos estádio.

Segundo Denise, a partir de uma pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e do Instituto Avon, em dias de jogo, o número de boletins de ocorrência de ameaça contra mulheres aumenta 23,7%, e o número de registros de lesão corporal cresce 20,8%. Em dias de jogo na cidade do time, o aumento de registros de lesão corporal é de 25,9%.

Paulo Negreiros



Mulheres empreendedoras que compõem o colegiado se disponibilizam a compartilhar as peças da campanha em cada um dos seus estados

Denise Dau falou sobre as ações de enfrentamento à violência realizadas pelo governo federal

Câmaras pelo Brasil

A coordenadora da CBMEC, Laura Paiva, reforçou no começo da reunião que sua coordenação do grupo tem como premissa a coletividade, abrindo para que cada Federação, que já dispõe de uma câmara de mulheres, possa compartilhar essas experiências e trazer a realidade de cada região: “Temos 66 integrantes, titulares e suplentes, e no mínimo uma representante de cada estado brasileiro. O Brasil é continental, e é essa troca que buscamos aqui”.

Representando a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio Grande do Norte (Fecomércio-RN), a presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Nova Cruz, Márcia Cristina Rodrigues, apresentou o Fecomércio com Elas, que é a Câmara da Mulher Empreendedora do Rio Grande do Norte, criada em 2023. Em 18 meses, foram 20 eventos apoiados pelo grupo e parcerias com Sesc e Senac no Estado.

Fabiana Araújo, coordenadora da Câmara da Mulher Empresária da Federação do Comércio do Estado de Sergipe (Fecomércio-SE), apresentou um vídeo das 50 ações realizadas ao longo dos anos, desde sua implantação em 2017. Foram ciclos de palestras, workshops, rodadas de negócios, além do Encontro da Mulher Empresária, por duas edições, juntando mais de mil mulheres empreendedoras sergipanas.

A Fecomércio-AM instalará 12 câmaras técnicas temáticas esse mês. Contudo, no dia 26 de setembro, foi antecipado o lançamento da Câmara Amazonense das Mulheres Empreendedoras do Comércio, coordenado pela presidente do Sindibeleza Amazonas, Antônia



Paulo Negreiros

Moura, que esteve na CBMEC e apresentou um vídeo desse evento.

Consciência e identidade

A reunião da CBMEC foi encerrada com uma palestra da empresária Camila Vieira, vice-presidente da Febracis Coaching Integral Sistêmico, instituição brasileira de coaching. Ela trouxe uma provocação logo no início: “Quem aqui se acha orgulhosa?”.

Camila apresentou técnicas e exercícios para mudar a perspectiva de vida, para uma jornada de autoconhecimento e abundância. “Não deixe o orgulho tomar sua identidade”, reafirmava Camila, reforçando como bloquear o avanço do orgulho na vida.

Para a empresária, 100% dos nossos problemas vêm do orgulho, e 80% das não realizações vêm da falta de objetivo. Por meio de sentimentos como coragem, humildade e verdade, Camila buscou despertar essa consciência das mulheres.

O colegiado ficou extremamente impactado pela palestra. As integrantes ganharam um livro escrito pela palestrante, “Plenitude: 40 dias para você ir além em todas as áreas da sua vida”, ofertado pela coordenadora Laura.

Resumo

Informações
gerenciais

Ações de destaque



Câmara Brasileira de Comércio e Serviços Imobiliários-CBCSI

Ações de destaque em 2024

Concentrou esforços em temas com grande impacto financeiro para o setor imobiliário e de condomínios.

Foram apresentados estudos e sugestões para minimizar os impactos negativos da reforma tributária, buscando garantir que não haja aumento de preço na moradia.

Contribuiu ativamente na análise e aprimoramento de proposição que versa sobre o adicional de periculosidade para porteiros em condomínios.

Projeto de lei que obriga a instalação de guaritas blindadas em todos os condomínios do País.



Câmara Brasileira de Serviços (CBS)

Ações de destaque em 2024

De acordo com a última pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de agosto de 2024, o volume de serviços cresceu, mas as incertezas preocupam os empresários, e foram feitos esforços para levar soluções que possam amenizar o dia a dia das empresas. Os reflexos que a reforma tributária pode causar ao setor estão sendo atualizados constantemente, com informações das mudanças significativas nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), das jurisprudências do Judiciário, em especial as do Superior Tribunal Federal (STF) que possam impactar na relação capital x trabalho. Tudo em sintonia direta com a Diretoria de Relações Institucionais da (DRI) da CNC, no acompanhamento diário das proposições legislativas que possam afetar o setor.



Câmara Brasileira de Produtos Farmacêuticos (CBFarma)

Ações de destaque em 2024:

Reforma tribuária - atuação para aprimorar o texto do do PLP nº 68, de 2024

A discussão sobre os impactos da reforma tributária para o setor varejista farmacêutico foi fundamental para subsidiar a assessoria técnica da CNC nas propostas de adequações do PLP nº 68 à Emenda Constitucional - Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), e dá outras providências. Com a atuação da CNC, houve alteração no texto do PLP nº 68 para excluir a lista limitada de medicamentos inclusos no regime diferenciado de tributação com redução de 60%. O novo texto aprovado na Câmara determina a aplicação da redução para todos os medicamentos registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) ou produzidos por farmácias de manipulação, exceto aqueles com alíquotas reduzidas a zero, conforme o art. 128. A mudança do texto foi essencial para reduzir a carga tributária dos medicamentos e prover mais segurança jurídica para as farmácias.

Atuação da Diretoria de Relações Institucionais da (DRI) da CNC sobre os principais projetos de leis que impactam o setor, conduzindo a análise de projetos de leis que impactam o setor varejista farmacêutico, subsidiando a assessoria técnica legislativa da CNC. O trabalho resultou em intervenções e ações positivas sobre projetos de leis que tratam sobre piso salarial, adicional de insalubridade, jornada de trabalho dos profissionais farmacêuticos, regulamentação do técnico de farmácias e competência fiscalizatória do Conselho de Farmácia.



Câmara Brasileira de Materiais de Construção (CBMC)

Ações de destaque em 2024

Atuação intensificada para a volta do Construcard (linha de crédito que ajuda a fomentar o setor de material de construção).

Cursos técnicos voltados para o setor de materiais de construção, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac).

Câmara Brasileira de Tecnologia da Informação e Inovação (CBTIN)

Ações de destaque em 2024:

Divulgação e orientação de ações ligadas à segurança cibernética e à implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) nas empresas, destacando a importância das boas práticas de segurança no cenário de aumento do fluxo de dados sensíveis.

Foram realizadas campanhas de conscientização sobre o uso responsável da Inteligência Artificial, enfatizando suas vantagens e limitações e os impactos sociais.



Câmara Brasileira do Comércio de Produtos e Serviços Ópticos (CBÓptica)

Ações de destaque em 2024

A aprovação da Lei da Liberdade Econômica, cuja Resolução 51 incluiu o CNAE 4774-1/00 (comércio varejista de produtos ópticos) na condição de baixo risco, trouxe um impacto extremamente preocupante para o comércio varejista de produtos ópticos, desorganizando o mercado; contribuindo definitivamente no fomento ao comércio ilegal; e ignorando todos os outros preceitos legais necessários e fundamentais para o bom aviamento da receita. A CBÓptica atuou com o objetivo de resgatar o verdadeiro papel da óptica como atividade relacionada à saúde, com destaque para os movimentos feitos junto ao Ministério Público Federal (MPF) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

A inclusão da atividade óptica na condição de microempreendedor individual (MEI) foi vista em todos os aspectos com um fator de grande prejuízo, porque foge de todos os aspectos legais de formação profissional, possibilitando que qualquer cidadão obtivesse um CNPJ com CNAE de Óptica. A CBÓptica atuou na preservação da saúde ocular da população e na proposta de maior qualificação dos profissionais deste mercado, contra mais uma situação de grande risco por todas as circunstâncias que aquela autorização traz para a população e para o mercado de forma geral.





Câmara Brasileira do Comércio de Gêneros Alimentícios (CBCGAL)

Ações de destaque em 2024

Destaca-se o trabalho para alteração da Lei dos Movimentadores de Mercadorias (ainda em curso), num debate sobre a reforma trabalhista, rico pela controvérsia e precioso pelo conteúdo informativo e orientativo para o setor de gêneros alimentícios.



Câmara Brasileira do Comércio de Peças e Acessórios para Veículos (CBCPave)

Ações de destaque em 2024

Inspeção Técnica Veicular (ITV): empenhamos esforços para fazer com que a lei de seja efetivamente implantada. Para isso, realizamos uma reunião produtiva com o ministro dos Transportes, Renan Filho, visando encontrar caminhos viáveis para colocar essa importante legislação em prática e assegurar a conformidade dos veículos com as normas vigentes. Como parte dessa ação, foi criada uma cartilha detalhada sobre Inspeção Técnica Veicular (ITV), que apresenta um estudo abrangente dos impactos na economia brasileira.

Certificações para vendedores de autopeças: em parceria com o Instituto da Qualidade Automotiva (IQA) e com certificação pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), conforme a norma técnica ABNT NBR 16999:2021, disponibilizada para o mercado em 2021, que estabelece os requisitos e a sistemática para qualificação de vendedores de peças automotivas. O projeto assegura que esses profissionais estejam devidamente qualificados e atualizados com as melhores práticas do setor.

Câmara Brasileira do Comercio Exterior (CBCex)

Ações de destaque em 2024

Intervenção na solução do problema do Porto Seco de Dionísio Cerqueira, em Santa Catarina.

Inclusão da taxa de capatazia no cálculo do desembaraço aduaneiro por alguns estados.



Câmara Brasileira do Comércio de Combustíveis (CBCC)

Ações de destaque em 2024

Apresentação do workshop realizado em parceria com a Brasilcom e que contou com o apoio da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em 20 de março.

Inserção dos testes obrigatórios no projeto Combustível do Futuro, para avaliação dos aumentos de teores do biodiesel no diesel.



Câmara Brasileira das Mulheres Empreendedoras do Comércio (CBMEC)

Ações de destaque em 2024

A representação feminina foi estabelecida em todos os territórios nacionais, abrangendo os 26 estados e o Distrito Federal. Este feito reflete o nosso comprometimento em promover e fortalecer a presença feminina no comércio, assegurando voz e participação ativa em cada região do País. Essa conquista simboliza um avanço significativo e é considerada uma grande conquista, fruto do empenho e dedicação das mulheres empreendedoras de todo o Brasil.

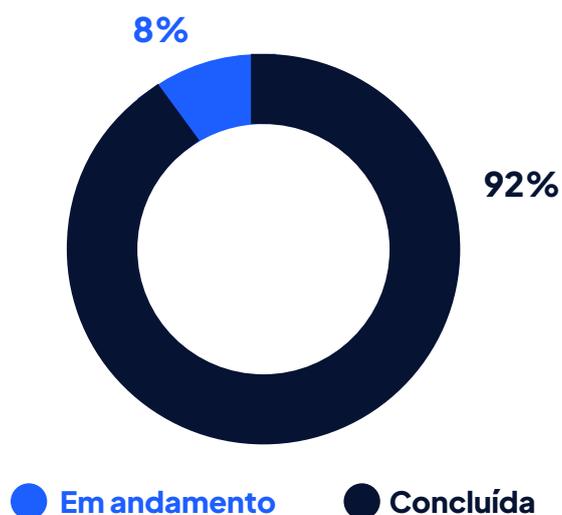
Apresentação às integrantes de um panorama detalhado da participação feminina no Sistema CNC, destacando a ocupação de cargos de liderança por mulheres em diversas instâncias. Na Confederação, nove dos 20 cargos de liderança executiva são ocupados por mulheres, e em 15 das 34 Federais patronais as mulheres estão em cargos de liderança executiva. No Sesc, de mulheres ocupam posições de liderança em nível nacional e regional; no Senac, 18 mulheres estão em cargos de gestão no Departamento Nacional, e dez, nos Regionais. Isso resulta numa média de 46,1% dos cargos de gestão no Sistema Comércio ocupados por mulheres.



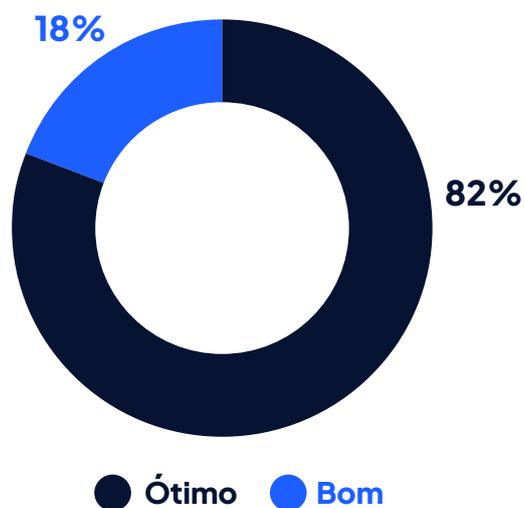
Gráficos gerenciais

Gestão das proposições das Câmaras

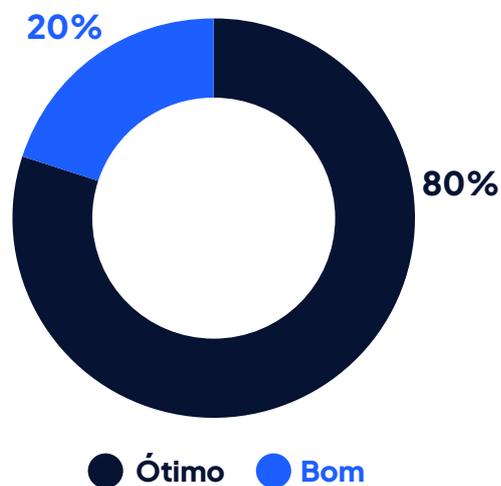
Total de Proposições 126



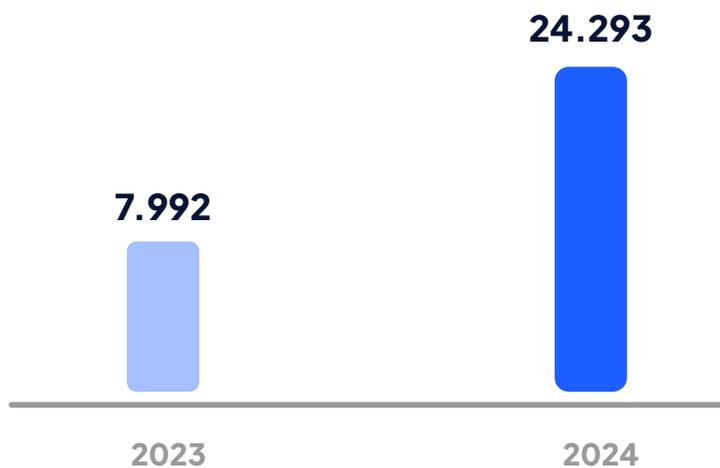
Avaliação geral das reuniões



Atuação no tratamento das demandas das Câmaras



Total de ações realizadas (2023/2024)



Representando um aumento em 2024 de aproximadamente 204% em comparação ao ano anterior.

Evolução da composição das Câmaras



Representando um aumento em 2024 de aproximadamente 88,3% em comparação ao ano anterior.



portaldocomercio.org.br